



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
(UEPB-UFCG)

ANSELMO RONSARD CAVALCANTI

**POLÍTICA PÚBLICA DE HABITAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL:
ANÁLISE DO COMPLEXO MULTIMODAL ALUÍZIO CAMPOS
EM CAMPINA GRANDE – PB**

**LINHA DE PESQUISA: ESTADO, POLÍTICAS PÚBLICAS E MOVIMENTOS
SOCIAIS**

Campina Grande

2019

ANSELMO RONSARD CAVALCANTI

POLÍTICA PÚBLICA DE HABITAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL:
ANÁLISE DO COMPLEXO MULTIMODAL ALUÍZIO CAMPOS
EM CAMPINA GRANDE – PB

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, como requisito necessário para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Área de concentração: Desenvolvimento regional.

Linha de pesquisa: Estado, Políticas Públicas e Movimentos Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Leonardo de Araújo e Mota.

Campina Grande

2019

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

C377p Cavalcanti, Anselmo Ronsard.
Política pública de habitação e o desenvolvimento regional [manuscrito] : análise do complexo multimodal Aluizio Campos em Campina Grande - PB / Anselmo Ronsard Cavalcanti. - 2019.
129 p. : il. colorido.
Digitado.
Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, 2019.
"Orientação : Prof. Dr. Leonardo de Araújo e Mota , COORDENAÇÃO DO CURSO DE SOCIOLOGIA - CEDUC."
1. Habitação. 2. Política pública. 3. Desenvolvimento regional. I. Título

21. ed. CDD 363.58

ANSELMO RONSARD CAVALCANTI

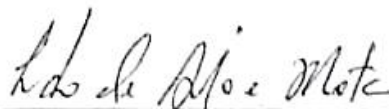
POLÍTICA PÚBLICA DE HABITAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL: ANÁLISE DO
COMPLEXO MULTIMODAL ALUÍZIO CAMPOS
EM CAMPINA GRANDE – PB

Dissertação apresentada ao curso de
Mestrado em Desenvolvimento Regional da
Universidade Estadual da Paraíba – UEPB,
como requisito necessário para a obtenção do
título de Mestre em Desenvolvimento
Regional.

Defesa realizada em 19 de junho de 2019

Conceito: APROVADO

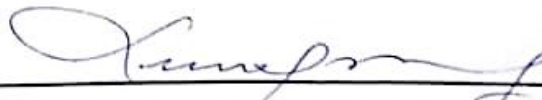
BANCA EXAMINADORA




Prof. Dr. Leonardo de Araújo e Mota / Orientador – UEPB



Prof. Dr. José Luciano Albino Barbosa / Examinador Interno – UEPB



Prof.ª Dr.ª Luíra Freire Monteiro / Examinadora Interna – UEPB



Prof. Dr. Demóstenes Andrade de Moraes / Examinador Externo – UFCG

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todas as pessoas que se perfazem aos estudos das políticas públicas, causa de grandeza infinita no mundo contemporâneo.

AGRADECIMENTOS

Essencialmente à Deus por sempre estar em todos os meus momentos, mostrando que quando se tem fé, tudo se torna possível.

Aos meus saudosos pais, *in memoriam*, José Cavalcanti e Hermita Leal Cavalcanti, os quais sou eternamente grato pelo amor, sabedoria e caráter transmitidos ao longo da minha vida.

À minha esposa, Mônica Quinderé Cavalcanti, pelo incentivo sempre constante no decorrer da minha jornada pessoal e profissional.

Aos meus dois filhos, Rudan Quinderé e Jordan Quinderé, pela paciência e compreensão cotidiana.

Às pessoas que direta ou indiretamente contribuíram de alguma maneira com a caminhada, também ficam com vocês meu agradecimento.

A todos os mestres, sem exceção, que ajudaram a constituir minha base acadêmica de historiador a partir da notável e benemérita Universidade Regional do Nordeste (URNE), hoje consagrada como Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

Aos colegas docentes do Centro de Educação (CEDUC) e dos Departamentos de História e Geografia, da UEPB, que sempre me ajudaram e depositaram confiança, apoio e estímulo durante a convivência, especialmente os professores João Damasceno, Maria José Oliveira e Marta Lúcia Ribeiro.

Aos colegas discentes que peregrinaram extensivamente ao longo dos últimos anos e semestres do curso do Mestrado em Desenvolvimento Regional, como também ao amigo e professor Leonardo de Araújo e Mota, pela orientação precisa e responsável desse trabalho com comprometimento social.

Por fim, agradeço também aos sujeitos e ativos que, de uma certa forma, me constituem no fundamento humano, nem que seja a partir de livros e rascunhos.

“A leitura traz ao homem plenitude,
o discurso, segurança, e a escrita, precisão.”
Francis Bacon

RESUMO

Um dos grandes desafios das políticas públicas desde o século passado vem sendo o processo habitacional brasileiro, sendo impactante em todas as regiões do território de acordo com as dimensões da nossa industrialização e urbanização anômala. A cidade de Campina Grande passou a vivenciar paulatinamente esta problemática, muito devido ao seu desenvolvimento econômico entre as décadas de 1960 e 1980, nas quais apareceram os condomínios populares projetados e agenciados pelo extinto Banco Nacional de Habitação (BNH), como também, referente aos dias atuais, pelo Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV). Nesse trabalho, o objeto da pesquisa dirigiu-se ao conjunto habitacional localizado dentro do Complexo Multimodal Aluizio Campos, o qual foi idealizado e construído sob a plataforma do PMCMV, e estabelecido entre a Prefeitura Municipal de Campina Grande (PMCG), Governo do Estado e o Governo Federal. Primeiramente, efetivou-se uma breve discussão histórica sobre o processo habitacional brasileiro, sua integração com a Região Nordeste e as fundamentações pertencentes à abrangência local. Em um segundo momento, a pesquisa foi centralizada no objeto de estudo, tendo como material o próprio plano-projeto do Complexo Multimodal Aluizio Campos, mais precisamente o conjunto habitacional que o suplementa, a partir de mapas, diagramas arquitetônicos, entre outros documentos, inclusive registros fotográficos da visita *in loco*, como também os publicizados pela assessoria de comunicação de órgãos públicos ou privados. Do mesmo modo, para complementação à pesquisa, foram realizadas entrevistas do tipo semiestruturadas e no âmbito metodológico quali-quantitativo com as pessoas sorteadas com as residências. Por fim, ao final do trabalho, são evidenciadas as apreciações finais e as precisas análises sistemáticas que foram interpretadas ao longo do estudo.

Palavras-chave: Habitação. Políticas públicas. Desenvolvimento local e regional.

ABSTRACT

The first challenge of public initiatives since the first year has been the Brazilian housing process, being impacting in all regions of the territory according to the dimensions of our industrialization and anomalous urbanization. The city of Campina Grande started to be experienced gradually by this problem, with many years of successes between the decades of 1960 and 1980, in which also emerged the popular condominiums designed and extinguished by the National Bank of Housing (BNH). days, through the Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) Program. In this work, the search object was directed to the housing complex located within the Multimodal Complex Aluizio Campos, which was designed and built under a PMCMV platform, and was established between the Municipality of Campina Grande (PMCG), State Government and the Federal Government. The first, the process of a new global evaluation of the Brazilian process, its integration with the Northeast region and the reasons for the locality. In a second moment, the research was centered in a study object, having as its theme the plan-project plan of the Multimodal Complex Aluizio Campos, plus the base of the housing complex that the supplementation, from maps, architectural diagrams, among other documents , including photographic records of the on-site visitation, as well as those published by the public or private public relations office. In the same way, to complement the research, semi-structured interviews were carried out and at the qualitative-quantitative methodological level with the people drawn with residences. Finally, at the end of the study, the final acknowledgments are shown and the systematics that were interpreted throughout the study are accurate.

Keywords: Housing. Public policy. Local and regional development.

LISTA DE FIGURAS E MAPAS

| | |
|--|-----------|
| Figura 1 – Imagem via satélite das cidades de Campina Grande e Queimadas. | 63 |
| Figura 2 – Imagem via satélite com focalização maior do bairro do Ligeiro, com destaque, à direita, para o conjunto habitacional do CMAC. | 64 |
| Figura 3 – Imagem via satélite e panorâmica do conjunto habitacional do CMAC. | 66 |
| Figura 4 – Visão em perspectiva do conjunto habitacional do CMAC. | 66 |
| Figura 5 – Imagem via satélite e adaptada graficamente para elucidar a concepção de territorialidade que abrange o sistema completo do CMAC, compreendendo o conjunto habitacional, o espaço industrial, o condomínio logístico e a Tecnópolis. | 67 |
| Figura 6 – Imagem ilustrativa evidenciando o perímetro da cidade de Campina Grande e a localização do CMAC, à direita inferior. | 68 |
| Figura 7 – Casas do conjunto habitacional do CMAC ainda em desenvolvimento (visão frontal). Detalhe para a construção aos pares e sem afastamento entre ambas. | 78 |
| Figura 8 – Casas do conjunto habitacional do CMAC finalizadas (visão frontal). | 79 |
| Figura 9 – Casas do conjunto habitacional do CMAC finalizadas (visão frontal). Detalhe para o afastamento lateral entre os pares de casas. | 79 |
| Figura 10 – Detalhe para o afastamento lateral. | 79 |
| Figura 11 – Casas do conjunto habitacional do CMAC dispostas paralelamente, evidenciando as ruas projetadas e asfaltadas à frente da casa e o espaço por trás destinado ao quintal. | 80 |
| Figura 12 – Imagem em perspectiva de um dos edifícios do CMAC que comporta 4 apartamentos por andar. | 81 |
| Figura 13 – Parte do conjunto de edifícios residenciais do CMAC (visão inferior). | 81 |
| Figura 14 – Parte do conjunto de edifícios residenciais do CMAC (visão frontal). | 81 |
| Figura 15 – Rua asfaltada entre as casas. | 82 |
| Figura 16 – Rua/avenida sendo asfaltada próxima à entrada das quadras. | 83 |

| | |
|--|-----------|
| Figura 17 – Rua/avenida sendo asfaltada próxima aos apartamentos. | 83 |
| Figura 18 – Praça em construção próxima ao conjunto de edifícios. | 84 |
| Figura 19 – Imagem frontal de uma das creches construídas. | 84 |
| Figura 20 – Imagem em perspectiva de uma das escolas (ainda em construção). | 84 |
| Figura 21 – Imagem em perspectiva de um dos postos de saúde (em fase de finalização). | 85 |
| Figura 22 – Ruas e casas do conjunto habitacional com a adutora de água ao centro da imagem. | 85 |
| Figura 23 – Imagem em perspectiva da empresa Tintas Bella. | 87 |
| Figura 24 – Placa posicionada em uma das entradas do CMAC. | 88 |
| | |
| Mapa 1 – Rede de conexão aos 10 maiores PIBs do Nordeste oriental e aos principais portos da região. | 70 |
| | |
| Mapa 2 – Detalhe da Planta de Urbanização do conjunto habitacional mostrando a conformação e orientação dos lotes e das casas (o mapa completo está no Anexo 02). | 78 |
| | |
| Mapa 3 – Detalhe da Planta de Urbanização do conjunto habitacional mostrando a conformação e orientação dos lotes e dos apartamentos, em azul (o mapa completo está no Anexo 02). | 80 |

LISTA DE QUADROS, GRÁFICOS E DIAGRAMAS

| | |
|---|------------|
| Quadro 1 – Condições para o financiamento do Programa Minha Casa, Minha Vida de acordo com a faixa de renda. | 51 |
| Quadro 2 – Entidades relacionadas ao PMCMV. | 52 |
| Quadro 3 – Painel geral das áreas e equipamentos pertencentes ao CMAC. | 85 |
| Quadro 4 – Súmula das principais ideias dos entrevistados frente às questões. | 99 |
| Quadro 5 – Súmula das principais ideias dos entrevistados frente às questões. | 101 |
| Quadro 6 – Súmula das principais ideias dos entrevistados frente às questões. | 103 |
| | |
| Gráfico – Imagem ilustrativa retratando graficamente o contingente de pessoas (em porcentagem) pertencente ao seu grupo delimitado, que foram aptas a participar do sorteio. | 73 |
| | |
| Diagrama 1 – Panorama estratégico do CMAC. | 89 |
| Diagrama 2 – Vantagens de aglomeração das empresas do CMAC | 90 |

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CF – Constituição Federal
EC – Emenda Constitucional
PD – Plano Diretor
PMCG - Prefeitura Municipal de Campina Grande
CMAC – Complexo Multimodal Aluizio Campos
CAGEPA – Companhia de Água e Esgotos da Paraíba
SEPLAN – Secretaria de Planejamento, Gestão e Transparência
IPSEM – Instituto de Previdência do Servidor Municipal
FAR – Fundo de Arrendamento Residencial
PNH – Política Nacional de Habitação
BNH – Banco Nacional de Habitação
PMCMV – Programa Minha Casa, Minha Vida
FHC – Fernando Henrique Cardoso
CHB – Companhia Hipotecária Brasileira
PSHS – Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
ACCG – Associação Comercial de Campina Grande
BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
IFPB – Instituto Federal da Paraíba
ETER – Escola Técnica Redentorista
CNS – Conselho Nacional de Saúde
GTDN – Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
Fund. PaqTcPB – Fundação Parque Tecnológico da Paraíba
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
CRAS – Centro de Referência em Assistência Social
UBS – Unidade Básica de Saúde
SESUMA – Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Meio Ambiente
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano
UEPB – Universidade Estadual da Paraíba
UFCG – Universidade Federal de Campina Grande
MPF – Ministério Público Federal
PGR – Procuradoria Geral da República
PB - Paraíba
PDDI - Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ART - Artigo
EC - Estatuto da Cidade
PDCG – Plano Diretor de Campina Grande
ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social
ZEP - Zonas Especiais de Preservação
ZEIU - Zonas Especiais de Interesse Urbanístico
ZED - Zonas Especiais de Desenvolvimento Industrial
ZEDA - Zonas Especiais de Desenvolvimento Agropecuário
ZEDCT - Zonas Especiais de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
FNRU - Fórum Nacional da Reforma Urbana

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| 1 – INTRODUÇÃO | 14 |
| 2 – MATERIAIS E A METODOLOGIA DA PESQUISA | 17 |
| 3 – POLÍTICAS PÚBLICAS HABITACIONAIS | 20 |
| 3.1. A função das políticas públicas habitacionais no contexto do desenvolvimento local e regional; | 20 |
| 3.2. Breve recorte histórico do processo habitacional brasileiro; | 25 |
| 4 – DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL | 34 |
| 4.1. Habitação e crescimento econômico no Nordeste | 34 |
| 4.2. Fundamentações sobre o desenvolvimento local | 41 |
| 4.2.1. A cidade de Campina Grande e suas políticas de habitação | 43 |
| 4.2.2. A atuação do Programa Minha Casa, Minha Vida | 48 |
| 4.2.3. As especificidades do Plano Diretor | 54 |
| 5 – COMPLEXO MULTIMODAL ALUÍZIO CAMPOS | 59 |
| 5.1. Sobre a memória e o testamento de Aluízio Afonso Campos | 59 |
| 5.2. Caracterização geral e situação locacional | 63 |
| 5.3. O processo do sorteamento | 71 |
| 5.4. A disposição das residências | 76 |
| 6 – RESULTADOS E ANÁLISES DISCURSIVAS | 86 |
| 6.1. Pesquisa de campo | 86 |
| 6.2. Entrevistas semiestruturadas | 92 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 105 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 110 |
| ANEXOS | 116 |
| Entrevista na íntegra dos sorteados do conjunto habitacional do Complexo Multimodal Aluízio Campos | 116 |
| Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) – Modelo 1 | 121 |
| Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) – Modelo 2 | 123 |
| Anexo 4 – Macrozoneamento de Campina Grande | 125 |
| Anexo 5 – Zoneamento de Campina Grande | 126 |
| Anexo 6 – Zonas Especiais de Campina Grande | 127 |
| Anexo 7 – Planta de Urbanização do conjunto habitacional do Complexo Multimodal Aluízio Campos | 128 |
| Anexo 8 – Planta de Locação do conjunto habitacional do Complexo Multimodal Aluízio Campos | 129 |

1 – INTRODUÇÃO

A partir da Emenda Constitucional (EC) nº 26, de 14 de fevereiro de 2000, a Constituição Federal incluiu a moradia entre os direitos sociais mínimos, com a alteração da redação original do artigo 6º do referido documento, instituindo o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) com a finalidade de prover a promoção de programas de habitação e saneamento básico pelas três esferas do governo. Porém, apesar do reconhecimento do caráter essencial da provisão de habitação e serviços urbanos adequados para a inclusão social e o combate à pobreza no país, as políticas públicas habitacionais, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos, os programas nem sempre possuem compatibilidades entre as intervenções e declarações de vontade e as ações desenvolvidas.

Nos últimos quarenta anos, a cidade de Campina Grande passou de duzentos à quatrocentos e dez mil habitantes (IBGE, 2018) e, durante todo esse tempo, a redemocratização foi uma das grandes aquisições deste período ocorrido. Entretanto, ainda nos deparamos com o problema da questão habitacional. A cidade reflete a fragilidade das propostas elaboradas e a ausência de planejamento estratégico do país para combater o déficit habitacional qualitativo e quantitativo, destacando as políticas voltadas de interesse social e a produção de habitações precárias ou subnormais como considera o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Como elementos de exemplificação, há o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e o Programa de Aceleração do Crescimento com Recursos da União (PAC/OGU), sendo em sua maioria financiados pelo Sistema Nacional de Habitação (SNH) e pelo Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS). Nessa conjuntura, destacam-se o Conjunto Araxá, construído como uma obra financiada pelo PAC com o objetivo de relocar 460 famílias da “Favela do Araxá” para o novo conjunto habitacional; a Comunidade do Papelão, Major Veneziano I, II, III e IV, o residencial Vila Nova da Rainha e, mais recentemente, o conjunto habitacional

implantado dentro do Complexo Multimodal Aluizio Campos (CMAC), sendo este último objeto desta pesquisa.

Desde o início de sua idealização, decorrente no ano de 2014, o CMAC vem se constituindo dentro do imobiliário urbano da cidade de Campina Grande, formando um vínculo entre a agência política e a sociedade campinense extensivamente paraibana. O complexo produtivo se constitui numa área de aproximadamente 800 hectares na qual pretende-se ser implantado, nos próximos anos, um sistema que integrará um espaço industrial, um complexo logístico (armazenamento, transportes, comércio atacadista e distribuição), empresas de base tecnológica e serviços avançados, um conjunto habitacional e um jardim botânico¹.

Esse projeto poderá se apresentar como possível aspecto de desenvolvimento para o município de Campina Grande, como também para as cidades circunvizinhas de Queimadas, Boqueirão, Caturité etc., pois, acompanhando a construção civil nos arredores que formam a microrregião, percebe-se o quanto essas cidades são reconhecidas por ter em uma grande vocação comercial e industrial, além de mão-de-obra campesinata.

Ainda segundo o IBGE (2018), Campina Grande se configura enquanto capital regional: a cidade ocupa papel central na integração das regiões do interior do estado da Paraíba por meio de sua rede de serviços (educação, saúde, serviços financeiros, etc.). Diversos atores têm contribuído para essa difusão das zonas de maior complexidade e dinamismo, como para a emergência das chamadas cidades médias, que ganharam nova significância para a economia nacional. As cidades médias têm atraído grandes fluxos migratórios (de pessoas e de investimentos) em função do conjunto de vantagens que dispõem quando confrontadas com os grandes centros urbanos, tais como: menores índices de criminalidade; reduzido

¹ A partir de uma primeira análise da aglomeração de serviços que estão sendo propostos pelo Complexo Multimodal Aluizio Campos, é oportuno referir o empreendimento como um exemplo nomeado de Grande Projeto Urbano (GPU), pertencente às Grandes Intervenções Urbanas ou Megaprojetos. Ostensivamente presentes, pela sua própria característica de intervenção física de impacto sobre a malha urbana e também pela frequência com que são observados na Europa, nos Estados Unidos e em países emergentes, os GPU's são responsáveis pela constituição de uma nova fase do urbanismo contemporâneo, precocemente reconhecida como Renascença Urbana. Em países como o Brasil, tais intervenções na paisagem urbana apresentam influências reduzidas e ainda despertam pouco interesse da parte dos urbanistas e estudiosos de nosso país. (*) GADENS, L. N.; HARDT, L. P. A.; FREY, K. *Das Práticas de Gestão de Grandes Projetos Urbanos*. Revista Saúde e Soc. São Paulo, v.21, supl.3, p.21-32, 2012.

dispêndio de tempo com descolamentos; menores níveis de poluição atmosférica; menores custos de vida, entre outros.

Se, no contexto nacional e regional, as novas ordens sociais tendem a acentuar transformações econômicas, imprimindo novos desenhos territoriais e com segmentação entre os locais de trabalho e residência, no contexto local, a importância e o potencial econômico da cidade reforçam a tendência de que haja um aprofundamento desta dinâmica, com expansão de suas conexões e interações com as cidades do entorno e demais regiões do estado da Paraíba, notadamente com relação à demanda, por parte da população da região, por emprego e por serviços oferecidos na cidade.

Tais aspectos abordados nesta Dissertação procuram oferecer algum subsídio em ajudar na ampliação e elucidação das futuras propostas do Complexo Multimodal Aluízio Campos (CMAC), verificando se há coerência entre elas e o que vem sendo realizado. O que se pretende, portanto, é realizar uma análise mais aprofundada dessa relação entre o que se propõe o conjunto habitacional dentro do CMAC e as demais propostas de instalações de serviços de apoio aos moradores.

Com relação ao espaço multimodal que circunscreve tanto o conjunto habitacional, como o polo tecnológico e de empresas, o interesse dessa Dissertação é indicar se haverá uma integração imediata à cadeia produtiva da região Nordeste. Em um seguinte momento, averiguar se a estruturação das edificações e seus entornos de mobiliários urbanísticos (saneamento, pavimentação, rede de energia, sinalização, coletores de lixo, etc.) serão harmonizados com o Plano Diretor vigente do município.

Nesse diapasão, a relevância acadêmica da pesquisa se dá no aprofundamento do estudo do papel do Estado nas políticas públicas habitacionais que estão sendo pensadas e implantadas, considerando o empreendimento habitacional articulado ao complexo logístico-industrial. Pretendemos, portanto, analisar e criar referências para subsidiar outros estudos sobre o tema.

2 – MATERIAIS E A METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa científica tem por natureza procurar desenvolver perspectivas de investigação intelectual, seja no universo filosófico, como também adentrando nas ciências de uma maneira geral no sentido de problematizar inquietações pedagógicas ao performar a mesma como autônoma e merecedora de aprendizagem. O primordial para o pesquisador é seu desempenho de crescimento humano como um verdadeiro investimento diante do processo educacional e com metodologia de indagação intencional. Os fatores de natureza ou artifícios são determinantes na construção de variáveis sobre um projeto científico, o que norteia, assim, caminhos metodológicos com dados coletivos e impõe sustentação à pesquisa documental para um bom desempenho de ação para o pesquisador. A função participativa ou cooperativa são procedimentos democráticos direcionados para o conhecimento analítico que definirá projeções fundamentais e colocará objetivação na apresentação e análise de resultados.

No tocante aos procedimentos metodológicos desta Dissertação, houve uma diligência para a realização de pesquisa documental, bibliográfica e pesquisa de campo, através de entrevistas. Para Cellard, (SILVA, ALMEIDA, GUINDANI, 2009, p. 02), “a análise documental favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, entre outros.”

No que se refere a pesquisa bibliográfica, Lima e Miotto (2007, p. 38) assevera:

Não é raro que a pesquisa bibliográfica apareça caracterizada como revisão de literatura ou revisão bibliográfica. Isto acontece porque falta compreensão de que a revisão de literatura é apenas um pré-requisito para a realização de toda e qualquer pesquisa, ao passo que a pesquisa bibliográfica implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório.”

O presente estudo se constitui de uma investigação teórica e de uma investigação empírica com abordagem qualitativa. A pesquisa teórica compreende um levantamento da bibliografia acerca dos eixos temáticos abordados (políticas habitacionais, desenvolvimento regional e local). A pesquisa empírica foi realizada a partir de entrevistas do tipo semi estruturadas sob uma abordagem qualitativa.

Para Triviños (1987, p. 146) a entrevista semiestruturada tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Os questionamentos dariam frutos a novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos informantes. O foco principal seria colocado pelo investigador-entrevistador. Complementa o autor, afirmando que a entrevista semiestruturada “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]” além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações (TRIVIÑOS, 1987, p. 152).

Para Manzini (1990/1991, p. 154), a entrevista semiestruturada está focalizada em um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista. Para o autor, esse tipo de entrevista pode fazer emergir informações de forma mais livre e as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas. Um ponto semelhante, para ambos os autores, se refere à necessidade de perguntas básicas e principais para atingir o objetivo da pesquisa. Dessa forma, Manzini (2003) salienta que é possível um planejamento da coleta de informações por meio da elaboração de um roteiro com perguntas que atinjam os objetivos pretendidos. O roteiro serviria, então, além de coletar as informações básicas, como um meio para o pesquisador se organizar para o processo de interação com o informante.

Esse estudo também se firma através de uma exploração descritiva, pois centraliza em inquirir um alcance maior aos objetivos, do mesmo modo buscar uma maior familiaridade com o tema. O instrumento de coleta de dados correspondeu a um roteiro com questões abertas para entrevistas, as quais os questionados responderam livremente. Utilizou-se da comprovação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), sob orientações da Resolução N°510 /2016 do Conselho Nacional de Saúde, pois esse tipo de documento apresenta uma finalidade de possibilitar, para ambos os sujeitos da pesquisa, a mais ampla elucidação sobre a investigação a ser realizada, seus riscos e benefícios, para que a manifestação do entrevistado no sentido de participar (ou não), seja efetivamente livre e consciente.

O material de pesquisa foi o próprio plano-projeto do Complexo Multimodal Aluizio Campos, mais precisamente o conjunto habitacional que o suplementa, a partir de mapas, diagramas arquitetônicos, entre outros documentos, inclusive registros fotográficos da visita *in loco*, como também os publicizados pela assessoria de comunicação de órgãos públicos ou privados.

2 – POLÍTICAS PÚBLICAS HABITACIONAIS

2.1. A função das políticas públicas habitacionais no contexto do desenvolvimento local e regional

Atualmente, 84% da população nacional é urbana, conforme os dados apresentados pelo censo de 2018 do IBGE, sendo apenas reflexo das transformações ocasionadas desde o final do século XIX, impulsionadas por ações governamentais, culminando desde a transformação da terra em bem de consumo até o êxodo rural, ou pela libertação dos escravos. Todo esse processo esteve intimamente ligado a necessidade de estruturação das cidades a partir de políticas públicas, as quais deveria atender a demanda por assentamentos e prover os cidadãos não apenas a casa, como também as condições básicas de habitação, considerando a relevância das infraestruturas tanto primárias (água, luz e saneamento básico), quanto das secundárias (educação, esporte, transporte, saúde, lazer e segurança).

As políticas públicas traduzem, no seu processo de elaboração e implantação e, sobretudo, em seus resultados, formas de exercício do poder político, envolvendo a distribuição e redistribuição de poder, o papel do conflito social nos processos de decisão, a repartição de custos e benefícios sociais. Como o poder é uma relação social que envolve vários atores com projetos e interesses diferenciados e até contraditórios, há necessidade de mediações sociais e institucionais, para que se possa obter um mínimo de consenso e, assim, as políticas públicas possam ser legitimadas e obter eficácia. (RODRIGUES, 2010).

As políticas públicas visam responder a demandas, principalmente dos setores marginalizados da sociedade, considerados como vulneráveis. Essas demandas são interpretadas por aqueles que ocupam o poder, mas influenciadas por uma agenda que se cria na sociedade civil através da pressão e mobilização social, propondo ampliar e efetivar direitos de cidadania, também gestados nas lutas sociais e que passam a ser reconhecidos institucionalmente. Outras políticas objetivam promover o desenvolvimento, criando alternativas de geração de emprego

e renda como forma compensatória dos ajustes criados por outras políticas de cunho mais estratégico.

Dentro da revisão literária, na visão teórica de Teixeira (2002), as competências públicas são responsabilidades e encargos atribuídos a cada esfera governamental para realizar sua gestão e são definidas na Constituição Federal. No caso dos municípios, possuidores de ampla autonomia para definir suas políticas e aplicar seus recursos, sobre o caso das competências privativas ou exclusivas, as políticas são detalhadas nas Leis Orgânicas: “elas são definidas no Art. 30 da Constituição Federal: a) legislar sobre assuntos de interesse local, expressão bastante abrangente, detalhada na Lei Orgânica; b) instituir e arrecadar impostos sobre serviços, predial urbano, transmissão intervivos de bens imóveis, varejo de combustíveis líquidos.” (TEIXEIRA, 2002, p. 7).

De acordo com Brandão (2007), ao se falar em desenvolvimento como “alargamento dos horizontes de possibilidades”, se está falando necessariamente na construção de ações e políticas públicas”, na medida em que “o desenvolvimento significa, por sua própria natureza, um estado de tensão” (BRANDÃO, 2007, p. 200). Seria fundamental, portanto, desenvolver ações planejadas que permitissem estratégias de desenvolvimento com vistas à implementação de pactos territoriais e reelaboração do “contrato social”, reconstruindo a coesão federativa.

[...] para se pensar a repactuação federativa e a construção de um patamar mínimo de homogeneidade social, como pré-requisito de um reerguimento da escala nacional de desenvolvimento, será preciso utilizar as pulsões virtuosas de tamanhas assimetrias, mas de positiva criatividade e diversidade que a economia e sociedade brasileiras possuem. Certamente as questões da moradia, transporte, educação, saúde, segurança alimentar, entre outras, devem avançar do mero atendimento aos interesses materiais mais imediatos à construção de cidadania, ainda mais quando estão inseridas em uma estrutura urbana heterogênea, pobre, patrimonialista e predatória como a brasileira, em que a cidade acabou ‘tornando-se agente de reprodução de desigualdades’. [...] A tarefa é inserir parcela crescente desse tecido social e urbano na cidadania plena, construindo a justiça social, garantindo o acesso a bens e serviços públicos, que seja educativa, isto é, que sua implementação represente um momento pedagógico da política pública de proteção social” (BRANDÃO, 2007, p. 212).

Fernández (2003) relata que a diferença desse enfoque não está fundamentalmente nos âmbitos regionais e locais, mas sim no espaço nacional, ou seja, na atuação do Estado nacional na reformulação econômica, institucional e espacial (FERNÁNDEZ, 2003, p. 59-60). O caráter estratégico da intervenção estatal não seria dado pelo volume da intervenção, mas sim pela sua qualidade: “a questão central não seria assim o tamanho do governo, mas sim as atividades e métodos do governo”, ou seja, a aplicação de políticas públicas em determinados campos temáticos (FERNÁNDEZ, 2003, p. 63-69).

Segundo Piovesan (2002), sendo a justiça social um componente central à concepção do direito ao desenvolvimento, “a realização do direito ao desenvolvimento, inspirado no valor da solidariedade, há de prover igual oportunidade a todos no acesso a recursos básicos, educação, saúde, alimentação, moradia, trabalho e distribuição de renda” (PIOVESAN, 2002, p. 67). O componente democrático da participação também seria essencial ao direito ao desenvolvimento, na medida em que competia aos Estados encorajar a participação popular em grupos de elaboração, implementação e monitoramento de políticas de desenvolvimento.

Dessa forma, ao comprometer o exercício da atividade econômica com o programa de existência digna, viabilizando o acesso às liberdades reais, a dignidade da pessoa humana, fundamentaria o direito de habitação. Logo, a habitação estaria intimamente relacionada com o desenvolvimento, na medida em que poderia contribuir para a redução da pobreza por meio da formação de uma parte importante de uma nação ou do capital fixo de uma cidade, com um mercado imobiliário aquecido ajudando a impulsionar o crescimento econômico em outras áreas.

Ignacy Sachs (2008), lembrou, inclusive, que o objetivo supremo de um plano nacional seria o emprego, consistindo política complementar para o seu alcance a exploração de oportunidades de crescimento induzido pelo emprego, particularmente a “construção civil, especialmente programas voluntários de construção de casas populares com apoio governamental”.

Ainda sobre as políticas de habitação, Hall e Midgley (2008), constataram que nas décadas de 1950 e 1960, os líderes de muitos novos Estados independentes começaram a construir conjuntos habitacionais em larga escala², destinados a corrigir as injustiças do colonialismo e funcionar como um símbolo de orgulho nacional, trazendo, subjacente, a crença de que o Estado deveria assumir a responsabilidade de abrigar seus cidadãos. Os autores alertaram, também, que naquela época, muitos governos dos países em desenvolvimento, com base em tradições europeias, tentaram proporcionar habitação de alto padrão, ficando, contudo, sem dinheiro depois que apenas um pequeno número de unidades foram construídas, levando-os, por consequência, a tomar empréstimos para cobrir aqueles custos, até que, na década de 1970, ficou claro que tal estratégia era falha (HALL; MIDGLEY, 2008, p. 125).

No ordenamento jurídico brasileiro, a habitação foi pela primeira vez tutelada na Constituição de 1891, ao mencionar que a casa seria asilo inviolável, seguida das Constituições de 1934, 1937 e 1946 nas quais foi garantido o direito de propriedade atrelado ao cumprimento da sua função social. Até aí, a habitação aparecia apenas como componente secundário de outros institutos. Sobre a fundamentalidade, Pansieri (2012) relata que foi com a Emenda Constitucional 26/00 que o direito à moradia foi elevado ao status de Direito Fundamental Social, sendo inserido no artigo 6º do referido diploma. Feito isso, explicou integrar a habitação a estrutura básica do Estado para a sociedade, em caráter vinculante:

A ideia de fundamentalidade é característica própria dos Direitos Fundamentais e deriva da lição do jurista alemão Robert Alexy, lição esta recepcionada pelo tão importante jurista português J. J. Gomes Canotilho e que aportou no Brasil em diversos trabalhos, com especial relevo na obra de Ingo Wolfgang Sarlet. A referida ideia apresenta-se como proteção dos Direitos Fundamentais no âmbito formal e material. A fundamentalidade formal dos Direitos Fundamentais resulta de seu posicionamento no ordenamento jurídico, gerando efeito vinculante tanto para o Executivo, Legislativo quanto para o Judiciário, enquanto a fundamentalidade

² Período em que se indicava um “novo modo de habitar” a partir de unidades habitacionais mínimas, racionalização da construção e coletivização de equipamentos, com ênfase nas características da produção extensiva predominantemente manifestada após a Segunda Guerra Mundial.

material está ligada à ideia de normas que constituem estruturas básicas do Estado e da Sociedade (PANSIERI, 2012, p. 88).

Considerando a natureza de direito de defesa, é que Souza (2013) define a habitação como direito absoluto, “já que independe de qualquer pré-relação jurídica entre as partes, bastando a verificação da sua lesão por um ou mais indivíduos indeterminados, para o surgimento do direito de reparação dos danos causados”. O autor traz, ainda, a responsabilidade civil objetiva do Estado em relação à habitação, decorrente das normas internacionais de direitos humanos e da própria Constituição Federal de 1988 quando, por exemplo, edita leis inconstitucionais que geram prejuízos a uma determinada coletividade ou à sociedade, bem como em se tratando de omissão. Mas elucida que tal dever do Estado, relativamente à obrigação, não significa que:

[...] se traduza em doar uma casa para cada indivíduo, pois os aspectos que envolvem o direito à moradia devem ser quanto às normas legislativas, que devem permitir o exercício do direito à moradia, bem como quanto à obrigatória intervenção estatal para regulamentar as atividades também do setor privado que se refiram à política habitacional, como a regulamentação de uso e acesso à propriedade imobiliária, ou, ainda, a facilitação por meio da concessão de uso especial para fins de moradia, como ocorreu com o advento da Lei Federal 10.257, de 10.07.2001, denominada Estatuto da Cidade (SOUZA, 2013, p. 214).

Dessa forma, a obrigação do Estado consiste em constituir uma legislação, um programa e um plano de ação de política habitacional, ao lado de instituições financeiras privadas intermediárias do Tesouro. Isso para que “tais políticas públicas garantam o amplo acesso de todos ao mercado habitacional, fomentando planos e programas habitacionais com recursos públicos e privados para segmentos sociais desprotegidos economicamente” (SOUZA, 2013, p. 220). O Brasil assumiu, nesse âmbito, o compromisso de, concretamente, efetivar a prerrogativa da habitação, por meio de medidas públicas que visam promover, proteger e assegurar a plena realização desse direito, em conformidade com o objetivo maior de desenvolvimento, com a satisfatória apropriação do espaço urbano pela população.

2.2. Breve recorte histórico sobre o processo habitacional brasileiro

A complexidade da categoria “Estado-nação brasileiro” nos remete a buscar entender as nossas origens partindo do lugar e território próprios. Adentrando nessa vertente, é da natureza literária encontrar muitas dessas inquietações a partir de FREYRE (1936), em que nos traz uma analogia do processo habitacional no Brasil entre os séculos passados XIX e XX, em plena transição do Império para a República, e nos tramites de uma conjunção de acontecimentos que influenciaram decisivamente a ampliação e a formação dos espaços urbanos no país. Na efervescência do positivismo europeu, palavras de ordem como planejamento administrativo, saneamento e municipalismo público estiveram em rigor no Brasil.

Com a grande parcela da população brasileira sendo pobre e ruralizada, as cidades de presença significativa, como Recife, Rio de Janeiro e São Paulo, permaneciam com problemas sociais habitacionais nos espaços mais distintos. Inicialmente, a primeira medida do governo brasileiro foi oferecer crédito às empresas privadas para que elas produzissem habitações. Todavia, os empresários não obtiveram lucros com a construção de habitações individuais, devido à grande diferença entre os preços delas e das moradias informais; alguns passaram a investir em loteamentos para as classes altas, enquanto outros edificaram prédios para habitações coletivas, que passaram a figurar como a principal alternativa para que a população urbana pobre pudesse permanecer na cidade, especificamente no centro, onde estariam próximos das indústrias e de outras possibilidades de trabalho.

Apesar de financiar a construção, o poder público considerava os cortiços como uma ameaça à ordem pública, assim, tendo como referência os ideais positivistas, o novo poder republicano realizava, no início do século XX, uma reforma urbana para melhorar a circulação de mercadorias, serviços e pessoas na cidade. Também nesse período, outros lugares seguiram o modelo de planejamento de Paris que combinava saneamento, embelezamento, circulação e segregação territorial. Contudo, até a década de 1930, ainda diversas cidades brasileiras tiveram

o problema da habitação agravado, com o poder público atuando de maneira pontual e ineficiente.

Somente quando a industrialização e a urbanização do país ganham novo impulso com a Revolução de 30, é que começa a se esboçar uma política para a habitação. É nesse momento, também, que a ciência e a técnica ganham maior relevância sobre os conceitos de embelezamento e os problemas urbanos que, em geral, são colocados na chave do social. Com a urbanização e crescimento populacional, a ideia de construção da nação brasileira existiu dada a aproximação e a distância que envolveram problemas sociais, políticos e econômicos intrínsecos em nosso espaço geográfico para com a formação social. Entretanto, essa conjuntura de questão habitacional consecutivamente perdurou como uma de suas maiores discussões sociais.

O período Getulista, a partir do ano 1930, modificou muito a estrutura das cidades brasileiras ao dar início a uma grande industrialização baseada no modelo de substituição de importações, principalmente porque a industrialização vem acompanhada da urbanização. De acordo com Pinto (2004), a industrialização no Brasil foi basicamente urbana constituída por um exército industrial de reserva, pois as taxas de urbanização eram mais superiores do que o poder de absorver a classe trabalhadora. O período Getulista, a partir do ano 1930, modificou muito a estrutura das cidades

Devido aos conflitos entre a classe trabalhadora e os donos dos meios de produção o governo configurou-se como articulador central do novo modelo de acumulação o que direcionou seus esforços em regulamentar leis trabalhistas, e a organização do mercado de trabalho. Nesta época tem-se um crescimento da população urbana de 11,3% em 1920 para 31,2% em 1940. A partir de então o Brasil viveria o seu grande surto de crescimento urbano e de industrialização, de 1950 a 1960, que foi um período marcado pelo forte êxodo rural, consequência, de entre outros fatores, da forte política de industrialização adotada no governo de Juscelino Kubitschek.

Entre as décadas de 1940 e 1960, a política de habitação, mais especificamente da aquisição da casa própria consistia do sistema de crédito imobiliário pela Caixa Econômica e pelos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPS)³ ou por bancos imobiliários. A organização de uma instituição que centralizasse a política habitacional ocorreu apenas em 1946, no governo do General Eurico Gaspar Dutra, quando é criada a Fundação da Casa Popular.

Em 1964, após o Golpe Militar que derrubou o governo João Goulart, o novo governo que se estabelece cria o Sistema Financeiro de Habitação juntamente com o Banco Nacional de Habitação (SFH/BNH). Em 1967, sob o governo de Costa e Silva, o Banco Nacional de Habitação (BNH) consegue a gestão dos depósitos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a implementação do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos, o que ampliou significativamente o capital do banco fazendo com que se tornasse uma das principais instituições financeiras do país e a maior instituição mundial voltada especificamente para o problema da habitação.

O BNH, portanto, teria a *priori* totais condições de ser o grande precursor da superação do déficit habitacional brasileiro durante a ditadura militar. Mas esta não era a realidade, a qual foi revelado no relatório anual da instituição de 1971, como podemos analisar.

Segundo o relatório anual do BNH de 1971 'os recursos utilizados pelo Sistema Financeiro da Habitação só foram suficientes para atender a 24 por cento da demanda populacional' (urbana). Isto significa que, seis anos após a criação do BNH, toda a sua contribuição para atender ou diminuir o déficit que ele se propôs eliminar constituiu em que esse mesmo déficit aumentasse em 76 por cento. De acordo com as previsões do BNH, em 1971 o atendimento percentual teria sido de 25,3 por cento e, embora deva aumentar ligeiramente em cada ano até 1980, o déficit deverá exceder 37,8 por cento do incremento da necessidade. (BOLAFF, 1982, p. 69)

3 Ainda no governo de Getúlio Vargas, a produção coletiva da habitação no Brasil, no início do século XX até meados da década de 50, apontou um fluxo intenso da população rural para as cidades, levando à necessidade de construção de moradias em grandes quantidades. Nesse período, observaram-se ações institucionais como a criação dos Institutos de Aposentadorias e Pensões e a Fundação da Casa Popular, com propostas que ampliam o conceito de moradia a partir do contexto social, político e econômico no Brasil, como também, de influências internacionais no campo da arquitetura e urbanismo. Para melhor embasamento teórico: (*) VIANNA, M. A. G.; SARMIENTO, E.; GONCALVES, L. P. (Org.). *Presos Políticos e perseguidos estrangeiros na Era Vargas*. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2014. v. 01. 264p. (**) SKIDMORE, T. *Brasil: de Getulio a Castelo* (14ª ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007. 512p.

O BNH desde a sua formação teve uma lógica que fez com que todas as suas operações tivessem a orientação de transmitir as suas funções para a iniciativa privada. O banco arrecadava os recursos financeiros e em seguida os transferia para os agentes privados intermediários. Algumas medidas inclusive demonstravam que havia ao mesmo tempo uma preocupação com o planejamento das ações de urbanização aliada aos interesses do capital imobiliário. Foi essa medida que obrigou as prefeituras a elaborar planos urbanísticos para os seus municípios, mas a condição de serem qualificadas para a obtenção de empréstimos junto ao Sistema Financeiro de Habitação e Urbanismo era de que os municípios deveriam contratar empresas privadas para a elaboração de tal plano.

A partir de 1967, a economia brasileira foi alavancada e a construção civil foi substituída em sua função de acelerador da economia pela indústria de bens de consumo durável, especialmente, a indústria automobilística. Este fato fez com que o BNH reorientasse seus investimentos para as camadas sociais com maior poder aquisitivo, esquecendo-se das construções de habitações populares.

Com o fim da ditadura militar, houve a redemocratização política e início da Nova República, porém ainda em um contexto de crise econômica. A partir do Decreto nº 2. 291 de 21 de novembro de 1986, o presidente José Sarney decretou o fim do Banco Nacional de Habitação, e esse é incorporado pela Caixa Econômica Federal.

Em um período de apenas quatro anos, o Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (MDU), criado em 1985, transformou-se em Ministério da Habitação, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (MHU), em Ministério da Habitação e Bem-Estar Social (MBES) e, finalmente, foi extinto em 1989, quando a questão urbana voltou a ser atribuição do Ministério do Interior (ao qual o BNH era formalmente ligado). As atribuições na área habitacional do governo, antes praticamente concentradas no BNH, foram pulverizadas por vários órgãos federais, como o Banco Central (que passou a ser o órgão normativo e fiscalizador do SBPE), a Caixa Econômica Federal (gestora do FGTS e agente financeiro do SFH), o ministério urbano do momento (formalmente responsável pela política habitacional) e a então Secretaria Especial de Ação Comunitária, a responsável pela gestão dos programas habitacionais alternativos. (SANTOS, 1999, p.48)

Foram muitas as razões que levaram o Banco Nacional da Habitação ao seu fim, dentre elas: inadimplência, corrupção e, sobretudo, fragilidade em relação às flutuações macroeconômicas do seu período de vigência. Além disso, o Sistema Financeiro da Habitação não foi capaz de atingir a principal demanda do déficit de habitação do país, o que reafirma o seu insucesso enquanto grande impulsionador da problemática habitacional brasileira

Então surge o Programa Nacional de Mutirões Comunitário voltado às famílias com renda inferior a três salários mínimos, este programa tinha intenção financiar cerca de 550 mil unidades habitacionais, mas a ausência de uma política clara para o programa acabou levando-o a não conseguir este objetivo, pois, avaliando o programa, entende-se que menos de um terço do previsto acabou sendo executado. Pode-se vincular isto a forte queda na área social do Sistema Financeiro Habitacional, juntamente com o enfraquecimento das Companhias Estaduais de Habitação (COHAB).

Em 1990, Fernando Collor de Mello assumiu a presidência da república do Brasil, após a primeira eleição para presidente, posterior à queda da ditadura militar. O neoliberalismo aprofundou a crise habitacional, quando os programas habitacionais passaram a ser responsabilidade do Ministério de Ação social. O Plano de Ação Imediata para a Habitação (PAIH) previa a construção, em caráter emergencial, de aproximadamente 245 mil casas em 180 dias através da contratação de empreiteiras privadas e novamente um programa habitacional estava direcionado ao capital imobiliário privado, com tudo em pouco tempo este prazo alongou-se por mais de dezoito meses, o custo médio foi bem superior ao previsto, a meta acabou diminuindo de 245 mil para 210 mil casas e para piorar a situação, o plano não conseguiu os percentuais de recursos necessários.

O governo Collor começava a importar para o Brasil o sistema neoliberal, o Brasil chegava há um número de 60 milhões de cidadãos em situação de rua, em uma realidade no qual 55,2% das famílias que se encontravam em déficit habitacional recebiam até dois salários mínimos. Essa situação se gravou com o crescimento da população urbana, falta de políticas para a população rural, onde até a natureza se fazia adversária por meio de um longo período de estiagem (seca), e

assim seguiu-se o país sem mais modificações positivas no que tange as políticas de habitação por mais dez anos.

A partir de 1995, com o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso (FHC), a questão da habitação voltou a despertar maior interesse, resultando na criação de uma nova política de habitação. De fato, nesse período, foi elaborada uma Política Nacional de Habitação mais consistente e composta por inúmeros programas voltados para lidar com as necessidades habitacionais tanto quantitativas quanto qualitativas. Os programas apresentavam características diversificadas, porém restritivas, uma vez que cada um atendia a uma demanda exclusiva e em localidades específicas. Apesar disso, o governo incentivou, em particular, aqueles programas que concediam crédito direto aos cidadãos, através do Carta de Crédito Individual, marcando uma redução da responsabilidade do poder público com a oferta de moradias (ao atuar fortemente sobre a demanda).

Incentivou-se também o programa Carta de Crédito Associativo, que funcionava com a criação de grupos associados organizados em prol de um financiamento para a construção de pequenos condomínios, em geral. Dessa forma, o modelo de política implementado por FHC se diferenciou daquele apregoado pelo governo Collor, que privilegiou o financiamento para as empresas privadas. Passou-se a perceber também, de um governo para outro, certa continuidade nos programas (iniciada com o Habitar Brasil, de Itamar, com parceria com o BID), ao invés de ações isoladas que mudam a cada governo.

Nesse sentido, o segundo mandato de FHC assegurou todos os programas que já vinham sendo desenvolvidos e criou dois novos: o Programa de Subsídio à Habitação (voltado para a população de até três salários mínimos, aproximadamente) e o Programa de Arrendamento Residencial. Este último foi criado em 1999, como uma forma de reativar a produção de conjuntos para a população com renda de até seis salários mínimos.

O atendimento a essa faixa de renda andava relativamente arrefecido, uma vez que, entre 1993 e 1998, os programas se voltaram mais para a concessão de crédito direto aos cidadãos e à melhoria das condições de habitabilidade, incluindo os programas Pró-Moradia e Habitar-Brasil, cujo financiamento destinava-se a

órgãos públicos e municípios que não apresentassem inadimplência, o que na prática limitou o seu desempenho. Salvo a modalidade Construção de Unidades Novas, do Programa Pró-Moradia, que de todo modo sofreu as limitações da exigência de inadimplência. No ano 2000, a chamada competência reformadora exercida pelo Congresso Nacional alterou a redação do art. 6º e recebeu a Emenda Constitucional nº 26, de 14 de fevereiro de 2000, que elevou a moradia ao *status* de direito constitucional, ampliando o rol dos direitos sociais, conforme a Constituição Federal:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (BRASIL, EC nº 26, de 14/02/2000)

Ainda durante a gestão de FHC, o Instituto Cidadania articulou profissionais da área juntamente com representantes dos movimentos sociais e setores empresariais para discutir como seria possível realizar a construção de moradias para a população mais pobre. Em parceria com a Fundação Djalma Guimarães, o Projeto Moradia foi concluído em maio de 2000 e apresentou soluções concretas para o problema do déficit habitacional, inspirando a criação do Conselho Nacional das Cidades, trazendo a proposta da criação do Sistema Nacional de Habitação, o qual seria formado pelas três frentes da Federação, que atuariam de forma estruturada sob a coordenação de um novo ministério, o Ministério das Cidades.

O controle social seria exercido pelo Conselho Nacional das Cidades e órgãos estabelecidos nos estados e municípios, aos quais caberia gerir fundos de habitação, que deviam concentrar recursos para subsidiar a baixa renda. Nesse aspecto, seria prioritária a aprovação do projeto de lei de iniciativa popular de instituição do Fundo Nacional de Habitação.

A política de subsídios previa a junção de recursos não onerosos ao Orçamento Geral da União (OGU) e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) com recursos retornáveis, para viabilizar o crédito e o acesso à moradia para a população de baixa renda. O Ministério das Cidades foi criado, com quatro secretarias nacionais (Habitação, Saneamento, Mobilidade Urbana e Programas

Urbanos), buscando articular as políticas setoriais e enfrentar a questão urbana. Após a regulamentação dos artigos 182 e 183 da CF, por meio da Lei nº 10.257/2001, denominada Estatuto da Cidade, foram estabelecidas diretrizes gerais da política urbana, tendo como uma de suas finalidades reverter a segregação espacial presente na maioria das cidades brasileiras.

Em 2005, já durante o primeiro mandato de Luís Inácio Lula da Silva, foi aprovada a Lei nº 11.124, que criou o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), lei que tramitou durante 13 anos no Congresso Nacional até ser aprovada e que estabeleceu o processo participativo de elaboração do Plano Nacional de Habitação (PNH) e constituição de fundos articulados nos diferentes níveis da federação, controlados por conselhos com participação popular e com ações planejadas em Planos Locais de Habitação de Interesse Social. Tais planos apresentam caráter obrigatório para entes federados dispostos a participar do sistema e interessados em receber recursos federais. Nesses planos devem constar as necessidades habitacionais de cada município e as estratégias para enfrentar o déficit habitacional (AMORE, 2015).

Na estrutura financeira do SNHIS, foi previsto o equilíbrio entre as ações do Estado e do mercado. O primeiro se encarregou das ações de habitação de interesse social, enquanto o segundo, das ações de habitação de mercado e atendimento da demanda habitacional para ampliar a oferta à classe média (AZEVEDO, 2007). Portanto, a lei buscou estabelecer mecanismo de longo alcance, por meio da integração das atividades estatais e mercantis. O desenvolvimento de políticas voltadas a cada tipo de realidade seria realizado por meio do fortalecimento do papel dos Estados e municípios, com a participação da sociedade. Diversos grupos de atores, tais como militantes de movimentos sociais, acadêmicos e profissionais que discordavam do modelo de gestão vigente, foram instados a participar da tomada de decisão e a propor alterações nas políticas públicas.

No entanto, houve uma mudança na conjuntura política a partir do ano de 2006 que forçou o governo federal a negociar a ampliação da participação de partidos coligados no poder executivo. Entre as exigências feitas pela coalizão, a chefia do Ministério das Cidades era uma das prioridades. Para evitar o

agravamento da crise política, o governo abdicou da proposta de desenvolvimento urbano integrado para as cidades brasileiras e o SNHIS foi continuamente enfraquecido, por meio da limitada influência dos movimentos sociais na discussão e deliberação da aplicação dos recursos do FNHIS (MARICATO, 2014).

Como resposta à crise econômica mundial de 2008, que teve reflexos no crescimento econômico brasileiro, e visando à eleição que se aproximava em 2010, o governo optou pela adoção de políticas com respostas de curto prazo no que se refere ao aquecimento da economia, que incluíam a manutenção do crédito, o atendimento aos setores mais atingidos pela recessão e a sustentação dos investimentos públicos, principalmente, na área de infraestrutura.

No âmbito dessas medidas foram priorizados os investimentos na área de habitação, para que o setor da construção civil pudesse oferecer novas oportunidades de trabalho para população com baixa qualificação. Nesse período, o que se observou foi a criação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em 2007, e o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), em 2009, este último sendo um novo programa de habitação concebido como forma de aquecer a economia para enfrentar a crise financeira mundial e para assegurar um ganho político de curto prazo para a coalizão político-partidária do governo, que visava à continuidade de sua administração.

Desde o lançamento do PMCMV, o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social passou a concentrar seus recursos nas ações de urbanização de assentamentos precários e desenvolvimento institucional. Os recursos foram alocados em obras complementares de projetos em andamento, financiados com recursos do PAC, demonstrando o caráter subsidiário do FNHIS nas decisões de política habitacional (CARDOSO et al., 2011).

4 – DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL

4.1. Habitação e crescimento econômico no Nordeste

Diversos teóricos propuseram-se a estudar a dinâmica do desenvolvimento regional, especialmente no período iniciado após a Segunda Guerra Mundial, com o intuito de esclarecer sua problemática, indicando, inclusive, as possíveis soluções para a superação do subdesenvolvimento. Entre estes pode-se destacar François Perroux, cuja análise estimulou uma série de estudos convergentes como aqueles desenvolvidos por Gunnar Myrdal e Albert O. Hirschman. Em torno do pensamento destes estudiosos, foi estabelecido um consenso que passou a influenciar significativamente a condução da política econômica nacional.

Estes teóricos procuraram demonstrar que uma vez estabelecidas as vantagens ou desvantagens comparativas dos espaços econômicos, iniciam-se movimentos migratórios do capital, cujos resultados se expressam em determinada dinâmica regional, isto é, em relativo vigor ou estagnação do processo de acumulação em uma região.

As principais teorias que abordam o tema do desenvolvimento embasam-se na industrialização como o meio para atingi-lo, através de relações em cadeia, visando impulsionar as principais atividades econômicas da região atingida. As cadeias produtivas são estruturas econômicas enlaçadas que se apresentam como propulsoras do desenvolvimento regional, sob a conjuntura de relações financeiras, comerciais e fluxos de trocas.

Entretanto, tais estruturas por si só não trarão o desenvolvimento econômico a uma região, uma vez que nem todas as regiões se desenvolvem ao mesmo tempo e de uma mesma maneira (PERROUX, 1965). Nesse sentido, compreender as teorias que versam sobre o desenvolvimento de uma região, e entender a influência que o Estado desempenha nesse processo, pode gerar subsídios para que os gestores públicos posicionem-se ativamente e criticamente auxiliando no processo de promoção do desenvolvimento econômico.

De acordo com Oliveira e Lima (2003), as teorias sobre o desenvolvimento regional também partem da ideia de uma força motriz, exógena que, por meio de reações em cadeia, influencia as demais atividades econômicas. Ao se tratar desse tema, deve-se ter em mente a “[...] participação da sociedade local no planejamento contínuo da ocupação, do espaço e na distribuição dos frutos do processo de crescimento”. As teorias do desenvolvimento regional servem para dar suporte às políticas econômicas que alavancam a sociedade regional.

Para Sassen (2010), um dos maiores impactos das cidades globais é a ciranda financeira dos negócios da globalização contemporânea, fruto dos avanços tecnológicos. O homem de cidades globais como Nova York, Londres e Amsterdã, tem muito em comum quando se trata de investimentos financeiros, entendendo-se, desse modo, que esses locais estão mudando a geografia do poder, com a intensificação das transações entre elas, sobretudo através dos mercados financeiros e de fluxos de serviços. E que, ao mesmo tempo, devem ser foco de estudos, pois são também o local onde minorias e vulneráveis encontram espaço para os seus projetos de vida. Entretanto, a sociologia de Brym (2006) analisa que um dos maiores desafios do século XXI é elevar o nível de reinventar a sociedade urbana diante do processo educacional. Para isso, os movimentos sociais são uma destas categorias.

A propositura sociológica de Giddens (2002) diante leitura do mundo é um tanto pessimista devido às incertezas e desconfianças da contemporaneidade. Para ele, os projetos políticos por melhores que se apresentem, são merecedores de investigações, quando na maioria das vezes os fins nem sempre justificam os meios, originados de uma propagação pós-moderna.

Cavalcante (2008) considera difícil definir quem foi o primeiro teórico a discorrer sobre as aglomerações como sendo um fator de atração locacional. O autor considera que Alfred Marshall, se não o primeiro, foi um dos mais importantes teóricos a tratar do assunto. Acreditava o autor que muitas vezes o mais importante não era o tamanho das fábricas, mas sim, quais eram e como estavam dispostas perante a vizinhança.

Desse modo, os anos 1950 foram profícuos no que se refere a expansão ou ao surgimento das novas teorias sobre o desenvolvimento regional. Grandes foram os debates e, no caso da América Latina, a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) contribuiu de forma muito eficaz na divulgação, bem como, na discussão dessas teorias. As teorias de Perroux, Myrdal e Hirschman entraram em voga e passaram a inspirar políticas públicas que buscavam o desenvolvimento regional. Suas contribuições, no que se refere ao tema, introduziram a interdisciplinaridade na abordagem de questões que até então, detinham um viés exclusivamente econômico.

Nas últimas décadas, a região Nordeste experimentou mudanças estruturais significativas, que foram acompanhadas por alterações no nível de renda e no padrão de vida da população nordestina que, segundo Araújo (2000), decorreu a partir dos relatórios elaborados pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento Econômico do Nordeste (GTDN), tendo como coordenador Celso Furtado. Segundo a pesquisa de Bacelar (2000), o ambiente econômico da região foi substituído por um processo de inflexão econômica em relação ao Centro-sul, que era detentora de todo o desenvolvimento nacional. Constatam-se que, nas décadas anteriores, a característica mais importante da base produtiva instalada na região era o fraco dinamismo econômico, enquanto a indústria era comandada pelo crescimento econômico do Sudeste.

O velho setor primário exportador da região Nordeste era responsável pelo fornecimento de matéria prima com baixo custo e mão de obra pouco qualificada para o Centro-sul, dando mostras da sua incapacidade de continuar a impulsionar o desenvolvimento econômico regional. Furtado (1989), descreve que o nordeste brasileiro, que tinha sua economia principalmente baseada no setor agrícola, no ano de 1958, teve sua situação fortemente agravada em decorrência da seca que atingiu a região neste período, que acarretou na redução da oferta de alimentos somado aos impactos gerados pela inflação que foram ainda mais severos para os nordestinos. Além disso, o fluxo de recursos financeiros injetados pelo poder público abria espaço para irregularidades que seriam extensivamente divulgadas pela imprensa nacional.

Além disso, houve aumento do desemprego rural e êxodo da população, como também uma série de denúncias que levaram à tona os escândalos da chamada “indústria das secas” mantidas por corrupção na administração dos recursos enviados pelo governo federal, com a construção de açudes nas fazendas dos “coronéis”, entre outros. Ou seja, denunciava-se que o latifúndio e seus coronéis tinham capturado o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), criado em 1945, da mesma forma como anteriormente tinham dominado a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), de 1909.

Nesse período, o Brasil e os demais países da América Latina vinham formulando estratégias de desenvolvimento que implicavam na proteção da indústria nacional nascente e na promoção de poupança forçada por meio do Estado. De acordo com Bresser-Pereira (2006), esta estratégia recebeu o nome de “desenvolvimentismo” ou “nacional-desenvolvimentismo”, quando foi plantada a semente da CEPAL a partir da instituição da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), idealizada no governo Juscelino Kubitschek e sendo atribuído o planejamento de execução dos projetos aos paraibanos Celso Furtado e Aluizio Campos. Seus defensores são considerados herdeiros intelectuais dos neopositivistas, com a diferença de que possuíam mente aberta para idéias progressista em teorias econômicas.

A SUDENE deveria coordenar todas as atividades do governo federal na região Nordeste, de modo a promover a aceleração do processo de industrialização, de empregos e da produção tanto industrial, quanto agrícola. Este impulso transformador encontrava respaldo numa nova liderança, o Estado, capaz de acionar políticas e reformas, canalizando o desenvolvimento nacional, apesar da relação por vezes contraditória com os atores sociais e econômicos. No início, os cepalinos foram muito criticados, segundo Oliveira (1987), porque sua abordagem contrariava a teoria de divisão internacional do trabalho, segundo a qual cada país deveria especializar-se na produção de bens cuja vantagem comparativa fosse maior.

O modelo de desenvolvimento adotado pelo Brasil então, foi o de substituição de importações, sendo feitos investimentos públicos em setores considerados estratégicos para a economia através de uma política fiscal e de controle do câmbio, isto para estimular a produção interna. Neste período, também, foram criadas diversas empresas estatais, como a Vale do Rio Doce, Hidroelétrica de Paulo Afonso e a siderúrgica de Volta Redonda.

No entanto, foi durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960) que o desenvolvimentismo ficou mais evidente na economia brasileira com o favorecimento da entrada de capitais estrangeiros no país. O Plano de Metas implementado por JK fez crescer o setor de indústria pesada no Brasil, ocorreu a organização industrial monopolizando o setor que, posteriormente, seria o mais dinâmico da economia e que exerceria muita influência na redefinição da orientação econômica e política do país.

Após esse período, se iniciou uma luta entre os que procuravam enquadrar as multinacionais estrangeiras às perspectivas da economia brasileira e os que, ao contrário, buscavam enquadrar a economia nacional às perspectivas da economia das multinacionais. O resultado foi a realização de transferências para países semi-industrializados, como o Brasil, de determinadas linhas de produção industrial.

Silveira (1984) trata sobre a visão das classes dominantes em relação às Províncias de Pernambuco e Paraíba na segunda metade do século XX que, diante do impacto do processo modernizador, realiza os estudos regionais além de uma crítica historiográfica nordestina. A região Nordeste ficou com os sinais marcados no espaço geográfico em estado de crise e subdesenvolvimento.

Enquanto a região Sul estabelece uma alta circulação monetária e um grande desenvolvimento comercial, o Nordeste por sua vez perde movimento de capital, e sofre com a desvalorização de seus produtos no mercado, especialmente, no caso da economia nordestina, do açúcar. Sendo assim, no final do século XIX o discurso regionalista começa a ficar cristalizado no discurso das elites dirigentes que, na impossibilidade de outra inserção, buscam na presença constante da escassez, mantém os meios de recursos públicos que, em última instância, são por elas apropriados.

Assim:

[...] a ideologia regionalista, tal como surge é, portanto, a representação da crise na organização do espaço do grupo que a elabora. Uma fração açucareira da classe dominante brasileira, em vias de subordinação a uma outra fração hegemônica (comercial-cafeeira), se percebe no seu lócus de produção e no relacionamento deste lócus com outros espaços de produção, de forma predominante aquele da fração hegemônica." (SILVEIRA, 1984, p.17).

É neste sentido que o discurso regionalista é um problema político, não por ameaçar, no extremo, a unidade nacional, mas por ser um elemento que, além de propiciar o desenvolvimento de preconceitos regionais, baseia sua análise da realidade a partir da discussão dos problemas sociais contribuindo para a compreensão das questões de classes e de gêneros, desviando a atenção dos verdadeiros focos dos problemas. A ideologia do regionalismo nordestino é identificada na produção cultural, tanto erudita como folclórica, que passa a operar dentro daquela função ideológica apontada acima.

Na categoria dissertativa sobre o Estado, Oliveira (2003), afirma que, se por um lado o Estado deprimiu o salário, depreciando sobremaneira o nível de vida das classes trabalhadoras, de outra parte configurou as bases da descomunal concentração de capital nas mãos de um setor capitalista. Como Oliveira analisou, a base capitalista relativamente pobre e a falta de perspectivas de restaurar um modo de acumulação vinculado à divisão internacional do trabalho, fizeram com que a industrialização só fosse viável mediante a ativa promoção estatal que resultasse em expressiva transferência de renda dos agroexportadores para a burguesia industrial.

Esta transferência foi viabilizada pelo apoio popular obtido por meio de pacto populista, o qual, em contrapartida, permitiu a reprodução das formas que caracterizam processos de acumulação primitiva no campo, pois, ao se excluir o mundo rural da CLT, evitou-se uma acentuada redução dos excedentes apropriados pelos proprietários rurais.

Assim sendo, os trabalhadores rurais e a maioria dos ocupados no terciário não foram inseridos no novo estatuto do trabalho a CLT, reproduzindo formas de exploração prévias à fase monopolista do capitalismo. O autor de *Crítica à Razão Dualista* informa ainda que a criação da CLT resultou na estruturação do mercado de trabalho no Brasil, pois estipulou padrões salariais que viabilizaram o cálculo empresarial e fomentou a formação de um amplo “exército industrial de reserva”.

Abrangendo esse tema do Nordeste, a contribuição de Aluizio Campos é pertinente no que diz respeito à bibliografia, já que seu livro *A revolução da SUDENE* (1963) atua mutualmente no sentido de alicerçar um melhor embasamento teórico. Esse livro é, na verdade, uma versão datilografada realizada após um discurso na Rádio Tabajara, em João Pessoa, fortalecendo seus ideais de trazer o Banco do Nordeste para a Paraíba, já que Aluizio Campos fazia parte da equipe da Operação Nordeste que envolvia também o Banco do Brasil, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e o Banco do Nordeste, trazendo esse último para o Estado da Paraíba.

4.2. Fundamentações sobre o desenvolvimento local

O conceito de desenvolvimento local vem sendo criticado e renovado por muitos autores ao longo dos anos. A crítica está no fato de que em matéria de crescimento, não se pode antecipar os passos futuros de forma independente da realidade local, realidade esta que tem suas implicações peculiares. O desenvolvimento deve ser entendido levando-se em conta os aspectos locais, aspectos estes que têm significado em um território específico. O global passa a ter sua importância associada ao local e vice e versa, já que um está em constante mudança por conta das interferências do outro e, por conta disto, muitos autores utilizam o termo “glocal”⁴, a junção dos dois aspectos, para se referir ao desenvolvimento.

Atualmente, é quase unânime entender que o desenvolvimento local não está relacionado unicamente com crescimento econômico, mas também com a melhoria da qualidade de vida das pessoas e com a conservação do meio ambiente. Estes três fatores estão inter-relacionados e são interdependentes. O aspecto econômico implica em aumento da renda e riqueza, além de condições dignas de trabalho. A partir do momento em que existe um trabalho digno e este trabalho gera riqueza, ele tende a contribuir para a melhoria das oportunidades sociais. O desenvolvimento local pressupõe uma transformação consciente da realidade local, o que implica em uma preocupação não apenas com a geração presente, mas também com as gerações futuras e é neste aspecto que o fator ambiental assume fundamental importância.

⁴ No Ocidente, o primeiro autor a explicitar a ideia de glocal é o sociólogo Roland Robertson. Segundo Robertson (1999), o conceito de "glocalização" tem o mérito de restituir à globalização a sua realidade multidimensional; a interação entre global e local evitaria que a palavra "local" definisse apenas um conceito identitário, contra o "caos" da modernidade considerada dispersiva e tendente à homologia.

De acordo com Buarque (1999), outro aspecto relacionado ao desenvolvimento da cidade é que ela demanda em articulação entre diversos atores e esferas de poder, seja a sociedade civil, as organizações não governamentais, as instituições privadas e políticas e o próprio governo. O modelo econômico aplicado no Brasil pós-1964, que visava a substituição das importações, foi implementado por meio de políticas públicas que tinham como objetivos centrais a auto-sustentação e a independência do país em relação ao mercado externo. Esse modelo desenvolvimentista, fundamentado na década de 1960, provocou uma intensificação no movimento rural-urbano.

O êxodo rural foi um dos fatores que provocou o crescimento acelerado e desordenado das cidades, principalmente as da região Sudeste, cujo processo de industrialização se manifestou de forma preponderante. Assim, surgiram nesses locais um aumento gradual da pobreza, violência interpessoal, criminalidade e insalubridade, deficiência dos serviços de infraestrutura, além das situações de risco das moradias e degradação ambiental – configurando um quadro de urbanismo de risco.

O desenvolvimento das cidades brasileiras deu-se de forma espalhada que, por sua vez, configurou um tipo de localidade caracterizada pela periferização, fragmentação e dispersão. São constantes os grandes vazios urbanos encontrados entre a malha urbana e as novas ocupações. Isto já era uma realidade desde os anos 1960 quando se iniciaram as construções dos grandes conjuntos habitacionais em diferentes escalas, e permanece como realidade atual. Muito embora os processos de urbanização apresentem particularidades, essa é uma tendência geral que se constata seja nas metrópoles, seja nas denominadas cidades médias. O período de rápido crescimento das cidades médias gerou sérias consequências, entre estas se destacam a precariedade da habitação e uma forte tendência à periferização.

A partir de década de 1970, essas cidades recebem um forte contingente migratório principalmente em função da concentração fundiária no campo. Estes migrantes, ao chegarem nas cidades, não encontrando habitação acessível, passaram a ocupar as áreas de domínio público, particularmente aquelas que não

estavam sob o comando do mercado imobiliário, produzindo as denominadas favelas. Por conseguinte, dá-se início a uma urbanização cada vez mais periférica, ou como já mencionado anteriormente, as cidades espraiadas.

Na história da urbanização brasileira, a expansão das cidades é marcada pelos grandes loteamentos oficiais, destinados às camadas da população de maiores rendimentos e também pelos denominados loteamentos irregulares ou clandestinos. Estes caracterizam-se por não obedecer à legislação que dispõe sobre o parcelamento do solo (Lei Federal 6.766/79).

Além disso, tem-se a periferização da cidade produzida pelo Estado com a construção dos conjuntos habitacionais e ainda a ação dos incorporadores imobiliários que constroem os loteamentos fechados para uma camada da população mais abastada que opta por viver em áreas afastadas e separadas do restante da cidade, aguçando sua fragmentação. Esta forma de habitar caracteriza-se por apresentar exclusividade social, sistemas de segurança, qualidade ambiental, funcionalidade e autonomia administrativa.

4.2.1. A cidade de Campina Grande e suas políticas de habitação

Campina Grande é uma cidade de porte médio que ocupa posição de destaque em todo o interior nordestino e no conjunto do sistema urbano regional. Sua atuação como centro dinâmico é determinada, entre outros fatores, pela sua privilegiada localização geográfica que facilita a acessibilidade e intermediação entre as principais regiões produtoras e consumidoras paraibanas, como também entre os importantes eixos de circulação do Nordeste. Situada a 120 km da capital do estado e das zonas agrícolas litorâneas, Campina Grande constituiu-se, no entanto, como o maior empório comercial da região Nordeste, entre a década de 1940 e 1950, depois de Recife, ocupando entre todas as cidades brasileiras, posição privilegiada quanto a seu comércio, onde “o setor atacadista ocupa quase meio por cento do pessoal empregado no atacado do país”. (SILVA, 1987, p. 53).

Desde o século XVIII, a cidade desempenhou importante função no escoamento de grande parte da produção agrícola regional: produtos alimentícios do brejo, agave e algodão das áreas sertanejas, leite e couro das áreas pecuaristas, assim como no abastecimento de bens e serviços para toda região nordestina que por sua vez, motivaram o aparecimento da feira de gado e também de uma grande feira livre. É fato que as mudanças engendradas no sistema mundial alteraram o papel que até então Campina Grande cumpria na ordenação territorial do espaço nordestino e principalmente paraibano: de entreposto comercial subordinado à dinâmica gerada pelas atividades litorâneas.

A então vila torna-se um importante centro de escoamento da produção primário-algodoeira realizada no semiárido nordestino. No ano de 1864 eleva-se à categoria de cidade. No final do século XIX, a dinâmica da cidade dava-se principalmente em função da sua localização, pois era por onde passava “a principal estrada que liga os sertões da Parahyba e Rio Grande do Norte às cidades da Parahyba e Recife”, por conseguinte, o seu “commercio de transito, principalmente em certos dias da semana, de quinta-feira até sábado, quando são feitas as suas grandes feiras de gado, e de gêneros alimentícios” é bastante animado (JOFFILY, 1977, p. 268).

O início do período técnico, tal qual define Santos (1993), dissemina aparatos tecnológicos que promovem alterações na morfologia urbana e também na dinâmica econômica e social das cidades de um modo geral. Apesar da distância temporal, fato é que a chegada da ferrovia no interior do Nordeste introduz uma nova dinâmica econômica e também urbana. A cidade então movida pela economia algodoeira passa a ter um outro elemento que redefinirá a sua estrutura, a sua morfologia, a sua economia e ainda as relações sociais.

A implantação da ferrovia, em 1907, consolidou a sua posição de empório comercial, impulsionou o crescimento da cidade influenciando no cotidiano de sua população, na medida em que vendia para os mercados estrangeiros a sua maior riqueza – o algodão –, comprava aos estrangeiros o maquinário para as indústrias e as últimas novidades da moda. Registre-se que a partir da década de 1930,

redefiniu-se o modo de acumulação capitalista no país, que de agrário-exportador passou a ser urbano-industrial.

Apesar dessa liderança econômica, até 1937, o crescimento urbano foi lento. A cidade contava com 7.069 casas e 99.557 habitantes, três Grupos Escolares e as sedes do Banco Auxiliar do Povo, do Banco do Comércio e da Cooperativa do Banco Mercantil, a Repartição de Saneamento de Campina Grande, e Associação Desportiva Campinense.

A economia algodoeira somada aos incrementos técnicos possibilitam a primeira grande expansão da cidade que se dá para além do seu centro primaz. É ainda na primeira metade do século XX que a aspiração pelo moderno, alimentada pelo capital algodoeiro, possibilita a realização de uma grande reforma urbanística que destrói a cidade histórica e ergue uma que se assemelhasse aos ideais da Modernidade. Neste período o seu centro primaz é completamente alterado: as ruas são alargadas, as casas são substituídas por sobrados todos em estilo *art déco*, a feira livre é transferida de lugar, praças são construídas, etc. Além disso, a produção do algodão favorece a instalação de empresas, de bancos e, por conseguinte, de hospitais e colégios. Tais implementações têm como principal propósito atribuir à cidade o status de cidade moderna.

Nas décadas de 1940-50 registrou-se o maior índice de crescimento da cidade, tanto em população como em edificação e área urbana. A incipiente industrialização e o incremento das atividades comerciais, iniciadas na década de 1940 impulsionaram não só o crescimento e a concentração urbana, como também o desenvolvimento econômico que nos anos de 50/60, atingindo no conjunto de 92 municípios nordestinos selecionados pela SUDENE, o 4º lugar em população e produção industrial (perdendo posição apenas para Recife, Salvador e Fortaleza), o 5º em produção agrícola e o 6º lugar em número de empresas e arrecadação tributária (SILVA, 1987).

Essa importância econômica de Campina Grande fica mais evidenciada quando comparada a outras cidades da Paraíba, inclusive a cidade de João Pessoa, capital do Estado, cujo nível de desenvolvimento econômico se tornava inexpressivo diante da opulência econômica de Campina Grande, na época. Essa

relevância econômica no contexto do Estado da Paraíba revela-se também pelo fato da cidade abrigar sedes de importantes órgãos e entidades de classes, como exemplo a FIEP - Federação das Indústrias do Estado da Paraíba, SESI – Serviço Social da Indústria, SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, CNPA - Centro Nacional de Pesquisa do Algodão e da Bolsa de Mercadorias do Estado da Paraíba, e sede de 12 dos 16 sindicatos patronais do Estado. (SILVA, 1987, p. 53).

A partir da década de 1960, com a política brasileira de industrialização do Nordeste através da SUDENE (Superintendencia do Desenvolvimento do Nordeste), Campina Grande recebe novos impulsos econômicos conduzindo à criação de distritos industriais em áreas periféricas da cidade⁵. Esta é a primeira expansão periférica da cidade, conduzida de fato pelo Estado. Ainda nesse período, o Governo Militar passou a atuar na produção de habitações com a construção massiva de conjuntos habitacionais sendo construídos não somente nas metrópoles, mas também nas cidades médias. A edificação dessas novas áreas residenciais não se deu de forma contínua à malha urbana, mas sim a partir de grandes vazios urbanos, produzindo as cidades espraiadas traduzidas por Santos (1993).

Nesse período, a previdência social ficou atrelada à Caixa Econômica Federal e ao Banco Nacional de Habitação (BNH), uma vez que estes órgãos governamentais foram cada vez mais fortalecidos no sentido de representarem a política habitacional brasileira idealizada pelo plano Plano Nacional de Habitação. Combinava-se, desse modo, repressão com habitação, se tornando a verdadeira moeda de troca antidemocrática mais marcante, simbolicamente, para a sociedade naquele período antidemocrático.⁶

Para relacionar uma política social sintonizada com a ênfase nacional, foram implantadas as COHABs (Companhias de Habitação) nos estados da federação, as quais conferiam financiamentos a pessoas físicas integradas em grupos formados por condomínios, sindicatos, cooperativas, associações ou empresas do setor da

⁵ A política desenvolvimentista brasileira deteve-se ao mecanismo de crédito fiscal adotado em 1961, através do I Plano Diretor da SUDENE, que ficou conhecido como Artigo 34/181, ou simplesmente 34/18. Esse mecanismo foi responsável pela transferência de recursos financeiros de todo o Brasil para o Nordeste com o objetivo de promover a industrialização da região, facilitando a concessão de crédito junto ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB), reforçando assim também o planejamento urbano e regional.

⁶ Para uma melhor compreensão: LIMA, Damião. *Campina Grande sob intervenção: A ditadura de 1964 e o fim do sonho regional desenvolvimentista*. 01 ed. João Pessoa: UFPB, 2012. v. 1.000. 278p.

construção civil com um considerável financiamento de moradias para o “mercado popular”, convergindo com o objetivo do governo de se legitimar junto às massas. A casa própria transformou-se em “sonho” nacional e o Banco Nacional de Habitação (BNH) foi o agente financiador dessa mercadoria que surgiu, em números nunca antes vistos: os grandes conjuntos habitacionais construídos nas cidades.

O BNH obteve uma funcionalidade que superou a produção da habitação, passando então a operar como promotor da política de desenvolvimento urbano, dentro dos padrões do que nomeamos de Planejamento Autoritário. Algumas ações, promovidas com o financiamento do banco supracitado, foram implementadas gerando disputas entre os órgãos promotores e a sociedade. Entretanto, mesmo tendo sido construídas mais de quatro milhões de habitações, o déficit existente do BNH era três vezes maior na década de 1980. O Conjunto Habitacional Álvaro Gaudêncio, conhecido como Malvinas, em Campina Grande, construído no início da década de 1980, é um desses exemplos.

O conjunto Álvaro Gaudêncio, cujo nome é em homenagem a um político local, foi construído pela CEHAP (Companhia Estadual de Habitação Popular da Paraíba). Antes de ser concluído e entregue aos mutuários, porém, foi ocupado. O alto fluxo migratório, a demora na conclusão das obras e a pequena oferta de casas para a população de menor renda familiar provocaram a população que ainda não tinha sido atendida pelos programas habitacionais. Assim, decidiram por ocupar o espaço destinado a outra parcela da população, no caso específico, os servidores públicos estaduais.

Como resposta a essa ocupação, o governo do estado cercou e sitiou o Conjunto por vários meses, ficando os ocupantes das casas foram impedidos de entrar com alimentos e água. Essa tensão fez com que o conjunto fosse batizado pelos ocupantes como Malvinas, numa referência ao conflito entre Argentina e Inglaterra, que ocorria naquele momento histórico, pela posse das Ilhas Malvinas. Os ocupantes resistiram até que a CEHAP promoveu o cadastramento deles que passaram, então, a ter direito legal, sobre as casas do Conjunto. A história de luta e resistência do Malvinas é um exemplo da insuficiência entre o número de moradias construídas pelo BNH e a demanda populacional.

Apesar da crítica à produção dos conjuntos habitacionais do BNH, estes foram, por um longo período, a única alternativa aos aglomerados subnormais. Notadamente essa política não surtiu o efeito desejado, tendo em vista o alarmante número de favelas espalhadas por todas as regiões do país. Ao se criarem conjuntos habitacionais para a população que recebia mais de três salários mínimos, restou, à margem desta política habitacional, uma parcela significativa da população que, por seus próprios meios, buscou construir sua moradia através da autoconstrução, em espaços desocupados no interior das cidades.

A construção dos conjuntos habitacionais populares, além de não resolver as questões da habitação, provocou a segregação espacial, uma vez que foram edificadas em lugares distantes dos centros das cidades, em áreas ainda não urbanizadas e descontínuas da malha urbana, deixando essas populações isoladas. Dessa forma:

Em 1965, a COHAB – Campina Grande recebeu do BNH a liberação para construir as primeiras 300 moradias populares, distribuídas pelos diversos bairros do município, também foram construídos três conjuntos habitacionais: Sandra Cavalcante, Castelo Branco e Jardim Paulistano, com 1.200 casas destinadas aos funcionários municipais. O prefeito mantinha uma amistosa relação com as Sociedades de Amigos de Bairro (SABs), criadas na administração (1959-1963) de Severino Cabral, e para atender as reivindicações dos moradores do bairro de São José em setembro do mesmo ano era iniciada a reconstrução da Igreja da Guia. Durante a construção das citadas obras, Campina Grande recebeu a visita inesperada no mês de setembro, no dia 14, uma comitiva procedente do Recife integrada por 18 oficiais do Estado Maior das Forças Armadas, comandadas pelo Major Brigadeiro Homero Souto de Oliveira, pertencente ao Núcleo de Defesa do Norte, segundo suas declarações a visita ao Nordeste era um serviço de observação e pesquisa. Inesperadamente, no dia 21, a cidade recebeu a visita da presidente do Banco Nacional de Habitação (BNH), Sandra Cavalcanti, para inspecionar as obras da COHAB - CG e tomar outras providências a respeito do BNH em Campina Grande. (OLIVEIRA, 2005, p.73)

Verifica-se, até os dias atuais, a permanência do espraiamento da cidade de Campina Grande com grandes contrastes socioespaciais. Nas áreas apartadas ou periféricas, se encontram tanto os loteamentos fechados da população de alta renda, como os novos conjuntos habitacionais construídos pelo Estado, em parceria

com a Prefeitura, para a população de baixa renda, particularmente, pessoas removidas das favelas que se encontravam no interior da malha urbana. Percebe-se, portanto, a atuação de dois agentes da produção do espaço urbano: o Estado e os grandes incorporadores imobiliários.

Se por um lado esse investimento promove a regularização fundiária e uma melhoria na qualidade habitacional, por outro lado dá continuidade ao antigo processo de promover a valorização de áreas não edificadas, contribuindo para o enriquecimento dos proprietários fundiários e para o empobrecimento da classe trabalhadora, uma vez que esta última passa a habitar cada vez mais distante do local de trabalho e dos serviços necessários.

4.2.2. A atuação do Programa Minha Casa, Minha Vida

Os problemas relacionados à habitação na cidade de Campina Grande, assim como em várias outras do Brasil, são históricos. Eles se relacionam à infraestrutura, localização precária das habitações (córregos de riachos e áreas íngremes, por exemplo), falta de acesso à moradia, difícil acesso ao mercado imobiliário formal, entre outros.

Segundo a Secretaria de Planejamento da Prefeitura de Campina Grande (SEPLAN), como também a Política Nacional de Habitação (PMH), o déficit habitacional da cidade é de aproximadamente 16.593 novas moradias, número que corresponde à necessidade de mais de 81% da população com faixa de renda de até três salários mínimos, incluindo domicílios improvisados, casos de coabitação familiar e domicílios rústicos, que representam riscos aos seus moradores.

O diagnóstico do setor habitacional e das carências de moradia em Campina Grande faz parte do desenvolvimento do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social, que consolidou o planejamento das ações da Prefeitura referentes à questão habitacional, com o objetivo de promover o acesso à moradia na cidade. Com a consolidação do Plano, esteve garantido à população de baixa renda (os que têm rendimento familiar de até três salários mínimos e comprometem mais de 30% da

sua renda com aluguel) moradia com condições adequadas de habitabilidade, infraestrutura e equipamentos comunitários.

Os programas e projetos para o enfrentamento do déficit são, em sua maioria, motivados pelos incentivos do Governo Federal através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV).

O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) foi criado em 2008 e passou a ser implantado em março de 2009 no governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva através da “Medida Provisória de nº 459, de 25 de março de 2009”. (D’AMICO, 2011, p.35). Possui abrangência nacional e foi consolidado pela Lei N. 11.977, de 7 de julho de 2009. As fontes de financiamentos e os valores destinados foram: R\$ 25,5 bilhões do Governo Federal, R\$ 7,5 bilhões do FGTS e R\$ 1bilhão do BNDES (Fonte: SINDUSCONPA). O critério de destinação desses recursos é o déficit habitacional de cada estado. No que se refere aos objetivos do Programa, além de construir moradia para as pessoas com baixa renda, também visa à geração de emprego e renda através da construção civil e do crescimento econômico. Os agentes envolvidos para a sua realização e suas respectivas funções são alencadas por: a) Governo federal (financiamento); b) Estados e municípios (cadastramento); c) Empreendedoras (construção) e d) Movimentos sociais (construção e acompanhamento).

A última modificação do PMCMV foi realizada no início de 2017, ocorrendo sobretudo ajustes nas faixas de renda e nas condições de financiamento. Pelas regras atuais, podem participar do programa famílias com rendimento mensal de até R\$ 9 mil (BRASIL, 2019).

Quadro 1 – Condições para o financiamento do Programa Minha Casa, Minha Vida de acordo com a faixa de renda.

| FAIXA | RENDA MENSAL | FINANCIAMENTO |
|------------------|--|---|
| Faixa 1 | Famílias com renda mensal de até R\$ 1.800,00. | O financiamento nestes casos pode ser feito em até 120 meses, com prestações mensais que variam de R\$ 80,00 a R\$ 270,00, dependendo da renda bruta familiar. Além disso, a garantia para o financiamento é o próprio imóvel a ser adquirido. Nesta faixa, a maior parte do valor do imóvel é financiada pelo governo. |
| Faixa 1,5 | Famílias com renda mensal até R\$ 2.600,00. | Neste caso, o financiamento do imóvel é feito a uma taxa de juros de 5% ao ano e com um prazo de pagamento de até 30 anos. Conta ainda com subsídios do governo de até R\$ 47,5 mil. |
| Faixa 2 | Famílias com renda mensal até R\$ 4.000,00. | Nesta faixa de renda, o governo subsidia até R\$ 29 mil na compra do imóvel. Além disso, a taxa de juros anual varia entre 5,5% e 7% e o prazo de financiamento é de 30 anos. |
| Faixa 3 | Famílias com renda mensal até R\$ 9.000,00. | Para as que apresentam um rendimento entre R\$ 4 mil e R\$ 7 mil, a taxa de juros fica em 8,16% ao ano. Já para aqueles com renda entre R\$ 7 mil e R\$ 9 mil, a taxa de juros anual é de 9,16%. O prazo limite para o financiamento também é de 30 anos. |

Fonte: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional, 2019 (dados obtidos e adaptados por Anselmo Cavalcanti).

Em todas as faixas de renda, são concedidas taxas de juros abaixo do valor de mercado, além de que as famílias que se enquadram na Faixa 3 só podem financiar o imóvel utilizando recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Há do mesmo modo outro requisito para participação no programa: o imóvel a ser financiado deve respeitar um teto máximo de valor, que varia de acordo com cada cidade. No Distrito Federal, em São Paulo e no Rio de Janeiro, por exemplo, o imóvel deve ser avaliado em no máximo R\$ 240 mil, já nas capitais do Norte e do Nordeste o teto limite é de R\$ 180 mil. Apresenta--se, em ambos os casos, a carência de até 24 meses para começar a pagar o financiamento, como também o seguro em casos de desemprego ou problema de saúde durante o tempo de financiamento de imóvel, concedido pelo Fundo Garantidor de Habitação, que fornece cobertura parcial do pagamento nesses casos especiais.

Quadro 2 – Entidades relacionadas ao PMCMV.

| ESFERA PÚBLICA | FUNÇÃO |
|---|---|
| Ministério das Cidades | É o responsável por estabelecer as regras, diretrizes e condições do programa, além de definir de que forma será feita a distribuição de recursos federais entre as unidades federativas. É o Ministério das Cidades o responsável por também acompanhar e avaliar o desempenho do programa. |
| Ministério da Fazenda e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão | Em trabalho articulado com o Ministério das Cidades, podem principalmente revisar a cada ano as regras referentes aos limites de renda dos beneficiários do programa. |
| Distrito Federal, estados e municípios | Essas esferas estabelecem termos de adesão para que possam participar do programa e, assim, atuar na identificação de necessidades e fornecer condições de ingresso ao programa para seus habitantes. Devem assegurar a implementação e desenvolvimento do programa, através de ações como: indicar áreas prioritárias para implementação, conceder isenção de tributos, fornecer aporte de recursos, entre outros. |
| ESFERA PRIVADA | FUNÇÃO |
| Empresas do setor de construção civil | Sua participação consiste na apresentação de propostas e execução de projetos de unidades habitacionais, dentro das normas estabelecidas pelo programa. |

Fonte: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional, 2019 (dados obtidos e adaptados por Anselmo Cavalcanti).

A cidade de Campina Grande recebeu 14 empreendimentos das Faixas 1 e 2, destacando-se, pela sua grandeza espacial, os Residenciais Dona Lindú I, II, III, IV; situados a noroeste da cidade, no Bairro Novo Bodocongó, que atende a Faixa 2 do PMCMV; e os Residenciais Major Veneziano I, II III e IV, situados no Bairro Três Irmãs, que atende às famílias inseridas na Faixa 1 do Programa (ARAÚJO, 2017). Apesar de estarem localizados em uma área de expansão da cidade, ambos se encontram com grande déficit na oferta de serviços. Em seu entorno, no raio de mil metros, não há serviços básicos de saúde ou segurança, deixando vulneráveis as áreas adjacentes ao conjunto, nem estabelecimentos comerciais e de serviços cotidianos. Por consequência dessa distância, é observado um acúmulo cada vez maior de comércio informal no seu entorno imediato.

Levando em consideração as dimensões dos conjuntos, o impacto ambiental e urbano causado acaba sendo de grandes proporções principalmente por estar inserido distante da cidade formal. Promove-se um deslocamento de eixo populacional, percebido principalmente através da visível necessidade desses novos moradores em frequentar espaços que respondam às suas atividades diárias, como postos de saúde, supermercados, bancos, lotéricas, etc. Os bairros adjacentes não conseguem suprir esse déficit, causando grande influência nas dinâmicas urbanas das unidades de vizinhança já consolidadas. Neste caso, os bairros Acácio Figueiredo e Malvinas, que apresentam relativa independência, tem seus equipamentos urbanos, como postos de saúde, escolas e creches, sobrecarregados pela população dos novos empreendimentos de habitação.

Maia (2013, p. 10) comentando os dados do IBGE (2014) afirma que em Campina Grande “[...] foram contabilizados 126.131 domicílios particulares, destes, 10.202 encontram-se fechados, não ocupados, o que corresponde a 10,20%”. Ou seja, existem habitações vazias e pessoas sem moradia. A discrepância de distribuição de renda pode ser verificada nesses dados, comprovando que apenas a discussão sobre o déficit habitacional não é suficiente para a compreensão deste processo.

Analisando o número de unidades habitacionais vazias e a oferta do PMCMV, juntamente com as reais necessidades habitacionais das famílias da cidade de Campina Grande percebe-se que, além das desigualdades sociais entre classes, existem as diferenças de atuação do poder público, segundo cada uma delas, quando a camada social com maior poder aquisitivo acaba por possuir benefícios para a participação no programa em questão, acarretando assim um desvio com relação ao proposto pelo PMCMV.

A execução desse programa na cidade, assim como outros programas desenvolvidos no passado, mostra que além de históricos os problemas são persistentes e as “soluções” são insuficientes. Alguns grupos são favorecidos, enquanto famílias constituídas, muitas vezes também, por idosos, crianças, portadores de necessidades especiais padecem e têm que sobreviver em habitações precárias e não raro com características sub-humanas.

Com relação aos problemas do Programa, pode-se destacar ainda a questão da sua padronização excessiva, independente da região e da cidade em que moram as famílias. No âmbito destes programas habitacionais não se leva em conta o “perfil” dos interessados, não importa, por exemplo, se os eles moram em uma cidade ribeirinha do Amazonas ou em uma cidade de uma grande metrópole como São Paulo, ou ainda em uma cidade nordestina de porte médio, como Campina Grande ou ainda se as famílias têm 2, 6 ou 10 membros, por exemplo, os projetos serão desenvolvidos de forma semelhante e padronizada.

4.2.3. As especificidades do Plano Diretor

Em Campina Grande, o uso do solo urbano está regulamentado pela Lei Municipal nº 176 de 30 de outubro de 1975, na gestão do então prefeito Evaldo Cruz em que foi criado o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município de Campina Grande, o PDDI-CG. Esse teve como objetivo disciplinar e ordenar o desenvolvimento físico, econômico, social e administrativo, de modo a proporcionar o bem estar, dos habitantes do município. No ano de 1996, foi instituído, pela Lei nº 3.236, o Plano Diretor do município de Campina Grande (PDCG). De acordo com art. 7 desta Lei, o território municipal foi dividido em Zona Rural e Urbana, sendo esta última subdividida em quatro subzonas: Zonas Adensáveis, de Ocupação Indicada, Não Adensáveis e de Expansão Urbana.

O Plano Diretor de Campina Grande é, portanto, uma lei municipal que estabelece diretrizes para a ocupação da cidade, permitindo a identificação e análise das características físicas, as atividades predominantes e as capacidades da cidade, os problemas e suas potencialidades. É um conjunto de regras básicas que determinam o que pode e o que não pode ser feito em cada parte de cidade. Ele coloca a possibilidade de se discutir a política pública, analisando e avaliando a cidade.

No ano de 2006, através da Secretaria de Planejamento (SEPLAN), iniciou-se um processo de elaboração da revisão do Plano Diretor, seguindo a recomendação do Estatuto da Cidade conforme a interpretação do § 3º. do art. 40, no qual descreve que todas as cidades obrigadas a ter a lei do Plano Diretor deverão revisá-la, num período posterior não superior a dez anos. Essa revisão foi instituída pela Lei Complementar nº 003, de 09 de outubro de 2006. Através de um projeto de lei pretende-se redimensionar a cidade, procurando atingir um crescimento ordenado, buscando a melhoria da qualidade de vida dos habitantes, por intermédio de uma política racional de uso do solo e dos equipamentos urbanos, ajustada com a evolução da cidade. O projeto de lei define como princípios fundamentais da gestão urbana, a função social da cidade e da propriedade urbana e rural, a sustentabilidade e a gestão democrática e participativa.

No aspecto referente ao ordenamento do uso do solo, o território municipal é dividido nas Macrozonas Urbana e Rural, estabelecendo-se diretrizes para a ocupação do solo nestas áreas. A Macrozona Urbana passa a compreender as Zonas de Qualificação Urbana, de Ocupação Dirigida, de Recuperação Urbana e de Expansão Urbana. Foram mantidas as Zonas Especiais previstas no art. 16 da Lei nº3.236, de 08 de janeiro de 1996, exceto as Zonas de Interesse Público, sendo, por outro lado, criadas as Zonas Especiais de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (ZEDCT), que compreendem as áreas destinadas preferencialmente à implantação de equipamentos de ensino e pesquisa e de base tecnológica. Por sua vez, as Zonas Especiais de Preservação (ZEP) são subdivididas nas Zonas Especiais de Interesse Ambiental (ZEIA), abrigando as áreas públicas ou privadas destinadas à proteção e recuperação da paisagem urbana e do meio ambiente, e Zonas Especiais de Interesse Cultural (ZEIC), que são as áreas formadas por conjuntos de relevante expressão arquitetônica, histórica, cultural e paisagística, cuja manutenção seja necessária à preservação do patrimônio cultural do município.

A Lei Complementar nº 003 atualiza o Plano Diretor de Campina Grande no aspecto referente aos instrumentos de gestão e de indução do desenvolvimento urbano, adaptando-o às novas exigências contidas no Estatuto da Cidade. Neste sentido, são previstos novos instrumentos jurídicos e urbanísticos, como a outorga

onerosa do direito de construir, a transferência do direito de construir, o direito de preempção, o direito de superfície e o estudo de impacto de vizinhança, e revistos aqueles que já estavam contidos no Plano Diretor atual, como o parcelamento, a edificação ou a utilização compulsórios, o IPTU progressivo no tempo, as operações urbanas consorciadas e o consórcio imobiliário.

Consta na Lei Complementar nº 003/2006, em seu artigo 5º, que a Gestão Urbana da cidade de Campina Grande observará os seguintes princípios fundamentais: função social da cidade; função social da propriedade urbana e rural; sustentabilidade; e a gestão democrática. Nessa lógica, a função social da cidade corresponde ao direito de todos ao acesso à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, ao transporte, à saúde, à educação, à assistência social, ao lazer, ao trabalho e à renda, bem como a espaços públicos, equipamentos, infraestrutura e serviços

No que se refere à Função Social da Propriedade, o Plano Diretor de Campina Grande prevê no Art. 10 inciso I, o ordenamento e pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, garantindo o direito à cidade sustentável, nele abrangido o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações. No Art. 12 define o macrozoneamento como um instrumento para o ordenamento da ocupação do solo, que será dividido em duas Macrozonas complementares compreendendo: I . a Macrozona Urbana, correspondente à porção do território delimitada na Lei nº 3.968, de 28 de novembro de 2001, ou lei posterior, e às sedes dos Distritos localizados na Macrozona Rural, conforme perímetros a serem definidos em lei; e II . a Macrozona Rural, correspondente à porção do território externa ao perímetro definido na Lei mencionada no inciso I. Ficou estabelecido que o zoneamento da Macrozona Urbana, Art. 13, define também as Zonas Especiais (artigos 34 e 35), entretanto remete a definição dos índices urbanísticos para legislações específicas.

A legislação define que as Zonas Especiais são áreas do Município que, por suas características especiais, possuem destinação específica e/ou exigem tratamento diferenciado na definição dos padrões de urbanização, parcelamento da

terra e uso e ocupação do solo. Também poderão ser criadas por Lei novas Zonas Especiais além das já previstas na legislação, definindo o uso e ocupação do solo urbano que ficam condicionados ao controle de densidade demográfica, em função da saturação da infraestrutura, da oferta de transportes e da ameaça ao meio ambiente, mediante o estabelecimento de limites de construção por Zonas. Fica determinado que os limites de construção sejam determinados pelos coeficientes de aproveitamento de terreno, que dizem respeito ao aproveitamento máximo do lote com edificações, taxas de ocupação e por outros índices urbanísticos complementares. Nesse sentido, o Poder Público municipal ordenará a ocupação e o uso urbano nas sedes dos Distritos, orientado pelas leis urbanísticas: a Lei de zoneamento e uso do solo e a Lei do perímetro urbano.

No Plano Diretor estão definidas também as ZEIS - Zonas Especiais de Interesse Social. Essas são porções do território municipal que têm por objetivo assegurar à função social da cidade e da propriedade, sendo prioritariamente destinadas à regularização fundiária, à urbanização e à produção de habitação de interesse social, compreendendo: I – As ZEIS 1, como as áreas públicas ou particulares ocupadas por assentamentos precários de população de baixa renda na Macrozona Urbana, podendo o Poder Público promover a regularização fundiária e urbanística, com implantação de equipamentos públicos, inclusive de recreação e lazer, comércio e serviços de caráter local e; II - As ZEIS 2, como as áreas nas quais o solo urbano encontrasse não edificado, subutilizado ou não utilizado, localizadas na Macrozona Urbana, consideradas pelo Poder Público como prioritárias para iniciativas atinentes à implantação de programas habitacionais para a população de baixa renda.

A legislação do Plano Diretor também define no Art. 44, as Zonas Especiais de Interesse Ambiental (ZEIA) definidas como áreas públicas ou privadas destinadas à proteção e recuperação da paisagem e do meio ambiente. São elas: ZEIA 1, áreas de interesse ambiental e ZEIA 2 como áreas de recuperação ambiental. Na ZEIA 1 estão as áreas verdes públicas, cujas funções são proteger as características ambientais existentes e oferecer espaços públicos adequados e qualificados ao lazer da população, bem como às áreas públicas ou privadas em situação de

degradação ambiental que devam ser recuperadas e destinadas, preferencialmente, ao lazer da população, de forma a contribuir com o equilíbrio ambiental. A ZEIA 2 corresponde às áreas caracterizadas pela existência de ocupações desordenadas e ambientalmente inadequadas, possuindo deficiência de equipamentos públicos e de infraestrutura urbana básica.

Analisando determinadas conjunturas do Plano Diretor no que condiz à habitação, portanto, conclui-se que este deve atender aos anseios da população, contribuindo para a construção de uma cidade melhor, que garanta a seus moradores incentivos e garantias da participação popular na gestão municipal e ainda traga ações que desenvolvam o espaço urbano de forma viável levando em conta a justiça social e ainda o equilíbrio ecológico. Seguindo as orientações normativas a organização, implantação e definição do Plano Diretor poderão contribuir com estratégias de redução das desigualdades sociais, redistribuindo de forma organizada os benefícios da urbanização.

5 – COMPLEXO MULTIMODAL ALUÍZIO CAMPOS

5.1. Sobre a memória e o testamento de Aluízio Afonso Campos

A retentiva de Aluízio Afonso Campos está associada à sua trajetória, suas ações, e o seu legado para a história da cidade de Campina Grande. Sendo um campinense nato, nasceu no dia 08 de dezembro de 1914, na Fazenda Ligeiro, entre os municípios de Campina Grande e Queimadas. Era filho de Affonso Rodrigues de Sousa Campos⁷, um dos maiores juristas da Paraíba, e Porfíria Montenegro Campos, porém se tornou filho único e órfão de pai muito precocemente. Ainda criança, foi estudar na capital da Paraíba, no Grupo Escolar Epitácio Pessoa, e daí para o Colégio Pio X, chegando ao Liceu Paraibano. A partir daí, foi criado dentro de um universo cultural no qual sua família e seu grupo social já o predestinaria: a herança política (MELO, 2014).

A Fazenda Ligeiro virou sinônimo de férias, aonde ia, como ele mesmo escreveu, “viver o ambiente rural onde nascera a ter mais intimidade com as atividades agrícolas que teria de assumir no futuro” (MELO, 2014). Em síntese, sua formação na vida adveio como pecuarista, estagiário em Crédito Rural (Universidade Lafaiete, EUA), advogado e político brasileiro, bacharelando-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito do Recife. Como político, marcou a sua presença na História do Brasil como Deputado Constituinte e um dos autores do preâmbulo da Constituição Federal de 1988.

Pertencente a uma família tradicional, assim como outros núcleos reconhecidos na população, como os Lauritzen, Ribeiro e os Almeida, Aluízio Campos fez parte da aristocracia tradicional da Paraíba, ainda devido às reminiscências do regime da República Velha. Entre Aluízio Campos e o seu pai, está o privilégio de ambos terem presenciado mudanças econômicas e condicionais de vida que vieram a realmente acontecer significativamente na cidade, como a era de ouro algodoeira. O algodão no início do século XX foi para Campina Grande a

⁷ Em seu livro *Relógio do Tempo – Memórias*, Aluízio Campos (1998) escreve sobre seu pai deixando raízes em sua história da aristocracia local campinense em seu tempo e espaço.

principal atividade responsável pelo crescimento da cidade, atraindo comerciantes de todas as regiões da Paraíba e de todo o Nordeste. Até a década de 1940, Campina Grande era a segunda maior exportadora de algodão do mundo, atrás somente de Liverpool, na Inglaterra.

A estreia de Campos como político foi em 1934, elegendo-se deputado estadual pelo Partido Progressista da Paraíba (PP), liderado por José Américo de Almeida. Exerceu o mandato até novembro de 1937, quando o Estado Novo de Getúlio Vargas extinguiu os partidos políticos que até então vigoravam. Com a saída de Vargas, em 1945, voltou à ativa pelo recém-criado PSB. Ao ser nomeado para uma diretoria do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), não disputa a reeleição em 1954.

Depois de certo tempo colocado à disposição desta instituição, Campos, em 1957, participa da criação do GTDN (Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste), do qual é nomeado chefe. Quando a situação da Paraíba e do Nordeste se agrava em 1958, com a grande seca, Aluizio (pelo GTDN) vai fazer parte, junto com outro paraibano de grande renome, Celso Furtado, este como membro de uma diretoria do BNB, ambas as instituições (baseado nos dados do GTDN) lançam *Uma Política de Desenvolvimento Para o Nordeste*. Criou-se, então, naquele ano o CODENO (Conselho de Desenvolvimento do Nordeste), do qual Aluizio torna-se membro.

A partir desse órgão, o Presidente Juscelino Kubitschek cria a SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste) em 1959, colocando Aluizio Campos como consultor jurídico e membro do conselho deliberativo. Automaticamente, passa a pertencer aos quadros da novel instituição até ser afastado em 1964, com a eclosão do movimento que depôs o então presidente João Goulart. Em 1965, com a promulgação do AI-2, que instituiu o bipartidarismo, Aluizio Campos filia-se à ARENA, partido que daria sustentação ao regime militar, disputando no ano seguinte uma vaga no Senado, porém sai vencido pelo adversário. Em 1967, deixa a diretoria do Banco do Nordeste e, após a redemocratização e a criação de novos partidos, filia-se ao Partido Popular,

de Tancredo Neves. Concorrendo a uma vaga de deputado federal em 1982, elegeu-se virando membro titular da Comissão de Constituição e Justiça e suplente da Comissão do Interior da Câmara dos Deputados.

Um dos momentos mais memoráveis durante sua estadia na sessão da Câmara dos Deputados foi a histórica votação sobre a proposta de Emenda Constitucional feita por Dante de Oliveira, a qual tinha por objetivo reinstaurar as eleições diretas para Presidente da República através da alteração dos artigos 74 e 148 da Constituição Federal de 1967, sendo auferida por enorme pressão popular para que a mesma fosse aprovada e se transformando em um dos maiores movimentos político-sociais da história do Brasil. Aluízio foi um dos que votaram favoravelmente, apesar da proposta de modificação não ter sido consagrada. Também votou em Tancredo Neves na eleição presidencial de 1985, ano em que foi eleito presidente da Comissão de Constituição e Justiça, função que exerceria por quase 2 anos. Reelegeu-se em 1986 para o seu último mandato eletivo, angariando 26.911 votos e, em 1990, decidiu não concorrer novamente à reeleição para encerrar a carreira política.

Casado com Inalda Lobo Campos, Aluízio Campos veio a falecer em 16 de junho de 2002, aos 87 anos, sem deixar herdeiros, na Fazenda do Ligeiro, lugar onde coincidentemente também veio a nascer. O patrimônio do ex-deputado foi deixado em testamento para a Fundação Banco do Brasil, quantificando uma parcela de 40% do território, e para a Fundação Universitária de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão (FURNE), em Campina Grande, também 40% (BARBOSA, 2010, in AZEVEDO, 2010). O restante foi dividido entre alguns familiares e pessoas próximas. Para FURNE, se destinaram os recursos para que sua casa fosse transformada em um memorial de preservação do mobiliário original, os livros e as referências pessoais, com o objetivo de proporcionar estudos e trabalhos de preservação das memórias de sua família.

Serão destinados à FURNE (...) 40% (quarenta por cento) do seu patrimônio com os seguintes encargos: 1) criar e manter na casa sede da Fazenda Ligeiro, município de Campina Grande, Memorial em homenagem a Affonso Rodrigues de Souza Campos e Aluízio

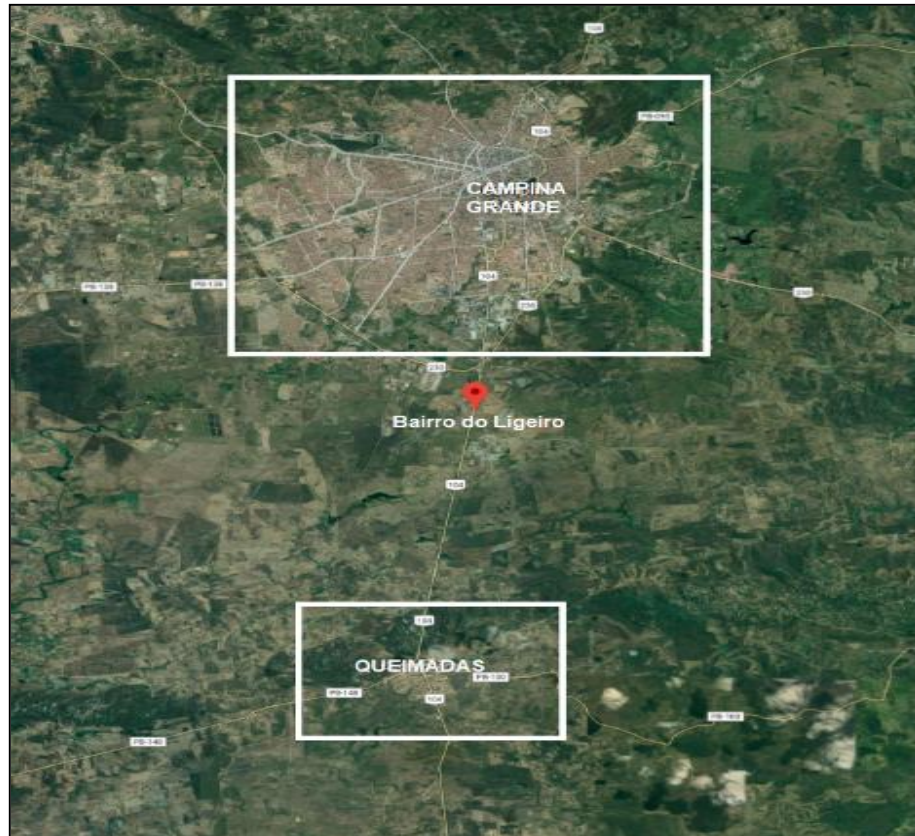
Afonso Campos, mantendo o mobiliário original, livros e referências pessoais dos homenageados, de forma a proporcionar estudos e trabalhos em preservação de suas memórias, reservando em volta da casa-sede uma área de 2 (dois) hectares, para esta finalidade. 2) a criar e manter, se ainda não tiver sido criado, um Parque Ecológico, com plantas e árvores nativas, criação de animais silvestres, na área de 15 (quinze) hectares, que vai do pontilhão da linha férrea (da BR 104 até os limites da Escola Lindolfo Montenegro, situada entre a BR-104 e a linha férrea); 3) aplicar recursos na criação do Curso Superior em Veterinária, com mestrado e doutorado, na cidade de Campina Grande; 4) aplicar recursos nas Escolas Técnicas Agrícola, visando à melhoria do ensino médio no campo da agricultura e da pecuária; 5) criar laboratórios de pesquisas pecuárias e agrícolas, especialmente no campo da inseminação artificial, para melhoria do rebanho bovino, caprino e ovino; 6) fornecer assistência técnica aos pecuaristas na conservação da inseminação artificial; (...). (Campina Grande, 27 de setembro de 1996. Cartório do 1º Ofício da Comarca de Campina Grande – Acervo FURNE)

Com este preâmbulo bibliográfico, fica o mito e a realidade da figura importante do que foi e do que é um pouco a representação de Aluízio Afonso Campos não só para Campina Grande, mas também para o Estado, onde o mesmo teve uma visibilidade panorâmica e política humilde de cima para baixo. Entretanto, muito da micro história aluisiana deverá ser passada à limpo sob a luz do social, político e econômico, sendo assim, uma relevante categoria de estudo.

5.2. Caracterização geral e situação locacional

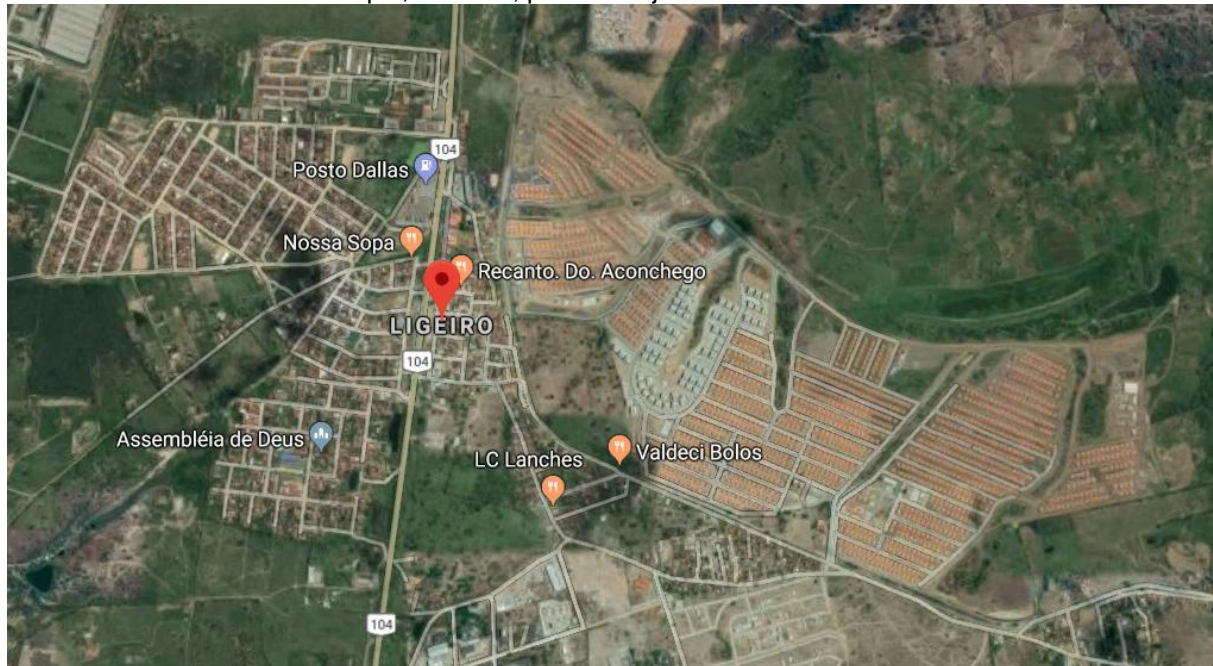
O conjunto habitacional do Complexo Multimodal Aluízio Campos (CMAC) está localizado na área que circunda o bairro do Ligeiro, região considerada urbana, se situando ao Norte da cidade de Queimadas e à uma distância de 9 km de seu Centro Administrativo, como também é reputado como interlúdio e limítrofe com a cidade de Campina Grande, localizando-se a 10 km da mesma, ao Sul, aproximadamente. Em seu espaço geográfico, a via principal de articulação entre as duas cidades é a BR-104, a qual atravessa o bairro em ambos os sentidos e dá acesso a vários municípios do Agreste Sul paraibano. Ao longo do tempo, o local veio passando por modificações e reorganizações locais, bem como seu processo de urbanização vem crescendo e proporcionando a institucionalização de novos equipamentos urbanos. A figura 1 evidencia a área em questão e sua equidistância aproximada com as cidades de Campina Grande e Queimadas.

Figura 1 – Imagem via satélite das cidades de Campina Grande e Queimadas.



Fonte: Google Earth, 2019, adaptado por Anselmo Cavalcanti.

Figura 2 – Imagem via satélite com focalização maior do bairro do Ligeiro, com destaque, à direita, para o conjunto habitacional do CMAC.



Fonte: Google Earth, 2019, adaptado por Anselmo Cavalcanti.

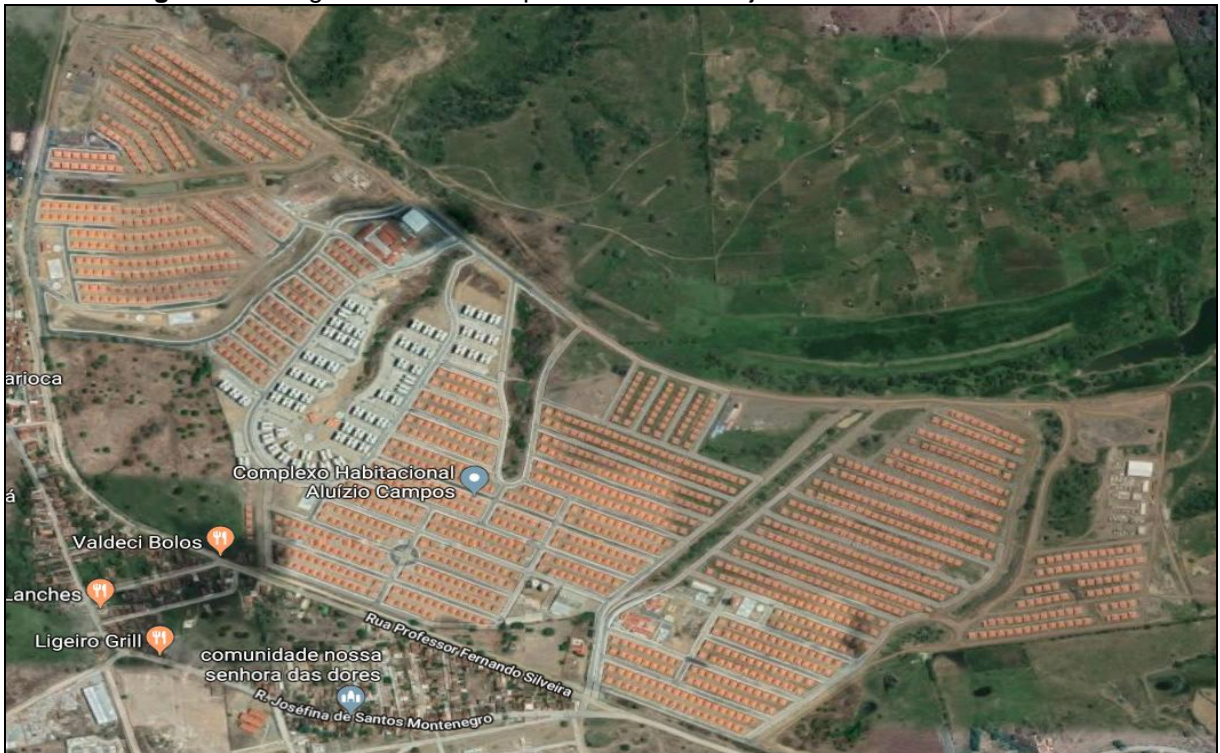
Como já discorrido na seção anterior desse capítulo, o patrimônio de Aluizio Afonso Campos foi encaminhado em testamento para diferentes destinos públicos, dentre eles a Fundação Banco do Brasil e a FURNE. Para esta última, ficou o encargo de criar um memorial de conhecimento sobre o antigo proprietário, como também alavancar meios em benefício da população, principalmente pesquisas voltadas à área agrícola, no qual era vinculado. Para a Fundação Banco do Brasil, foi atendido uma área em que também favoreceria a comunidade local, os estudantes e o ambiente científico, porém com uma pretensão de abarcar a região Nordeste. Em meados de 2013, a Prefeitura Municipal de Campina Grande (PMCG) entrou em uma concordata financeira pela área pertencente ao Banco, na qual cedeu os direitos de uso do espaço, com o intuito de preencher o propósito inicial de melhoramento local.

O espaço se constitui aproximadamente em 800 hectares (8000000m²), sendo 20% a 25% da mancha urbana da cidade, na qual a PMCG tenta teorizar o conceito de ser implantado, nos próximos anos, além do conjunto habitacional, um sistema que integrarão um espaço industrial, um complexo logístico (armazenamento, transportes, comércio atacadista e distribuição), instituições de P&D, uma área para desenvolvimento tecnológico e serviços avançados, chamada de Tecnópolis, e um jardim botânico) sendo que, até o momento da publicação dessa Dissertação, apenas a Indústria Tintas Bella e o próprio conjunto habitacional foram construídos. Ainda segundo a PMCG (2016), para o complexo industrial e logístico, há uma carteira de pedidos de localização, contando com aproximadamente 600 empresas.

Para o conjunto habitacional, foi alocado uma área de, aproximadamente, 117 hectares (1170000m²) para poder instalar as unidades residenciais. O projeto atende aos empreendimentos que são realizados pelo financiamento da Faixa 1 do Programa Minha Casa, Minha Vida (renda mensal de até R\$ 1.800,00) através do Ministério das Cidades, Banco do Brasil/Caixa Econômica e o Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), além da parceria necessária com a Prefeitura Municipal, na qual se responsabiliza também pela construção dos equipamentos sociais e comunitários. Segundo dados coletados junto a autoridades municipais (2018), o projeto prevê, pela própria Prefeitura Municipal de Campina Grande, a construção de dez praças, três creches, três escolas e duas Unidades Básicas de Saúde, sendo uma como Centro de Referência em Assistência Social (CRAS).

Para as famílias que têm renda mensal bruta até R\$ 1.800,00, o Minha Casa, Minha Vida pode custear até 90% do valor do imóvel. O restante é dividido em até 120 meses (10 anos), com parcela mínima de R\$ 80,00 e máxima de R\$ 270,00. As propostas de empreendimentos devem ser submetidas a um processo de pré-qualificação, realizado pelo Ministério das Cidades. Após essa etapa, um edital estabelecerá os critérios de pontuação e classificação desses projetos, que considerará a disponibilidade de metas. É importante ressaltar que as propostas devem atender às especificações e normas técnicas estabelecidas nos normativos. (BRASIL, 2019).

Figura 3 – Imagem via satélite e panorâmica do conjunto habitacional do CMAC.



Fonte: Google Earth, 2019, adaptado por Anselmo Cavalcanti.

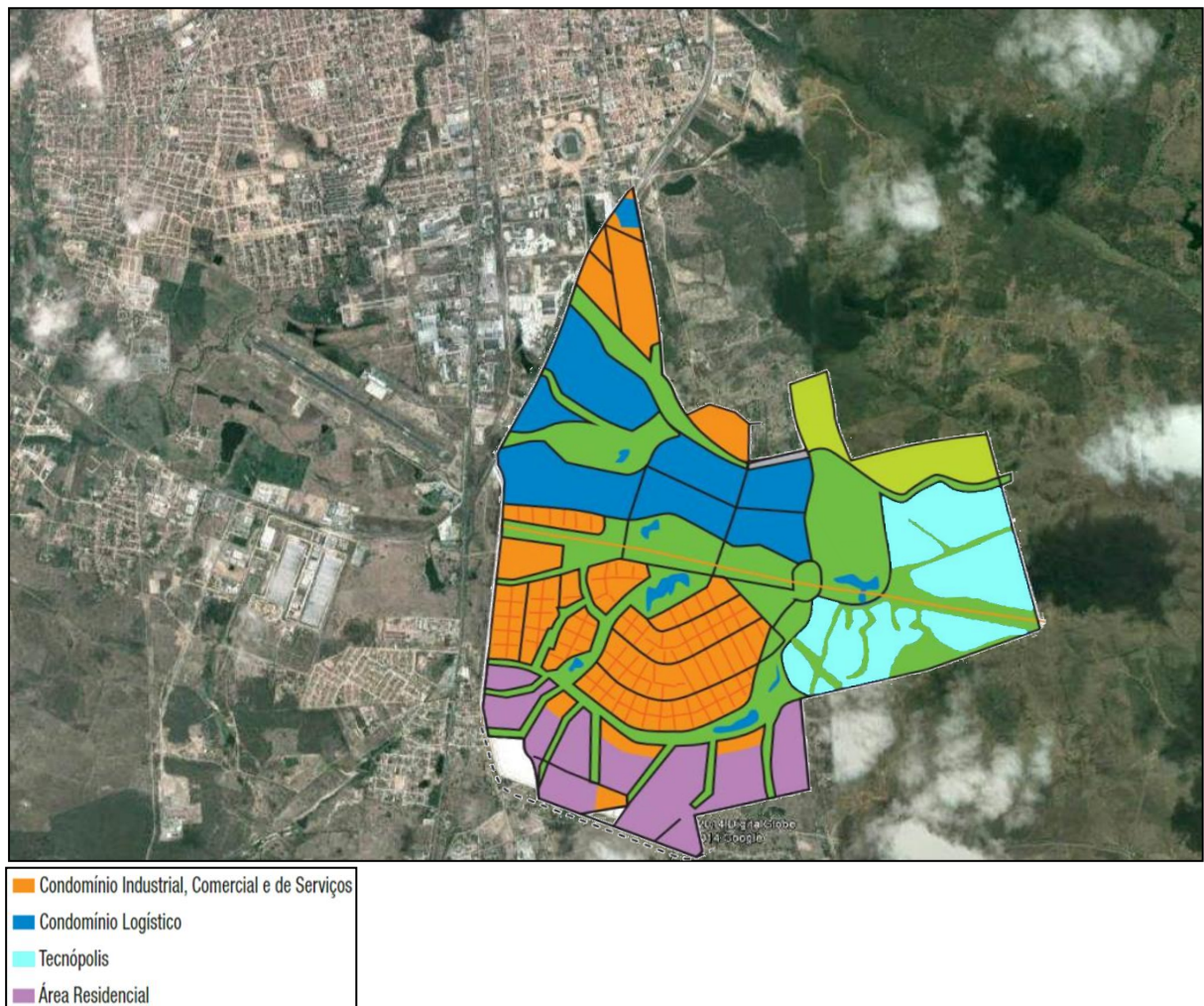
Figura 4 – Visão em perspectiva do conjunto habitacional do CMAC.



Fonte: PMCG, 2017.

A ideia de um planejamento estratégico do Complexo Multimodal foi apresentada através de um material publicado em 2016 pela PMCG construído com a parceria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFPB) e a MACROPLAN, empresa com sedes em São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília que oferece consultoria em gestão pública. Esse material é o *Plano estratégico de desenvolvimento para Campina Grande 2035 e Municípios do entorno* e foi denominado de *Plataforma Aluízio Campos: visão de futuro 2035*.

Figura 5 – Imagem via satélite e adaptada graficamente para elucidar a concepção de territorialidade que abrange o sistema completo do CMAC, compreendendo o conjunto habitacional, o espaço industrial, o condomínio logístico e a Tecnópolis.



Fonte: Plataforma Aluízio Campos: visão de futuro 2035. Produto Contratual nº 2: “Inventário de Iniciativas Estratégicas Campina Grande 2035”, com base em informações cedidas pela PMCG. Março 2016. (adaptado por Anselmo Cavalcanti).

Figura 6 – Imagem ilustrativa evidenciando o perímetro da cidade de Campina Grande e a localização do CMAC, à direita inferior.



Fonte: Revista Prisma/PMCG, 2017.

A partir de análises da Lei Complementar do Plano Diretor de Campina Grande, pode-se afirmar que o empreendimento está localizado majoritariamente na chamada Macrozona Urbana de Campina Grande, delimitação esta que foi outorgada a partir do ordenamento da ocupação do solo na Lei nº3.968, de 28 de novembro de 2001. A Macrozona Urbana se constitui na formação de um grupo de regiões ou bairros com características semelhantes e relacionadas à ocupação, à cultura, à economia, ao meio ambiente e à infraestrutura urbana. Possui como diretriz o estímulo ao adensamento populacional, a novas construções residenciais e o incremento das atividades econômicas, como comerciais e industriais, preferencialmente nas áreas com maior disponibilidade ou potencial de implantação de infraestrutura. Nela estão incluídas a Zona de Qualificação Urbana; a Zona de Ocupação Dirigida; a Zona de Recuperação Urbana; e a Zona de Expansão Urbana. As definições físico-geográficas de cada macrozona e suas subdivisões estão definidas graficamente nos mapas 4, 5 e 6 anexos a esse trabalho.

Nas observações feitas sobre o Mapa de Zoneamento de Campina Grande (anexo 6), pôde-se constatar que a implantação do conjunto habitacional se desenvolveu na Zona de Ocupação Dirigida, região esta que, prevista pela Lei Complementar do Plano Diretor, “sofrem restrições à intensificação, por inexistirem condições físicas favoráveis, equipamentos urbanos ou infra-estrutura urbana instalada” (CAMPINA GRANDE, Lei Complementar 003/2006). Apesar disso, a Prefeitura Municipal direcionou a construção das unidades residenciais e dos equipamentos industriais para essa área, sendo, portanto, necessária a revisão em seu zoneamento e a colocação de novas fronteiras discursivas acerca de questões ambientais importantes a considerar, uma vez que o espaço geográfico do local é acidentado, o que dificulta sua urbanização e ocupação.

Art. 17. São objetivos da Zona de Ocupação Dirigida:

- I – manter os níveis atuais de baixa densidade na ocupação do solo;
- II – promover a manutenção da qualidade ambiental;
- III – qualificar paisagística e urbanisticamente os assentamentos existentes;
- IV – permitir as condições favoráveis de ocupação dos equipamentos urbanos.

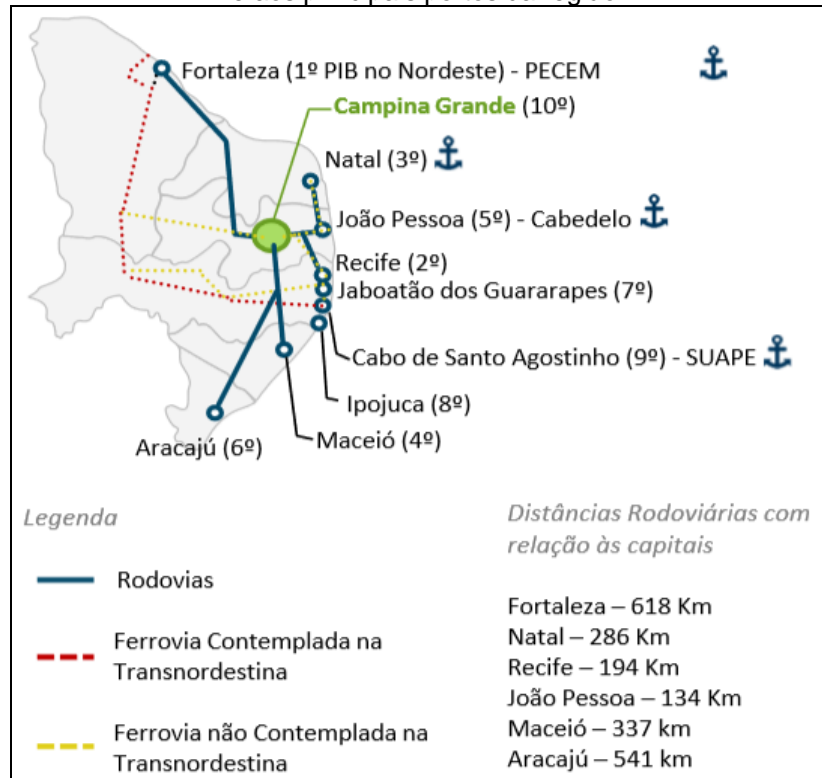
(CAMPINA GRANDE, Lei Complementar 003/2006)

A área de influência urbana do Complexo Multimodal deve ser definida nos termos da área atual, isto é, área que já está sob influência direta ou indireta durante sua implantação e logo após o início de sua operação, e a área de influência potencial (ou futura), caso todas as intervenções supracitadas sejam efetivadas. Segundo a PMCG (2016), algumas das rotas já existentes de acesso (ainda que desativadas) teriam de passar por uma remodelagem, de modo a evitar que a linha da malha ferroviária passasse por núcleos urbanos consolidados. Ou seja, apesar de sua localização e sua capacidade de expandir a área de influência urbana, o alcance de mercado do Complexo Multimodal dependerá da efetivação das melhorias projetadas para a infraestrutura de comunicação.

Tais melhorias se concentram, basicamente: na expansão da conexão rodoviária, com finalização da duplicação da rodovia BR-104; na reativação da malha ferroviária, com conexão com a Transnordestina e ao porto de Cabedelo; e na implantação do novo aeroporto, com capacidade para recepção de maior fluxo de

voos comerciais e de carga. A estrutura rodoviária existente teoriza garantir ao empreendimento uma distância máxima de 618 km com relação às principais capitais do Nordeste, o que permitiria o escoamento produtivo por meio dos principais portos da região.

Mapa 1 – Rede de conexão aos 10 maiores PIBs do Nordeste oriental e aos principais portos da região



Fonte: Plataforma Aluízio Campos: visão de futuro 2035.
DNIT/ANTF/Transnordestina Lógica/IBGE

Na representação gráfica acima, e para fins desta análise, foram destacadas as linhas que constituem um maior diferencial competitivo para a cidade de Campina Grande em virtude da facilitação de sua conexão com grandes centros urbanos e com portos de grande capacidade na região. Destaca-se, ainda, que a existência de linhas férreas já instaladas não garante, por si só, a viabilidade de suas reativações. O potencial representado no mapa deve, portanto, ser confirmado por meio de estudos de viabilidade técnica e econômico-financeira específicos.

5.3. O processo do sorteamento

Para analisarmos as condições em que foi desempenhado o conjunto habitacional do CMAC, é de suma relevância fazermos uma ponderação geral do histórico de sua implantação, ressaltando como se deu o sorteio de aquisição das moradias.

Segundo informações coletadas da Secretaria de Planejamento, Gestão e Transparência (SEPLAN), e complementadas pela reportagem direcionada ao CMAC feita pela Revista Prisma (2017, ed. 63), o projeto foi concebido nomeadamente pelas arquitetas Morgana Targino de Oliveira e Maria Verônica R. do V. da Costa, sendo estruturado pela empresa Progescon (Projeto, Gestão e Consultoria em Engenharia Ltda), e erigido pela Construtora Rocha Cavalcanti, empresa familiar sediada em Campina Grande e com atuação no mercado com obras em diversas áreas, além do habitacional. A obra, estimada em R\$ 300 milhões, já adjacente à contrapartida da Prefeitura Municipal de R\$ 30 milhões, teve início em meados de 2014, logo posteriormente à aquisição do terreno, e encerrou suas atividades principais no fim de 2017, havendo, entretanto, o impasse da edificação da estação central de distribuição de água, a CAGEPA (Companhia de Água e Esgotos da Paraíba), para aquela área, na qual a circunstância financeira (R\$ 12 milhões) para sua implantação veio ficar com a responsabilidade da Prefeitura, ao invés do Governo do Estado, embora seja um órgão pertencente à esfera estadual.

O terreno destinado para o condomínio residencial de 117 hectares (1170000m²) obteve 200.285,94 m² de área construída total. Foram ofertadas 4.100 unidades habitacionais, sendo 3.012 casas e 1.088 apartamentos. Para a seleção dos futuros moradores das residências, deliberou-se um sorteio público que viria a acontecer após algumas etapas específicas que prescindiriam critérios obrigatórios da Prefeitura Municipal para o condicionamento da participação da população em geral. (SEPLAN, 2018)

Em síntese, as pessoas que almejassem entrar no sorteio teriam que obedecer, pelo menos, a um dos seguintes critérios condicionais:

- a) moradores de área de risco;
- b) possuidores de medida protetiva;
- c) mulher responsável familiar;
- d) PCD (pessoas com deficiência);
- e) portadores de doença crônica;
- f) conjunção familiar monoparental.

Para os casos particulares de pessoas com deficiência ou portadores de doença crônica, houve um comprometimento extra para que as mesmas apresentassem os laudos médicos. O documento que comprovasse tais condições especiais precisou estar anexado à ficha cadastral da pessoa para validação do enquadramento na cota específica, na qual integrava-se também os idosos, – 6% – durante os sorteios das residências. Segundo a Portaria nº 483, de 1º de abril de 2014, doenças crônicas são "aquelas doenças que apresentam início gradual, com duração longa ou incerta, e cujo tratamento envolva um processo de cuidado contínuo que, usualmente, não leva à cura".

Para facilitar o entendimento do processo e o seu direcionamento junto à prestação de serviço, a SEPLAN também dividiu os critérios em 3 categorias unificadas:

GRUPO 1 – indivíduos com 4 a 6 critérios

GRUPO 2 – indivíduos com 2 a 3 critérios

GRUPO 3 – indivíduos com 0 a 1 critério

Foram inscritas 15.213 pessoas, sendo que, após triagens detalhadas e visitas técnicas feitas pela equipe de assistência social da SEPLAN, na qual realizou entrevistas com cada um dos inscritos, foram inabilitadas ao sorteio 3.628 pessoas por algum tipo de inconsistência comprobatória referente aos critérios. Em respeito a legislação aprovada pela Câmara de Vereadores de Campina Grande e validada pelo Conselho de Habitação da cidade, 27 famílias não precisaram participar do

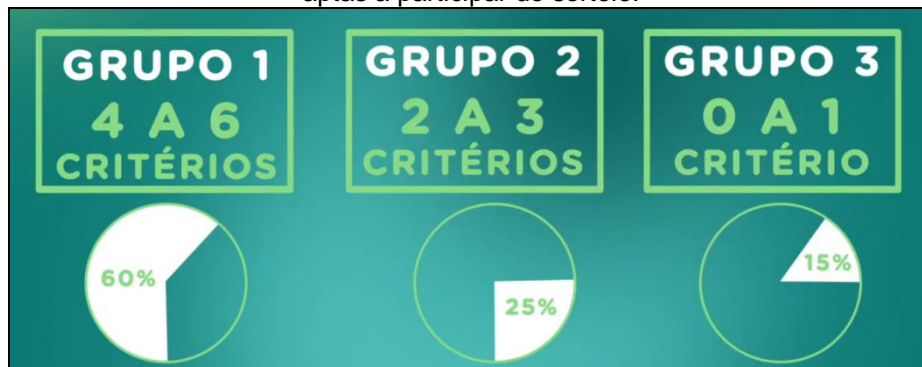
sorteio, pois são grupos integrados por sete posseiros do terreno original de Aluízio Campos, quando foi desapropriada da Fundação Banco do Brasil pela Prefeitura.

De acordo com a Portaria 412 do Ministério das Cidades, também não necessitaram participar do sorteio, sendo contempladas diretamente com as casas, as famílias com crianças portadoras de microcefalia (total de 20), e grupos que traziam alguma permissão por decisão judicial (total de 25) relacionada ao crédito imobiliário oferecido pela CHB (Companhia Hipotecária Brasileira) e Cobansa Cia Hipotecária, através do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSHIS).

Ainda segundo a Portaria, não precisariam passar pelo crivo do sorteio por existir uma maior demanda de imóveis em relação ao total de inscritos: a) idosos com 2 critérios (65 contemplados) – estavam sendo ofertados 246 imóveis; b) pessoas portadoras de deficiência com 4 ou 3 critérios (118 contemplados) – estavam sendo ofertados 246 imóveis; c) pessoas que possuíam 4 critérios diretamente (1 contemplado) – estavam sendo ofertados 60% dos imóveis.

Após retirados os casos anteriores, o total de aptos para concorrer agora às 3.456 unidades habitacionais restantes foram de 11.364 pessoas, com a relação nominal divulgada entre as páginas 420 a 662 do Semanário Oficial nº 2556 (29 de janeiro à 02 de fevereiro de 2018) (PMCG, 2018).

Gráfico – Imagem ilustrativa retratando graficamente o contingente de pessoas (em porcentagem) pertencente ao seu grupo delimitado, que foram aptas a participar do sorteio.



Fonte: Vídeo institucional/PMCG, 2018.

A confirmação da data da realização, bem como o local escolhido e a explanação dos responsáveis pelo próprio processo do sorteio, foi proferida durante uma entrevista coletiva concedida pela Prefeitura Municipal no auditório do IPSEM (Instituto de Previdência do Servidor Municipal), em Campina Grande, com a presença de representantes do Ministério Público Federal (MPF), secretários, vereadores e alguns docentes especializados vindos da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

Segundo o discurso oficial, o sorteamento deve ocorrer com mais de 4.100 nomes, pois é exigido um cadastro de reserva técnica de 30% pelo Ministério das Cidades e do Banco do Brasil, sendo isto necessário em decorrência de quaisquer problemas de natureza cadastral. Ainda segundo o discurso, foi pronunciado que, no máximo duas horas após o sorteio, os nomes dos contemplados serão disponibilizados em ordem alfabética pelo sistema na internet.

Do mesmo modo, durante a coletiva, foram apresentados os detalhes técnicos do sorteio, a ser realizado através de um *software* desenvolvido pela UFCG, através do Departamento de Sistemas e Comunicação, que ofereceria “100% de segurança e transparência a este processo” (PMCG, 2018), contando com o acompanhamento e fiscalização do MPF, além de técnicos do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE-PB). O programa de computador utilizado para o processo utilizou algoritmos avançados de criptografia, desenvolvido pela equipe do professor Dr. Nazareno Andrade, da UFCG, enunciado como sendo referência em projetos de informática para o combate à corrupção, no qual contava também com o Dr. João Arthur Brunet Monteiro e o doutorando Felipe Vieira Falcão.

A partir de informações advindas dos veículos de comunicação e a própria coletiva realizada pela PMCG, foi compreendido que o MPF acompanhou todos os passos e simulações realizadas como teste na própria sede do MPF, onde os computadores e CDs contendo a lista de nomes criptografados foram confinados em um cofre até a hora do sorteio. Segundo os desenvolvedores do *software*, o sistema só funciona com o acionamento de duas chaves virtuais – uma de responsabilidade do MPF e outra, da SEPLAN – que se complementam. Ainda nesse sentido, foi esclarecido também que todo o sistema de transformação de nomes em números e

depois a descritografia deve sofrer o acompanhamento da Procuradoria Geral da República (PGR).

O programa vai transformar o nome das pessoas em códigos e, para que saibamos o nome dos sorteados, iremos utilizar uma senha, que tem duas partes, uma fica comigo e a outra com o secretário de Planejamento da Prefeitura, de forma que nenhum dos dois sabe qual a outra parte da senha. Essa senha vai transformar os números em nomes. (BARROS, Bruno. Procurador do Ministério Público Federal *in: Correio da Paraíba*, 01/02/2018)

O sorteio aconteceu no dia 31 de janeiro de 2018, às 10 horas da manhã, na parte superior localizada dentro da pirâmide do Parque do Povo. Antes do procedimento, ao público que compareceu para acompanhar, incluindo a população em geral, a imprensa, políticos, representantes do MPF, da Controladoria Geral da União (CGU) e o Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE-PB), foi dado informações sobre o novo núcleo habitacional por meio de vídeo gravado pela PMCG, além de explanação sobre todas as etapas (da inscrição ao sorteio). Técnicos também fizeram a prévia apresentação sobre como se iria se processar o sorteio.

Estamos presenciando, desde o seu início, com a inscrição das pessoas interessadas, até este histórico momento, um processo totalmente transparente, desprovido, portanto, de viés político. Devo ressaltar o papel do representante do Ministério Público Federal, Bruno Barros, além de órgãos como o Conselho Municipal de Habitação, que tem acompanhado e feito auditorias deste processo que vai culminar com a realização do sonho da casa própria para mais de quatro mil famílias carentes de Campina Grande. (RODRIGUES, Romero. Prefeito de Campina Grande. *in: Paraíba Online*, 31/01/2018)

A lista dos contemplados foi encaminhada para o *site* oficial da PMCG para visualização pública, porém para aqueles que não tiveram acesso à internet ou necessitaram de outros esclarecimentos, a Prefeitura também disponibilizou postos de atendimento da SEPLAN no Teatro Rosil Cavalcante. Nas etapas que se sequenciaram, ainda no âmbito da Prefeitura Municipal, foi incluída uma auditoria para averiguar se existem registros no cadastro do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) nos nomes dos selecionados, ou que possuem o Número de

Identificação Social (NIS) desatualizado e documentação de identificação ilegível. A medida faz parte do processo de fiscalização em identificar possíveis situações irregulares entre os contemplados, que podem resultar na exclusão da relação encaminhada para a instituição financeira do projeto, o Banco do Brasil.

Posteriormente, as pessoas que obtiveram suas situações aprovadas pelos critérios do Banco do Brasil receberam novas reuniões programadas pela SEPLAN no Teatro Severino Cabral. Os encontros tiveram caráter informativo, tendo como objetivos a orientação quanto aos aspectos de convivência coletiva nos residenciais, direitos e deveres dos beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) e próximas etapas até o recebimento das chaves dos imóveis (PMCG, 2018).

5.4. A disposição das residências

Torna-se conveniente analisarmos a estrutura das casas para ponderarmos sobre o acondicionamento e a disposição das mesmas, como também para discorrermos posteriormente sobre o mobiliário urbanístico de entorno e o provável desenvolvimento locacional.

Segundo dados obtidos a partir da SEPLAN, e de notas emitidas pela Construtora Rocha Cavalcante em meios de divulgação midiática (2017), o empreendimento das casas havia sido inicialmente projetado a partir do sistema convencional de construção, sistema esse que foi alterado para o de alvenaria estrutural com blocos de concreto, para os edifícios e às casas. “Nosso critério para adotar a alvenaria estrutural com blocos de concreto foi eminentemente técnico e econômico, pois queríamos experimentar esse sistema que já se revelou como muito eficiente em inúmeras obras habitacionais.” (ROCHA, Renato. *in*: Revista Prisma, 2017, ed. 63).

Constituiu-se um planejamento inicial no qual a logística do canteiro foi colocada como prioridade, com a definição em planta dos locais de entrega dos materiais, adquiridos pelo critério de qualidade e de custo. “Entre outros detalhes, o planejamento estipulou cores para cada local de entrega nas plantas do

empreendimento, favorecendo o controle interno e a eficiência na entrega” (ROCHA, Renato. *in*: Revista Prisma, 2017, ed. 63).

A construtora desenvolveu seu sistema de escala de produção baseado em serviços sequenciais, para atender ao cronograma estipulado. No início da obra, em outubro de 2014, foi desenvolvido um treinamento pela unidade do Senai de Campina Grande, “com resultado muito bom de produtividade” (AGRA, Rogério. *in*: Revista Prisma, 2017, ed. 63).). A parceria com o Senai permitiu a capacitação de duas turmas de assentadores de blocos, formando cerca de 30% dos 1.100 operários que atuaram no pico dos trabalhos. “No pico, foram duas duplas com 50 assentadores cada, reduzidas, posteriormente, para duas duplas de 35 assentadores cada. A cada dupla de assentadores teve produtividade média capaz de erguer 12 casas por mês, com desperdício pequeno de blocos.” (AGRA, Rogério. *in*: Revista Prisma, 2017, ed. 63).

Como já discorrido em seções anteriores desse capítulo, o conjunto habitacional em estudo possui 4.100 unidades residenciais, sendo 3.012 casas e 1.088 apartamentos. Todo o loteamento está seccionado em 4 grandes setores com uma subdivisão interna dos três primeiros em 26 quadras, e o último setor com 7 quadras, incluindo as áreas comerciais e os espaços destinados da PMCG para serviços de utilidade pública, como as praças, as creches e os postos de saúde. As quadras estão classificadas de acordo com a ordem alfabética e enumeradas de 0 à 3, sendo que cada uma possui variação em número da quantidade absoluta de espaços, as quais, para as residências, variam entre 3 à 92 lotes dispostos paralelamente (vide a Planta de Urbanização e a Planta de Locação no Anexo 02).

As casas térreas foram projetadas para serem constituídas aos pares e sem distância entre elas, porém em lotes diferentes, havendo recuos apenas frontais delimitados pela rua principal projetada, como também um afastamento lateral das outras casas que se seguem no mesmo setor.

Com uma área construída total de 43 m², as residências possuem 2 dormitórios, 1 banheiro social, 1 sala de estar, 1 cozinha e 1 espaço aberto para área de serviço/quintal. “As casas foram executadas com itens de acessibilidade, com portas dimensionadas para passagem de cadeiras de rodas e banheiros

adaptáveis, e todas equipadas com aquecimento por energia solar fotovoltaica.”
(AGRA, André. *in*: Revista Prisma, 2017, ed. 63).

Mapa 2 – Detalhe da Planta de Urbanização do conjunto habitacional mostrando a conformação e orientação dos lotes e das casas (o mapa completo está no Anexo 02).



Fonte: SEPLAN/PMCG, 2019 (adaptado por Anselmo Cavalcanti).

Figura 7 – Casas do conjunto habitacional do CMAC ainda em desenvolvimento (visão frontal). Detalhe para a construção aos pares e sem afastamento entre ambas.



Fonte: Codecom/PMCG, 2016

Figura 8 – Casas do conjunto habitacional do CMAC finalizadas (visão frontal).



Fonte: Codecom/PMCG, 2018

Figura 9 – Casas do conjunto habitacional do CMAC finalizadas (visão frontal).
Detalhe para o afastamento lateral entre os pares de casas.



Fonte: Acervo pessoal (2018).

Figura 10 – Detalhe para o afastamento lateral.



Fonte: Acervo pessoal (2018).

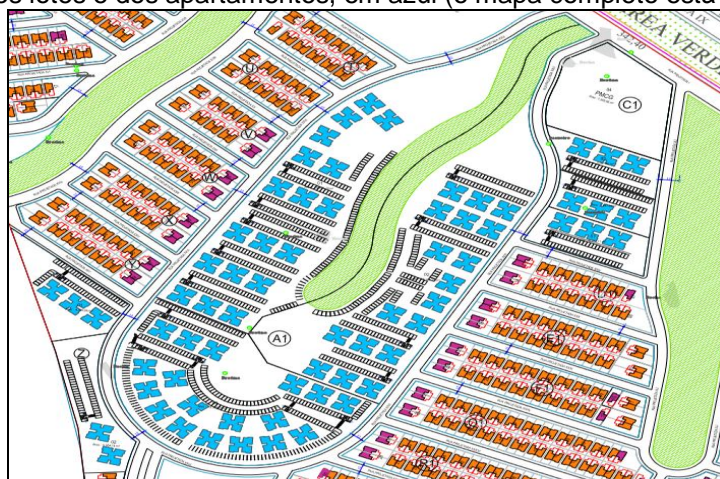
Figura 11 – Casas do conjunto habitacional do CMAC dispostas paralelamente, evidenciando as ruas projetadas e asfaltadas à frente da casa e o espaço por trás destinado ao quintal.



Fonte: Codecom/PMCG, 2018

Os apartamentos foram alocados em um projeto estrutural de 68 edifícios de quatro pavimentos, cada um deles com 4 apartamentos de 2 dormitórios por andar, de 48 m² e 52 m² cada. Também possuem o mesmo número de cômodos funcionais de uma casa térrea. “A fundação dos edifícios foi feita em radier de concreto armado com 15 cm de espessura, técnica permitida pelo tipo de solo – argiloso ou arenoso, em alguns locais – predominante na Paraíba e no Rio Grande do Norte.” (ROCHA, Renato. in: Revista Prisma, maio de 2017).

Mapa 3 – Detalhe da Planta de Urbanização do conjunto habitacional mostrando a conformação e orientação dos lotes e dos apartamentos, em azul (o mapa completo está no Anexo 02).



Fonte: SEPLAN/PMCG, 2019 (adaptado por Anselmo Cavalcanti).

Figura 12 – Imagem em perspectiva de um dos edifícios do CMAC que comporta 4 apartamentos por andar.



Fonte: Codecom/PMCG, 2018

Figura 13 – Parte do conjunto de edifícios residenciais do CMAC (visão inferior).



Fonte: Codecom/PMCG, 2018

Figura 14 – Parte do conjunto de edifícios residenciais do CMAC (visão frontal).



Fonte: Codecom/PMCG, 2018

Segundo as informações obtidas a partir da Construtora Rocha Cavalcante, a dificuldade enfrentada na obra foi a enorme dimensão do terreno, acidentado e que exigiu grande movimentação de terra para atender às exigências de acessibilidade e, assim, evitar a necessidade de escadas. Todos os blocos foram entregues paletizados “para facilitar a movimentação na obra” (ROCHA, Renato. in: Revista Prisma, maio de 2017), que contou também com equipamentos de transporte vertical e andaimes. A execução dos serviços correu mais lentamente em 2015, devido às dificuldades econômicas que afetaram o pagamento pelo Governo Federal das medições, pagamentos estes que começaram a se normalizar no segundo semestre de 2015 e adquiriram regularidade em 2016 e 2017.

As ruas do condomínio, no total de 66, e as avenidas, no total de 9, foram pavimentadas com asfalto e as calçadas estão sendo ladrilhadas com pisos intertravados de concreto. De acordo com a PMCG (2018), será contado também o projeto produzido pela Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Meio Ambiente (SESUMA) que organiza a iniciativa de arborização das ruas através do Programa Minha Árvore que, segundo a Secretaria, está de acordo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Figura 15 – Rua asfaltada entre as casas.



Fonte: Codecom/PMCG, 2018

Figura 16 – Rua/avenida sendo asfaltada próxima à entrada das quadras.



Fonte: Codecom/PMCG, 2018

Figura 17 – Rua/avenida sendo asfaltada próxima aos apartamentos.



Fonte: Codecom/PMCG, 2018

Em relação aos equipamentos de utilidade pública concedidos aos futuros moradores, os serviços estão construídos e sintetizam-se em: 10 praças, 3 creches, 2 escolas, 2 Unidades Básicas de Saúde (UBS), nas quais admitem duas equipes de Saúde da Família, 1 Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) e 1 distribuidora e adutora de água que comporta 750 mil litros. (PMCG, 2018).

Figura 18 – Praça em construção próxima ao conjunto de edifícios.



Fonte: Codecom/PMCG, 2018

Figura 19 – Imagem frontal de uma das creches construídas.



Fonte: Codecom/PMCG, 2018

Figura 20 – Imagem em perspectiva de uma das escolas (ainda em construção).



Fonte: Codecom/PMCG, 2018

Figura 21 – Imagem em perspectiva de um dos postos de saúde (em fase de finalização).



Fonte: Codecom/PMCG, 2018

Figura 22 – Ruas e casas do conjunto habitacional com a adutora de água ao centro da imagem.



Fonte: Codecom/PMCG, 2018

Quadro 3 – Pannel geral das áreas e equipamentos pertencentes ao CMAC.

| Complexo Aluízio Campos | | | |
|--|----------|-------------------------|-------|
| Quadro de áreas geral | Unidades | Áreas (m ²) | % |
| Lotes residenciais (Unid. Habitacionais) | 6652 | 596.859,53 | 7,28 |
| Equipamentos comunitários | 2 | 100.006,09 | 1,22 |
| Lotes Indústria | 306 | 1.342.714,73 | 16,39 |
| Lotes comércio / serviço | 5 | 79.571,65 | 0,97 |
| Praças | 8 | 37.234,36 | 0,45 |
| PMCG | - | 1.704.524,73 | 20,80 |
| Jardim botânico | - | 506.405,71 | 6,18 |
| Áreas verdes | - | 1.018.680,95 | 12,43 |
| Tecnópolis | - | 985.383,18 | 12,03 |
| Faixas de domínio | - | 224.882,35 | 2,74 |
| Sistema viário | - | 1.597.662,72 | 19,50 |
| Poligonal | - | 8.193.926,00 | 100 |
| Área remanescente | - | 60.930,84 | - |
| Área líquida vendável | - | 4.709.053,82 | 0,57 |

Fonte: Revista Prisma/PMCG, 2017.

6 – RESULTADOS E ANÁLISES DISCURSIVAS

6.1. Pesquisa de campo – Junho de 2017

Para o início da pesquisa, houve a oportunidade de realizar uma visita de campo ao conjunto habitacional do Conjunto Multimodal Aluizio Campos (CMAC) em junho de 2017. Essa realização foi promovida pela Prefeitura Municipal de Campina Grande (PMCG), a qual cedeu um ônibus exclusivo próprio da agência pública. O transporte alocou, aproximadamente, vinte e seis pessoas durante o percurso, onde fui convidado a acompanhar o trajeto pela Prof^a. Dr^a. Maria Jackeline Feitosa Carvalho, ministrante, na época, do componente Planejamento Regional e Urbano da grade curricular pertencente do Mestrado de Desenvolvimento Regional – UEPB.

Os passageiros eram provenientes de diversos segmentos profissionais da sociedade, os quais tinham interesse em setores determinados do projeto, como transporte urbano, saúde e segurança, além de haver também alguns funcionários da PMCG. Dentre esses últimos, uma pessoa com representatividade da Secretaria de Planejamento (SEPLAN) nos conduziu como guia-informante tanto durante o trajeto dentro do ônibus, como também na descida ao Complexo. Ao chegarmos ao destino, o ônibus ainda circulou por algumas ruas que estavam pavimentadas por entre o conjunto habitacional. Pela impressão empírica, pôde-se constatar que a pavimentação das ruas era equivalente a 70% do total.

Advindo por algumas regiões do Complexo, foi abrangida a dimensão territorial que compreende sua realização, muito também facilitada pela fortificação do muro que circundava o terreno. Neste período, em 2017, as obras destinadas ao conjunto residencial estavam bem avançadas, sendo que a maioria das residências estava pronta para ser entregue. Primeiramente, nos foi mostrada a estrutura de uma quadra esportiva e, em seguida, descemos do ônibus para visitar as futuras instalações de um auditório, assim como as casas, nas quais ainda não possuíam moradores devido a um impasse existente entre a agência administrativa municipal e a sociedade civil, ou seja, a Prefeitura Municipal e a Caixa Econômica Federal.

Na oportunidade, percebi que não só as obras de habitação estavam avançadas, mas também a logística das calçadas e jardins havia um certo progresso. Entretanto, com relação à reserva voltada para o Jardim Botânico, ainda estava embrionária. Ao seguirmos novamente para o ônibus, o guia acompanhante explicou como seria a logística de transporte e segurança, além do desenvolvimento do setor da educação, onde fui informado da viabilidade de futuras escolas de ensino fundamental do município e uma escola de ensino médio estadual.

Também foi averiguado na visita técnica, na qual durou em torno de duas horas, que existiam algumas âncoras de outdoor propagandísticas de algumas empresas locais, como a fábrica de fechadura Silvana (ainda em construção), além da fábrica de tintas, a Tintas Bella.

Figura 23 – Imagem em perspectiva da empresa Tintas Bella.



Fonte: Codecom/PMCG, 2018

Percebemos que o anel rodoviário que dá acesso ao Aluízio Campos não estava concluído, assim como o processo da adutora de água. Ainda na entrada do CMAC, como também em duas extremidades e no acesso rodoviário na BR-230, sentido Campina Grande-João Pessoa, há placas municipais reafirmando o slogan proposto para o projeto: “o maior conjunto habitacional em construção no Brasil”.

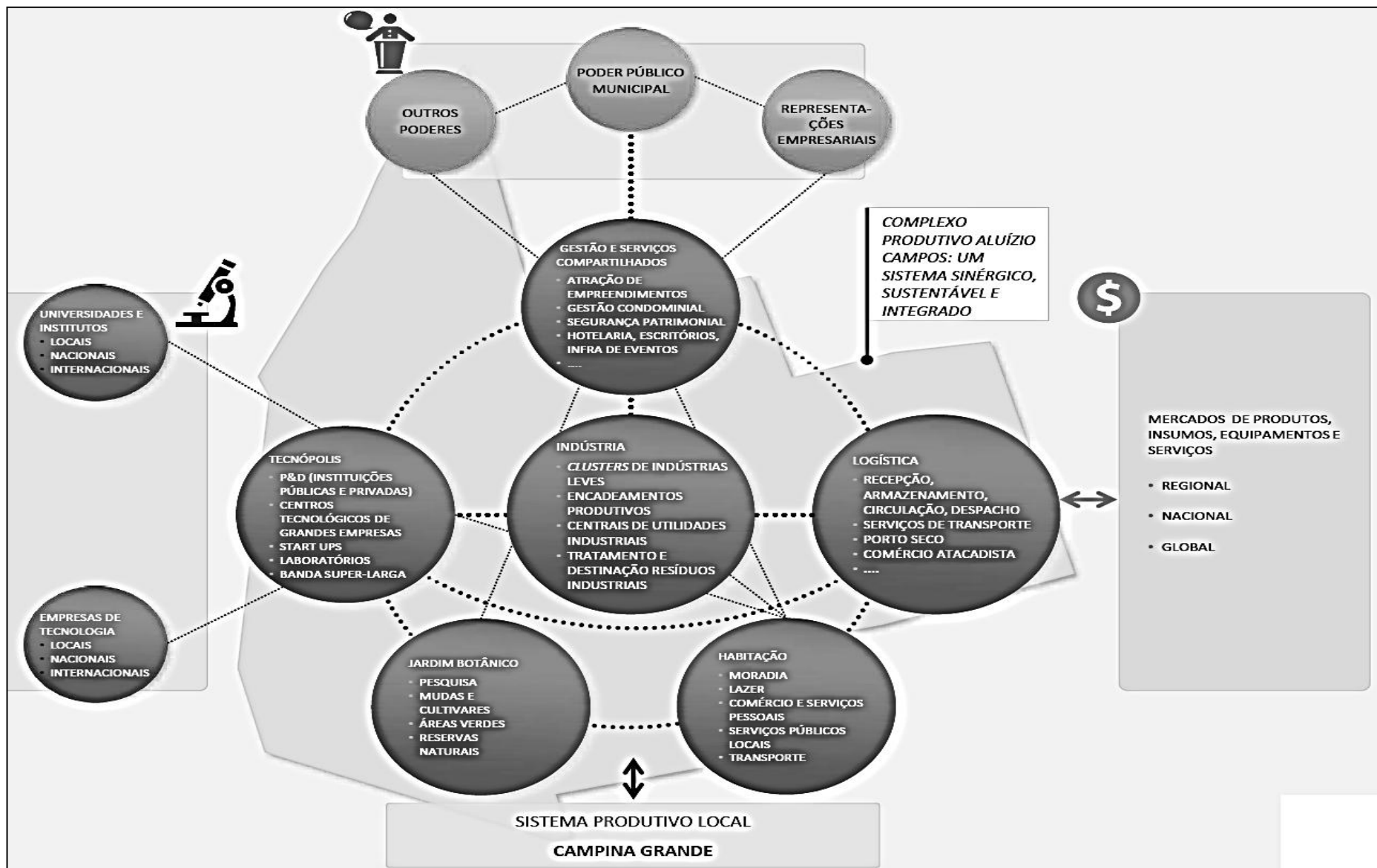
Figura 24 – Placa posicionada em uma das entradas do CMAC.



Fonte: Acervo pessoal..

Adentrando na análise do documento *Plataforma Aluízio Campos: visão de futuro 2035*, pode-se identificar alguns elementos que são indícios de uma lógica central mercadológica de cidade. A Diagrama 1 apresenta o modelo de planejamento do Complexo Aluízio Campos. Podemos observar que o elemento que aparece no centro do planejamento é a indústria, evidenciando o valor de troca do espaço como o centro da racionalidade urbanista:

Diagrama 1 – Panorama estratégico do CMAC.

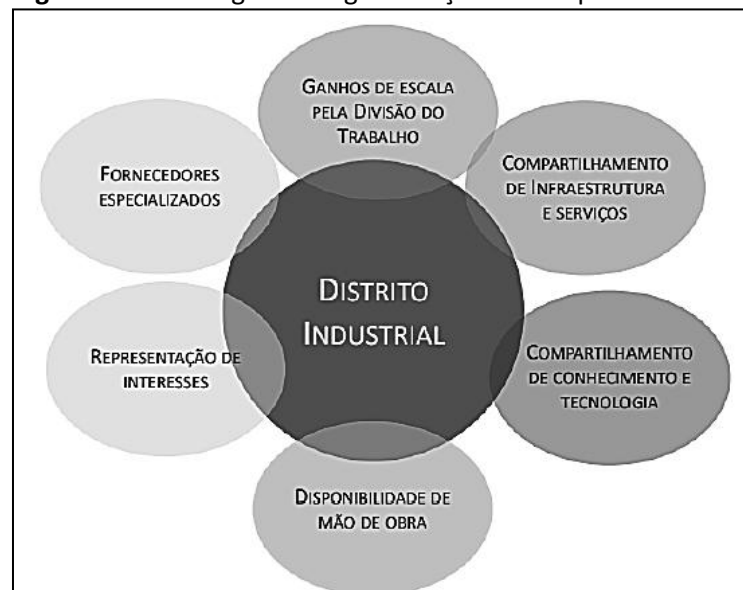


Fonte: PMCG, 2016.

Isso também aparece de forma mais clara no Diagrama 2 onde aparecem as vantagens que as empresas interessadas terão ao se instalarem no local. Segundo a PMCG (2016), “já há uma demanda por área por parte de aproximadamente 600 empresas, as quais manifestaram interesse em se instalarem no Distrito”. Essa disputa pelo espaço é o primeiro mecanismo de poder que aparece no processo de construção do espaço público, tanto no interesse dessas empresas por mão de obra, quanto no interesse do poder local em transformar a construção de uma obra de interesse social, visto o déficit habitacional de Campina Grande, em uma demagogia política. McKenzie *et. al.* (1926), afirma que a *centralização*, com centro e circunferência definidos, implica na área de participação comunitária que resultará no processo de formação desta comunidade.

Este é o lugar onde os interesses e satisfações comuns às pessoas se encontram territorialmente como forma de consciência e controle sociais. Nesta visão, em um contexto de conjunto habitacional, é enfatizado o papel do habitante como força principal, ou seja, como força central, com as atividades de indústria, comércio, desenvolvimento técnico educacional e preservação ambiental em segundo plano (porém, evidentemente, não de forma insignificante). A lógica estabelecida de indústria como mecanismo centralizador de planejamento estratégico desconfigura a disposição do poder à sociedade comunitária, conferindo-o a terceiros.

Diagrama 2 – Vantagens de aglomeração das empresas do CMAC



Fonte: PMCG, 2016

Ainda ao analisar a Diagrama 2 observa-se que o conjunto habitacional está em posição secundária no diagrama. *Disponibilidade de mão de obra* é um elemento muito presente no material analisado, mesmo não havendo garantia de que essas empresas irão contratar moradores do conjunto. Trata-se de um interesse das indústrias, no entanto quais os interesses dos moradores? Como planejar priorizando o *valor de uso* da cidade, analisando as condições de existência de famílias de baixa renda em uma área distante do centro urbano?

Há uma emergência pelo direito à cidade como prioridade em qualquer empreendimento público. Esse direito tem como fundamento a garantia de que os moradores terão uma vida urbana com várias possibilidades, sejam empregatícias, educacionais, saúde, segurança e mobilidade, entre tantas outras questões. Em todos os elementos dos diagramas apresentados no material do planejamento dessa obra a seção Habitação é apresentada como aquela que fornece *força de trabalho*, ou seja, a própria cidade tem esse valor de troca, essa conotação privatista da mão de obra, mas não aparece em questão o que a Habitação será para os moradores, ou como cada serviço público irá funcionar.

6.2. Entrevistas semiestruturadas

As entrevistas foram realizadas a partir de um roteiro de questionamentos pré-estabelecido, porém passível de respostas livres, sendo realizadas entre o segundo semestre de 2018 e o início de 2019, com públicos-alvo diferentes.

MESES: Agosto à outubro de 2018.

Primeiramente, para iniciar a pesquisa, foi necessário perfazer completo entendimento do objeto de estudo a partir de uma visão macroscópica e generalista, para posteriormente fazer os evidentes delineamentos etnográficos. Por isso, foram escolhidos alguns agentes públicos da Prefeitura Municipal de Campina Grande (PMCG), como o Secretário de Planejamento, Gestão e Transparência, o engenheiro André Agra, e o Coordenador da Secretaria de Desenvolvimento, o economista Rosalvo Menezes Filho. Os encontros tiveram uma duração da conversação entendendo-se sob a média de 15 a 50 minutos. O primeiro aconteceu na própria sede da Secretaria de Planejamento, localizada na Rua Nossa Senhora de Lourdes, nº 85, bairro Jardim Tavares; e o segundo na Associação Comercial de Campina Grande (ACCG), situado na Avenida Marechal Floriano Peixoto, nº 715, Centro. No Anexo 2, está a reprodução do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) acerca da finalidade do estudo e que foram entregues aos entrevistados.

A primeira pergunta inquiria uma abordagem de como se originou a concepção do Complexo Multimodal Aluizio Campos (CMAC) e como ele se estruturava. Ambos os entrevistados relataram a investida da Prefeitura Municipal entre os anos de 2013-2014 para que um projeto de desenvolvimento se planeasse no terreno de 800 hectares cedido aos inventariantes em testamento pelo próprio pecuarista, advogado e político paraibano, Aluizio Campos, enfatizando a concretização de seu antigo desejo de deixar esse patrimônio para o desenvolvimento da cidade de Campina Grande.

A proposta preliminar para a garantia de recursos do Governo Federal tinha inserido a divisão do espaço em dois setores bem marcantes: a habitação e a

empresarial. Através da aprovação do projeto pelo Programa Minha Casa, Minha Vida, sobretudo devido às “investidas” do então Ministro das Cidades na ocasião, o paraibano e engenheiro Aguinaldo Ribeiro, se realizou, logo de início, as obras para a construção de um conjunto habitacional com 4.100 moradias, sendo 3.012 casas e 1088 apartamentos. O termo “multimodal” é uma referência às vertentes direcionadas no projeto: habitação, empresas/indústrias de base tecnológica, logística (armazenamento, transportes, comércio atacadista e distribuição) e o Jardim Botânico.

Todas as casas possuem um equipamento de captação de energia solar. O conjunto todo irá possuir escola, creche, posto de saúde, praça, colégio, posto policial, ou seja, todos os equipamentos públicos necessários. A Caixa Econômica Federal só vai liberar o acesso das pessoas quando todos esses equipamentos estiverem concluídos. Diferentemente dos outros conjuntos que só se pensou na própria habitação, deixando de lado os entornos, como o Major Veneziano. Dentro do plano de mobilidade urbana, está sendo realizado também um estudo para observar quais as linhas de ônibus que atenderão aquele conjunto. Há, atualmente, a linha 944 que passa na frente do Complexo e retorna, porém isso é pouco. É necessário ter uma linha própria que entre verdadeiramente naquele espaço, pois futuramente estarão residindo ali cerca de 25 mil pessoas. Quando estiver sendo implantada a área empresarial, aí sim que vai precisar mesmo de ter os equipamentos necessários para a mobilidade. (MENEZES, Rosalvo. Coordenador da Secretaria de Desenvolvimento, maio de 2018)

Na mesma linha de raciocínio, foi dito que a Prefeitura reservou uma área de 30 hectares, a qual está em negociação com a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) para ali ser edificado o Jardim Botânico, como também esse próprio órgão ser o gestor do Jardim, transferindo sua sede no bairro do Centenário, em Campina Grande, para o CMAP. Outra área de 100 hectares está sendo trabalhada para ser a Tecnópolis, uma espaço que busca o desenvolvimento da indústria baseada em alta tecnologia, destinado para companhias, associações de pesquisa com bases tecnológicas, ligadas não somente a Fundação Parque Tecnológico da Paraíba (Fund. PaqTcPB), mas também à Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e Estadual da Paraíba (UEPB), além do Instituto Federal da Paraíba (IFPB) e da Escola Técnica Redentorista (ETER).

A cidade é renomada dentro do meio tecnológico pelas instituições de ensino que figuram com notas altas no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), do Ministério da Educação (MEC). Por este motivo, segundo o secretário André Agra, as universidades e escolas técnicas foram procuradas. O investimento inicial é de R\$ 500 milhões de ordem pública e R\$ 440 milhões de ordem privada, com propostas de quase 150 empresas que irão se instalar no local.

A outra parcela, 700 hectares, ficou destinada à parte empresarial. Essa parte é subdividida em três áreas: a primeira é a logística, para empresas voltadas para o armazenamento, carga e transbordo, uma vez que a cidade está no cruzamento das BR-104 (Norte-Sul) e BR-230 (Leste-Oeste), nas quais incidem muitos carros, em média dezessete mil veículos por dia no sentido Campina Grande-Caruaru e Campina Grande-Queimadas. O Coordenador de Obras, Rosalvo Menezes, enfatizou que além disso, mesmo sem estar funcionando, também a cidade possui uma rede ferroviária que decorre na frente do Complexo, como também há a aproximação ali do Aeroporto João Suassuna. A segunda subárea é o polo para as médias e grandes empresas, algumas já inscritas para a participação. A terceira subárea é o distrito das micro e pequenas empresas, as que possuem não mais que cinquenta funcionários porque, segundo ele, no Brasil, quase 97% dos empreendimentos são dessa magnitude.

Nessa perspectiva de micro empreendimentos, então, Campina Grande não poderia fugir à regra. Claro que todo esse projeto não é de uma instância pública somente, até porque, no nosso país, todos os distritos industriais, ou algo parecido, sempre tiveram apoio do Governo Federal e do Governo do Estado. Entretanto, não tivemos apoio federal nessa parte logística e industrial, somente com relação ao Programa Minha Casa, Minha Vida, ou seja, somente para a área habitacional. Mesmo sem a parte empresarial estar ainda em funcionamento, nós conseguimos, por enquanto, alocar uma empresa, a Tintas Bella, sendo a primeira e única empresa que está por lá. Todavia, no nosso cadastro, apresentam-se 464 estabelecimentos que demonstraram interesse para ir ao Complexo. Empresas médias, a maioria de micro pequeno porte. Nesse período de crise que tivemos, claro que sabemos que não temos mais essa reserva garantida com condições reais de organizar vínculo por lá. (MENEZES, Rosalvo. Coordenador da Secretaria de Desenvolvimento, maio de 2018).

O Coordenador continua expondo que, antes do início da execução das obras, a cidade estava “estagnada sem área para ampliação do seu parque empresarial”, fator que impedia o desenvolvimento econômico da cidade. A Agência Municipal de Desenvolvimento (AMDE) está diretamente ligada ao parque empresarial que está em execução, e em contato com os micro e pequenos empresários que estão dispostos a se instalar no Complexo. Segundo ele, os lotes já estão em fase adiantada com máquinas trabalhando na abertura de vias e locação desses lotes. A prioridade de entrega é para aqueles empresários que tenham interesse de se instalarem imediatamente, visando que todos os lotes sejam usados de uma forma eficiente acarretando em desenvolvimento local “através das centenas de empregos que serão gerados para os cidadãos campinenses.”

Ele lembrou que, recentemente, um grupo de empresários paraibanos do ramo calçadista e de confecções esteve em Campina Grande e se “entusiasmaram” com o projeto. Além da sua presença, a comitiva foi recepcionada pelo prefeito Romero Rodrigues, além do secretário André Agra e do presidente da Agência Municipal de Desenvolvimento (AMDE), Alcindor Vilarim, como também membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico (CMDE) que acompanharam a visita.

Foi admitido também, por ambos os entrevistados, a existência de um debate sem acordo certo com o Governador do Estado, Ricardo Coutinho (2018). Por exemplo, o sistema de redistribuição de água, a CAGEPA, que é público e pertencente à instância estadual, não realizou a extração e encanamento para aquela região. Devido a isso, a Prefeitura gastou mais de 12 milhões de reais com recursos próprios para efetuar essa ação.

Devido a escassez de água que enfrentamos, na qual o açude de Boqueirão chegou a ter 12% de sua capacidade, tivemos que interromper a construção do projeto empresarial por dois anos, justamente por não ter a garantia hídrica. Isso era um dos critérios que as empresas esperavam para a instalação. (MENEZES, Rosalvo. Coordenador da Secretaria de Desenvolvimento, maio de 2018)

Questionados sobre as vantagens e desvantagens acerca da implementação do aspecto multimodal, o Secretário André Agra asseverou:

Observe a situação: empresas funcionando e, de um lado, um conjunto habitacional de 30 mil habitantes, que já nasce maior do que 182 municípios da Paraíba. Essas empresas, bem ou mal, vão fornecer 2 mil ou 3 mil empregos de início. Nós estamos querendo que as próprias pessoas que morem no conjunto se habilitem para trabalhar por lá mesmo, uma vez que não precisarão de transportes, de se locomover de carro, de engarrafar no centro, de deslocar. No máximo, uma linha circular interna de ônibus. A grande vantagem será essa possibilidade de ter, paralelo a parte habitacional, que é o que já está pronto, a parte empresarial gerando emprego e renda à população. (AGRA, André. Secretário de Planejamento, junho de 2018)

A atenção foi retomada quando indaguei sobre a participação do Conselho Municipal de Habitação no projeto, já que na conjuntura do mundo atual, a democracia participativa da sociedade envolve o pertencimento de alojar pessoas certas para habitarem em lugares que tenha um perfil de identificação. O próprio entrevistado, o Secretário de Planejamento, André Agra, relevou experiências anteriores em outros conjuntos habitacionais, como também a capacitação dos trabalhadores do conjunto via órgãos como SESI, SENAI e SEBRAE.

Uma vez tendo um perfil do trabalhador, as empresas que irão se instalar naquele espaço, talvez saberão quem são as pessoas que poderiam ser seus futuros empregados. E mais do que isso, uma série de intervenções dos órgãos públicos. A Prefeitura, o SESI, o SENAI e o SEBRAE vão poder fazer programas de capacitação para essas pessoas. Até porque cada pessoa tem uma casa e cada casa tem uma área de expansão. Então imagine que, no futuro, uma pessoa seja capacitada. Ela poderia aproveitar sua área de expansão e colocar uma pequena empresa, já começando a desenvolver uma atividade própria de comércio. [...] Por exemplo, descobrindo que existem 500 pedreiros, 200 costureiras, 100 carpinteiros, entende? A gente tem área aqui para esse próprio pessoal começar a trabalhar de forma conjunta. Imagine que eu descubra que tem umas 400 pessoas que trabalham com madeira, 200 com ferro, a gente já pode juntar essas pessoas, o SENAI e o SEBRAE dão treinamentos e eles passam a trabalhar nesse sentido. (AGRA, André. Secretário de Planejamento, junho de 2018)

Até que ponto a sociedade absorveu o nome “Aluízio Campos” ou quem seria a figura de “Aluízio Campos” também foi questionado. A resposta foi interessante, pois o Secretário crê que o povo ainda não tem conhecimento muito bem quem foi Aluízio Campos. Muito menos é reconhecido o memorial que preservou o mobiliário original de sua antiga casa, os livros e as referências pessoais, com o objetivo de proporcionar estudos e trabalhos de preservação das memórias da família Campos.

Por fim, ao Secretário de Planejamento, houve uma indagação a respeito da temática da ecologia, meio ambiente e, principalmente, da preservação do bioma da caatinga. O Secretário iniciou relatando que a região onde se apresenta o conjunto habitacional apresenta muitas ondulações, e o episódio piora quando se chega na parte empresarial. No total dos 700 hectares, afirma que não vai poder aproveitar mais do que 40%, uma vez que o resto são áreas que já possuem matas e árvores que não podem ser cortadas, grandes aclives, declives, muitas aflorações de pedras e alguns riachos. Há também uma área demarcada de 100 metros que passará a linha de transmissão de alta tensão da CHESF, como também outra região que passará o gasoduto, essas áreas também não poderão ser tocadas, segundo ele. Isto além da área de 52 hectares reservada ao Jardim Botânico, no qual já existem dois açudes antigos. Tudo já está demarcado e zoneado. A participação do morador também é exposta como essencial, onde cada pessoa terá que plantar uma árvore em frente a sua casa, pois faz parte do novo código de construção de calçadas.

Além disso, uma das características importantes é o sistema de captação de energia solar para aquecimento da água do chuveiro. Do ponto de vista energético, assevera que todas as casas possuem uma placa solar com um *boiler* que mantém a água quente, através de um sistema de painéis de células fotovoltaicas de captação. Ainda dentro do perfil sustentável das unidades habitacionais, o Secretário explica que praticamente não foi utilizada madeira na construção, uma vez que todas as casas apresentam estruturas metálicas com 50 anos de garantia e esquadrias de janelas e basculantes de alumínio, que também garantem maior durabilidade às construções, substituindo as tradicionais, mas ultrapassadas

estruturas em madeira. A empresa responsável pela execução da obra foi a Construtora Rocha de acordo com o edital de licitação específico.

MESES: Janeiro à abril de 2019

A outra parte do segmento que complementa o desenho e a análise de dados acerca do conjunto habitacional do CMAC foi alcançada nos primeiros meses de 2019. As entrevistas, agora, estavam direcionadas e centralizadas para as pessoas que se inscreveram no sorteio e que foram contempladas com as moradias. Para fins de investigação e modalidade de pesquisa ética, foi cumprido as exigências setoriais e regulamentações específicas da Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e Ministério da Saúde, na qual trata sobre a pesquisa em ciências humanas e sociais e exige respeito e garantia do pleno exercício dos direitos dos participantes, como o sigilo absoluto. A criação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) voltado a esse público-alvo está no Anexo 3.

Para esta pesquisa etnográfica, foram selecionados cinco entrevistados, todos futuros moradores do conjunto habitacional, sendo identificados na análise por ordem alfabética: A, B, C, D e E. Em síntese, foram realizadas no total de 16 perguntas de metodologia qualitativa, englobadas na temática da aquisição das residências, sobretudo na razão por terem adentrado no processo de obtenção das mesmas e o que as apetece para o futuro do conjunto habitacional.

Algumas entrevistas foram efetuadas nos próprios lares domiciliares em que as pessoas se encontravam no momento, acompanhadas de testemunhas da família do entrevistado. Em outras, concretizadas a partir de um espaço público, como uma praça, a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) ou a Secretaria de Planejamento, Gestão e Transparência (SEPLAN). Todas as respostas foram gravadas em áudio e transcritas posteriormente para a análise (vide Anexo 1 para ler as transcrições na íntegra). As perguntas consideradas fundamentais, dentre as 16, e a súmulas das respostas de cada um dos cinco entrevistados foram organizadas conforme se vê nos quadros 4, 5 e 6.

Quadro 4 – Súmula das principais ideias dos entrevistados frente às questões.

| QUESTÕES | ENTREVISTADOS | | | | |
|---|---|---|---|---|--|
| | A | B | C | D | E |
| 01. O que levou você a buscar uma moradia no conjunto habitacional do Complexo Aluízio Campos? | <i>Aqui a gente mora de aluguel e é muito perigoso[...]</i> | <i>[...] eu queria sair do aluguel e também sair desse bairro [...]</i> | <i>A gente mora de aluguel [...]</i> | <i>Sair do aluguel.</i> | <i>Foi mais pelo aluguel mesmo. [...]</i> |
| 02. Quais critérios você tem que o possibilitou a participar do sorteio? | <i>A Rosa Mística é considerada área de risco [...]</i> | <i>Mãe com dois filhos, e cuidado do meu pai já idoso.</i> | <i>Mãe com uma filha.</i> | <i>Sou mãe solteira e tenho três filhos.</i> | <i>Sou mãe e tenho atestado de doença.</i> |
| 03. Que tipo de moradia você está aguardando: apartamento ou casa? | <i>Casa.</i> | <i>Pra mim, tanto faz como tanto fez.</i> | <i>[...] O que viesse, eu aceitaria e já seria lucro. [...]</i> | <i>[...] eu tô resolvendo. [...]</i> | <i>Foi uma casa.</i> |
| 04. Há algum apoio de entidades, como o Conselho Municipal, tanto das cidades de Campina Grande ou Queimadas, nas quais estão ajudando a vocês, contemplados, a receber suas moradias? Ou então alguma associação local, alguma organização das próprias pessoas para acelerar o processo e passar as informações? | <i>[...] só a Prefeitura de Campina Grande.</i> | <i>[...] só a Prefeitura [...] eu participo de um grupo de discussão via WhatsApp em que estão algumas pessoas que foram contempladas. Todas as informações que a gente sabe são colocadas lá.[...]</i> | <i>Não que eu saiba.</i> | <i>Sempre pela SEPLAN. [...]</i> | <i>[...] a coordenação e a secretária da SEPLAN. [...]</i> |
| 05. O que é mais importante para você: adquirir o imóvel do Complexo Aluízio Campos ou associá-lo ao seu local de trabalho? Por quê? | <i>[...] ter a minha casa própria [...] se aparecer por acaso um trabalho perto, seria muito bom.</i> | <i>Se por caso for pra morar e trabalhar dentro do Complexo [...] é bem favorável, né? [...]</i> | <i>Morar e trabalhar.</i> | <i>[...] só a casa está de bom tamanho [...] Mas também não tem problema nenhum se não tiver um trabalho perto.</i> | <i>As duas coisas iam ser muito bom.</i> |

Fonte: Dados obtidos a partir de entrevistas. Org.: Anselmo Cavalcanti.

A primeira pergunta tinha como objetivo central abrir a discussão do tema das questões ao entrevistado. Como se vê no quadro 4, a maioria das respostas convergiam-se na justificativa do aluguel residencial sobre o porquê de buscar uma moradia no CMAC, sendo esta instabilidade de não ter uma casa própria considerada ainda hoje pela maioria dos brasileiros como a maior desvantagem social. Entretanto, para os entrevistados “A” e “B”, também somava o fato dos mesmos morarem atualmente (no período da entrevista) em bairros considerados perigosos ou avaliados como áreas de risco da cidade, o que já adentra ao conteúdo do pergunta 2, “Quais critérios que você tem que o possibilitou a participar do sorteio?”.

Segundo informações da PMCG (2018), e elucidadas no capítulo desse trabalho intitulado *O Processo do Sorteamento*, as pessoas que almejassem entrar no sorteio teriam que obedecer, pelo menos, a um dos seguintes critérios condicionais: a) moradores de área de risco; b) possuidores de medida protetiva; c) mulher responsável familiar; d) PCD (pessoas com deficiência); e) portadores de doença crônica; e f) conjunção familiar monoparental. Dos cinco entrevistados, quatro eram mulheres e mães chefes de família, o que as possibilitou concorrer no sorteio, entretanto, para a entrevistada “E” também estava equivalido a condição de doença crônica, sendo portadora de diabetes. O entrevistado “A” é masculino, e residente do bairro Rosa Mística, no qual é considerado, pela Defesa Civil de Campina Grande, uma área emergencial, principalmente quando chove, fazendo com que as casas construídas nos pontos críticos, principalmente nas margens do canal, sofram com as inundações.

Para o terceiro questionamento, “Que tipo de moradia você está aguardando: apartamento ou casa?”, foi interessante notar a indiferença de alguns entrevistados quanto ao tipo de moradia, não fazendo caso alarmante quanto a isso. Para a pergunta seguinte, “Há algum apoio de entidades?[...]”, alguns relataram que apenas a SEPLAN seria o órgão principal e público que estaria os direcionando e avançando o processo da aquisição das casas, fazendo com que tudo ocorra sob meios judiciosos, não havendo, portanto, a participação do Conselho Municipal. O entrevistado “B” também expôs que um grupo de discussão via o aplicativo de

celular *WhatsApp* fazia uma ponte de debate entre os contemplados, transmitindo informações e dando apoio mútuo.

Para a quinta e última pergunta colocada no quadro 4, “O que é mais importante para você: adquirir o imóvel do Complexo Aluizio Campos ou associá-lo ao seu local de trabalho?”, todos os entrevistados, em unanimidade, admitiram que ter uma casa própria seria a concretização do sonho, porém, estariam abertos para novas oportunidades de emprego, fazendo com que ambas as coisas se harmonizassem.

Quadro 5 – Súmula das principais ideias dos entrevistados frente às questões.

| QUESTÕES | ENTREVISTADOS | | | | |
|--|--|--|---|---|---|
| | A | B | C | D | E |
| 06. Você já teve experiência com outros conjuntos habitacionais? Acredita que este será realmente diferente dos outros? Por quê? | <i>[...] Eu já morei no bairro do Glória, também passei um tempo em uma das casas do Major Veneziano, e hoje eu vejo que o Aluizio Campos tem realmente uma diferença.</i> | <i>[...]Pela política de, vamos dizer assim, “rigorosa”, das coisas mais bem certinhas desse conjunto, eu acho que vai ser bem melhor do que os outros. Muito diferente a organização. [...]</i> | <i>Eu creio que vai ser bem diferente. Tá tudo muito detalhado, muito organizado. [...]</i> | <i>Vai ser diferente, com certeza. Vai ser um dos maiores bairros de Campina.</i> | <i>Acredito sim porque promete muita coisa, né?</i> |
| 07. Você acredita que as propostas do Complexo de colocar as fábricas próximas ao conjunto habitacional, a inclusão do esporte com ginásio, o lazer com as praças, um maior acesso a saúde, segurança, etc., deverão ajudar a construir o desenvolvimento da cidade? Por quê? | <i>[...] Acredito porque o conjunto já vai surgir muito grande e vai mobilizar aquele lado longe da cidade, por exemplo, que eu acho que é muito parado. [...]</i> | <i>[...] Acredito que sim, tem que ter tudo isso com certeza. Até pela rigurosidade que teve, essa burocracia toda do sorteio, a presença do Ministério Público. [...]</i> | <i>Morar lá com certeza vai ser sinônimo de desenvolvimento. [...]</i> | <i>Sim, com certeza.</i> | <i>Pode ser sim.</i> |

Fonte: Dados obtidos a partir de entrevistas. Org.: Anselmo Cavalcanti.

A sexta pergunta, alocada no quadro 5, teve como objetivo aprofundar as possíveis comparações de moradia que os entrevistados eventualmente poderiam apresentar, caso já tivessem residido em outros conjuntos habitacionais ou bairros periféricos. Apenas o entrevistado “A” relatou ter vivido em um condomínio já arraigado na cidade de Campina Grande, o conjunto Major Veneziano, fazendo algumas alegorias com o CMAC no sentido de ter visto as casas de ambos os lugares e ter escolhido as do segundo como sendo bem mais acabadas e elaboradas, uma vez que possui o ofício de construtor (proferido durante a entrevista) e, de uma certa forma, sabe fazer as devidas comparações. Os outros entrevistados articularam suas impressões positivas a respeito de como CMAC se comporta nas mídias, se lançando como inovador e desenvolvendo todo o processo de uma maneira mais organizada e transparente.

A última pergunta do quadro 5, “Você acredita que as propostas do Complexo de colocar as fábricas próximas ao conjunto habitacional, a inclusão do esporte com ginásio, o lazer com as praças, um maior acesso a saúde, segurança, etc., deverão ajudar a construir o desenvolvimento da cidade?” teve como objetivo captar principalmente os conhecimentos básicos dos entrevistados acerca do que o CMAC diz colocar além do conjunto habitacional, como os equipamentos de utilidade pública e o espaço industrial, da mesma forma questionando-os se isso, na opinião deles, poderia alavancar um sentido de desenvolvimento social para a cidade. Dois dos cinco entrevistados se prontificaram a estender suas ideias sobre a pergunta.

O entrevistado “A” ressaltou que acredita em um possível desenvolvimento na área considerada apartada da cidade, a região que circunda o bairro do Ligeiro e que é limítrofe entre as cidades de Campina Grande e Queimadas, pois o investimento em um projeto dessa magnitude atinge outras portas na sociedade e frentes de trabalho. Foi exposto também uma consideração própria sobre a formação da cidadania do indivíduo, no qual acredita que não é apenas receber a chave de uma casa, mas também a participação da comunidade com o lazer e a cultura. O entrevistado “B” evidenciou a rigorosidade que o sorteio possuiu, bem como a burocracia frente aos acordos de financiamento e a presença do Ministério

Público, como razão para acreditar no desenvolvimento econômico e social do conjunto habitacional.

Quadro 6 – Súmula das principais ideias dos entrevistados frente às questões.

| QUESTÕES | ENTREVISTADOS | | | | |
|--|--|---|--|---|---|
| | A | B | C | D | E |
| 08. Você ainda se deslocaria para lá se a Prefeitura dissesse que iria faltar alguma coisa, como baixo acesso aos ônibus ou falta de um posto de saúde por perto? | <i>[...] Esse negócio de não ter posto de saúde às vezes acontece, mas com o tempo se resolve [...]O que eu pensaria mais um pouco se iria ou não, é se não tivesse segurança.</i> | <i>Sei não, é muito difícil. A gente pesa os dois lados. Sair do aluguel e dá uma condição melhor pro meu pai e minha filha, ou continuar aqui.</i> | <i>Se tiverem terminado a casa, eu acho que ia sim. [...]</i> | <i>Eu iria sim, mesmo se essas coisas não tivessem prontas.</i> | <i>[...] Eu sou uma pessoa doente, se não tiver pelo menos um posto de saúde por perto, eu nem vou.</i> |
| 09. Você sabe dizer por que o Complexo leva o nome de Aluízio Campos? | <i>Não sei dizer. Não conheço.</i> | <i>Não sei. Deve ser em homenagem a alguma pessoa bem importante.</i> | <i>Eu já ouvi falar, mas sou sincera a dizer que não sei o porquê não.</i> | <i>Sei não. Sinceramente, eu num sei.</i> | <i>Não.</i> |

Fonte: Dados obtidos a partir de entrevistas. Org.: Anselmo Cavalcanti.

Foi questionando também aos entrevistados a respeito da expectativa de receber os imóveis mesmo se, porventura, haver algum tipo de ausência de comprometimento perante as propostas que foram ofertadas junto à concepção do conjunto habitacional como, por exemplo, a não finalização das edificações dos serviços públicos. A essa indagação, foi assentada a seguinte pergunta, que pode ser vista no quadro 6: “Você ainda se deslocaria para lá se a Prefeitura dissesse que iria faltar alguma coisa? [...]”. O entrevistado “A” tentou certificar sua resposta dizendo que faltar algum equipamento público, como um posto de saúde, é uma banalidade do dia-a-dia, majoritariamente brasileira. Por isso, podia tratar essa situação como normal, se deslocando para o conjunto. Entretanto, admitiu que

refletiria mais um pouco e tentaria ser mais cauteloso na escolha se a segurança pública era o que estivesse em deficiência naquele lugar.

Para o entrevistado “B”, o que pesou mais na resposta foi a dualidade de ou continuar morando de aluguel e no mesmo lugar, no qual considera perigoso, ou oferecer uma melhor condição de vida para seus familiares. Não concluiu a resposta e persistiu na dúvida.

Os entrevistados “C” e “D” admitiram que iriam se deslocar sim para o conjunto habitacional, pois a real importância e fundamentadora na seleção da melhor alternativa é a constituição física das casas, se estão em boa qualidade e em “pronto-entrega”, sendo algo que independe de haver serviços públicos comunitários ao redor para poder existir.

O entrevistado “E” foi categórico ao afirmar que não iria se mudar para o conjunto habitacional se este não possuir um único posto de saúde, pois, sendo uma pessoa portadora de doença crônica, é imprescindível que o atendimento médico esteja o mais próximo da sua casa. Além de que o empreendimento está sendo construído em uma área muito distante do Centro da cidade, portanto, mais um agravante para que os serviços estejam mais contíguos.

Para finalizar os encontros das entrevistas, sempre foi intencionado uma pergunta sobre a figura de Aluizio Campos, questionando se as pessoas conheciam, de fato, sua história ou o porquê do CMAC, em cometimento geral, teve admitir esse nome para o empreendimento. Com a pergunta “Você sabe dizer por que o Complexo leva o nome de Aluizio Campos?”, as pessoas foram bem diretas na respostas e sinceras na prática, afirmando que não o conheciam, porém sendo favoráveis para terem a oportunidade de compreender sua história através do pesquisador desse trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A concepção do presente estudo se deteve sobre a temática das políticas públicas de habitação enquanto instrumento voltado para o desenvolvimento social e econômico, visitando alguns registros históricos dos seus variados aspectos, como os que discorreram na Região Nordeste e na cidade de Campina Grande. Nesse trabalho, o objeto da pesquisa dirigiu-se ao empreendimento habitacional localizado dentro do Complexo Multimodal Aluizio Campos, o qual foi idealizado e construído sob o projeto do Programa Minha Casa, Minha Vida, sendo estabelecido entre a Prefeitura Municipal de Campina Grande e o Governo Federal.

Como objetivos específicos, valeram-se as seguintes inquietações para sua guisa de conclusão: a) O Complexo Multimodal Aluizio Campos trará realmente desenvolvimento para o nosso espaço local e regional? b) Se caso afirmativo, esse desenvolvimento será direcionado para quem, e para quê?

Sílvia Maranhão, doutor em sociologia pela Universidade de Wisconsin, ao ser entrevistado, chegou a afirmar que o Brasil vivencia um “continuismo” estranho (MARANHÃO, 1984). A região Nordeste, como foi o início da pedra de cal da criação do nosso território, reforça a tese do historiador, alocando o conservadorismo brasileiro como pertencente ao regionalismo nordestino. Da colônia à senzala, do Império à República, a historiadora Emília Viotti (1996) também explica um tanto as raízes intrínsecas e os problemas profundos nordestinos, talvez até mais do que outras regiões geográficas do nosso país, fruto da conjuntura política desde os seus primórdios.

Nesse momento histórico, tivemos uma cultura conservadora de elite aristocrática fortalecendo laços do patriarcalismo e, conseqüentemente, uma segregação econômica, racial e étnica. Nos anos 1950 e 1960, na era JK, a política desenvolvimentista brasileira, em seu projeto inicial, teve como tentativa romper com esta estrutura, tendo avanços e recuos. Entretanto, o retrocesso conservador se deu com o regime autoritário, no qual o país atravessou, fazendo com que as políticas keynesianas implantadas nessa época se tornassem muito mais conservadoras do que progressistas, já que a instituição da agência estatal nacional era preservada

muito mais para resguardar os interesses das oligarquias regionais. Órgãos como SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), e SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), mesmo em decadência, atendiam aos interesses oligárquicos em suas inversões públicas, contrariando a cartilha do GTDN (Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste).

Com a era pós-desenvolvimentista e a retirada do mercado da agência estatal, pelo menos de uma maneira direta na infraestrutura em diversos setores do imobiliário urbano, uma nova era passa a existir não apenas no país, mas em nível global, com o neoliberalismo. O estado brasileiro não ficou distante desse projeto de fortalecimento das oligarquias, as quais não eram só agrárias e rurais como no passado e, sim, urbanas, como mostra Bursztyrn (2008). A redemocratização com novos personagens de reprodução social entra em cena no período entre os séculos XX e XXI. Sendo assim, a resistência das oligarquias está presente em nossa política mesmo com o aparecimento de projetos habitacionais significantes, como o Programa Minha Casa Minha Vida, uma das vitrines da Era Lula.

Casseb e Pedrosa (p.15, *in* LACERDA, 2017) foram felizes ao debruçarem-se na temática desenvolvimentista resultante na segunda metade do século passado, mostrando as duas correntes do desenvolvimento: a liberal de Gudin e a industrial de Simonsen com parâmetros significativos, mas não impediram a reprodução das classes das elites regionais de nosso país de romperem com o conservadorismo luso-brasileiro dos ensinamentos acadêmicos de Furtado, Tavares, Cardoso. Estes autores também tiveram contribuições fecundas na caminhada desenvolvimentista, entretanto, volto a afirmar: definir desenvolvimento regional é mais fácil do que conceituar, principalmente quando adentra nas dificuldades do pesquisador quando se depara. Sendo assim, Popper (1987) foi feliz ao afirmar que a ciência começa e termina com os problemas.

As análises feitas para o objeto dessa pesquisa incitaram os créditos de que se o Complexo Multimodal Aluizio Campos, o qual ainda está se instalando em sua totalidade na cidade, sendo considerado pela mídia “o maior conjunto habitacional em construção no Brasil”, não cumprir suas metas em seu projeto âncora de infraestrutura, poderá representar o continuísmo das oligarquias. Outrossim, caso venha a concretizar e materializar as propostas, ainda nesse estigma, deverá também representar um tanto os anseios de nosso conservadorismo político, entretanto, de uma maneira mais amena e renovadora.

Há ainda uma emergência pelo direito à cidade como prioridade em qualquer empreendimento público. Esse direito tem como fundamento a garantia de que os moradores do conjunto terão uma vida urbana com várias possibilidades, sejam empregatícias, educacionais, saúde, segurança e mobilidade, entre tantas outras questões. Em todos os elementos dos diagramas apresentados no material do *Plano estratégico de desenvolvimento para Campina Grande 2035*, denominado de *Plataforma Aluizio Campos: visão de futuro 2035*, a seção Habitação é apresentada como aquela que fornece *força de trabalho*, ou seja, a própria cidade tem esse valor de troca, essa conotação privatista da mão de obra, mas não aparece em questão o que a Habitação será para os moradores, ou como cada serviço público irá funcionar.

Em uma análise empírica, eficientes técnicas de *marketing* que atinjam o público alvo são sempre o ponto crucial na divulgação de qualquer empreendimento, entretanto, a essência do produto deve permanecer constantemente em primeiro plano. Quando o habitacional é implicitamente subordinado ao comercial-industrial, o *marketing* pode se mostrar como fraudulento, devendo ser esta ferramenta de “pseudo marketing” ser evitada.

Até o presente momento, o conjunto habitacional está sendo sucessivamente direcionado para a cidade, e deixa evidente que vem abrangendo um suporte de sustentabilidade à economia local em setores significativos da construção civil, muito pelo interesse e veemência da construtora responsável, Rocha Cavalcante, onde vem cumprindo os preceitos e sanções da agenda do projeto federal Minha Casa, Minha Vida. Nesse curso, a demanda do

desenvolvimento econômico local permanece gerando emprego e renda temporários para vigilantes, pedreiros, ajudantes de pedreiros, mestre de obras e engenheiros, além de pessoas diretas e indiretamente envolvidas com este ofício nos últimos anos na zona urbana de Campina Grande, e até mesmo cidades circunvizinhas, como Queimadas e Boqueirão, sendo considerado um arranjo econômico muito mais para o local do que para o desenvolvimento regional.

Entretanto, algumas problemáticas são sempre apontadas em investimentos sociais de habitação popular, posteriormente à implantação das casas. Nota-se que nesses programas sobram para os mais pobres as áreas mais distantes, desprovidas de infraestrutura e com uma baixa qualidade construtiva. Além do que, quando se constroem casas mais distantes para os pobres, as áreas intermediárias tendem a serem valorizadas e aproveitadas para investimentos das classes com maior renda, com a vantagem, para elas, de quando esses investimentos acontecerem, já há certos serviços públicos instalados anteriormente.

Assim, as principais beneficiadas são as empresas envolvidas com o setor da construção civil. Essa vantagem que as empreendedoras levam em relação à população se dá porque, além de elas terem acesso aos investimentos públicos, a procura pelo programa por pessoas que atingem a faixa de renda acima de 3 salários mínimos é bastante grande. Nesse caso, cresce a demanda, aumenta a oferta e crescem os lucros dessas empresas.

Como o Complexo Multimodal Aluizio Campos ainda está em sua fase inicial, pois o único setor construído é o habitacional, há uma evidente discrepância frente a outros condomínios populares, pois, até o presente momento, se mostra mais pela sua grandeza espacial do que pela presença do setor empresarial e comercial no local, uma vez que ainda há dificuldades de atrair investimentos nessas instâncias, não só pela guerra fiscal que se dá entre os estados nordestinos, mas também pelo alojamento logístico, a começar pelo anel viário e duplicação da BR-104, sentido Caruaru, como também pelo impasse da crise hídrica que a cidade sofreu nos últimos tempos, dificultando a entrosagem política entre as agências municipal e estadual, sendo um dos discursos da agenda municipal diante do atraso da entrega da obra.

Assim como outros equipamentos que estão impróprios desde o ano de 2012, como a linha férrea, além de uma necessidade imediata de uma melhor estrutura no aeroporto João Suassuna. Segundo a PMCG, há uma forte potencialidade com relação à maximização deste ativo, dada que as linhas férreas (contempladas ou não na Transnordestina) se (re)ativadas, podem se constituir importantes alavancas do potencial logístico, com avanço da integração multimodal.

Definir o desenvolvimento econômico, além de desenvolvimento industrial, abarcando a esfera local, regional e global, ainda consiste em um dos paradigmas da nossa contemporaneidade, envolvendo o concreto e o abstrato. Como a própria agência municipal define a obra do conjunto habitacional como algo equivalente a um patamar monumental na construção de milhares de moradias, é válido que se trata apenas de uma parte da concepção do que eles pretendem fazer no Complexo Multimodal Aluizio Campos, justificando assim o nosso conservadorismo político.

Este deverá ser objeto de estudo em seus subterrâneos acadêmicos a partir de investigações no sentido de adentrar mais profundamente nos alicerces projetistas, relevando outras inquietações para serem estudadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL FILHO, J. do. Trajetória de desenvolvimento local e regional: Uma comparação entre o Nordeste do Brasil e a baixa Califórnia, México. Rio de Janeiro: E-papers, 2011.

AMORE, Caio Santo. Minha Casa Minha Vida para iniciantes. In: AMORE, Caio Santo; SHIMBO, Lúcia Zanin; RUFINO, Maria B. Cruz (Eds.). **Minha casa... e a cidade? Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros** (pp. 11-27). Rio de Janeiro: Letra Capital. Arantes, P., & Fix, 2015.

ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000.

ARAÚJO, T. B. de. Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

AZEVEDO, Rômulo. **O Homem do Ligeiro**: memórias de Aluizio Campos. Campina Grande: FURNE/NEP/Comunicações/Cinema do Agreste, DVD, 2010.

AZEVEDO, Sérgio. Desafios da habitação popular no Brasil: políticas recentes e tendências. In: CARDOSO, Adauto L. (Ed.). **Habitação social nas metrópoles brasileiras: uma avaliação das políticas habitacionais em Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo no final do século XX** (pp. 12-41). Porto Alegre: Associação Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído, 2007.

BACELAR, Tânia. A “questão regional” e a “questão nordestina”. In: TAVARES, M. C. (Org.) **Celso Furtado e o Brasil**. 1.ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000, p. 71-92.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional**. São Paulo em Perspectiva, v. 20, n. 3, jul./set. 2006, p. 5-24.

BUARQUE, Sérgio C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em planejamento local e municipal. Brasília, DF: IICA, 1999.

BARDACH, Eugene. **Os oito passos para a análise de políticas públicas**. Tradução de T. Burns. Centro de Documentação e Docência Econômica: México, 1998.

BRANDÃO, C. **Território e Desenvolvimento**: as múltiplas escalas entre o local e o global. 2ª Ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2012.

BRASIL. Emenda constitucional nº 26, de 14 de fevereiro de 2000. Altera a redação do art. 6º da Constituição Federal. Planalto, Casa Civil, Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc26.htm>. Acesso em: 03/07/2018.

_____. MCMV Faixa 1 – Entidades. Ministério do Desenvolvimento regional. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/habitacao-cidades/programa-minha-casa-minha-vida-pmcmv/modalidades/mcmv-faixa-1-entidades>>. Acesso em: 20/02/2019.

_____. Lei Nº 11.124, de 16 de junho de 2005. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS. **Planalto**, Casa Civil, Brasília, DF, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11124.htm>, Acesso em: 15/05/2018.

_____. Portaria Nº 412, de 6 de agosto de 2015. Aprova o Manual de Instruções para seleção de beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU). **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, Ministério das Cidades, 07/08/2015 (nº 150, Seção 1, pág. 40).

_____. **Portaria nº 720** 12 de dezembro de 2018. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Cadastro Habitacional (SNCH), de que trata a Portaria nº 163, de 6 de maio de 2016. Diário Oficial da [República Federativa do Brasil], Brasília, DF, **Ministério das Cidades**, 13/12/2018, nº 239, seção 1, pág. 85).

_____. Programa “Minha Casa, Minha Vida”: Medidas Provisórias 459 e 460. Em: Acesso em: 04 de junho de 2013.

BOLAFFI, Gabriel. Habitação e urbanismo: o problema e o falso problema. In: MARICATO, Ermínia (Org.). A produção capitalista da casa e da cidade no Brasil Industrial. n.2. ed. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1982. pp. 37-70.

BRYM, Robert; HAML, Cynthia Lins. **Sociologia: Sua Bussola Para Um Novo Mundo**. São Paulo: Pioneira, 2006.

CAMPOS, Aluizio Affonso. Realidade econômica e planejamento do Nordeste. Fortaleza: BNB 1956. p. 07-08.

_____, A Revolução da SUDENE. In: SUDENE: Plano Diretor em Execução: Recife: SUDENE, 1962.

CÂMARA, Epaminondas. **Alicerces de Campina Grande**: esboço histórico-social do Povoado e da Vila (1697 a 1864). Campina Grande, Livraria Moderna, 1943.

CARDOSO, F. H; FALETTO, E. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina**: ensaio de interpretação sociológica. 7ª Ed. Rio de Janeiro: LTC, 1970.

CARDOSO, Adauto L.; ARAGÃO, Thêmis A.; ARAÚJO, Flávia S. **Habitação de interesse social**: política ou mercado? Reflexos sobre a construção do espaço metropolitano. XIV Encontro Nacional da ANPUR (pp. 14). Rio de Janeiro: ANPUR, 2011.

CASSEB, Norma C. Brasil; PEDROZA, Márcia Flaire. Brasil: a hora da verdade na busca do desenvolvimento. In. SAWAYA, Rubens R.; LACERDA, Antônio Corrêa de (Org.). **Desenvolvimento brasileiro em debate**: grupo de pesquisa sobre desenvolvimento econômico e político da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: Blucher, 2017.

CAVALCANTE, L. R. M. T. **Produção Teórica em Economia Regional**: uma proposta de sistematização. Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos. São Paulo, vol. 02, nº 1, p. 09-32, 2008.

D'AMICO, Fabiano. **O Programa Minha Casa, Minha Vida e a Caixa Econômica Federal**. Rio de Janeiro. Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento: Caixa Econômica Federal, 2011. Disponível em: . Acesso em: 01 jul. 2016.

FERNANDÉZ, Vitor Ramiro. **Desarrollo regional, espacios nacionales y capacidades estatales**: redefiniendo el escenario global-local. Santa Fe – Argentina, 2003. Universidad Nacional del Litoral.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**. São Paulo: José Olympo, 1951.

FURTADO, Celso. **A Fantasia Desfeita**. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1963.

_____. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Círculo do Livro, 1974.

_____. **Pequena Introdução ao Desenvolvimento**: enfoque interdisciplinar. 2ª Ed. São Paulo: Nacional, 1981.

GIDDENS, Anthony.; SUTTON, Phillip W. Cidades e Vida Urbana. *In:* _____ **Sociologia**. 6ª edição. Tradução: Ronaldo Cataldo Costa. Saraiva, 2006. p.157-183.

GIDDENS, Anthony. As consequências da modernidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 11ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Campina Grande – Panorama**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/campina-grande/panorama>>. Acesso em: 20/06/2018.

HAFFNER, J. **CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina**: uma perspectiva sobre o desenvolvimento latino-americano. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

HALL, Anthony; MIDGLEY, James. **Social Policy for Development**. The Journal of Sociology & Social Welfare: Vol. 33 : Iss. 1 , Article 20, University of California, Berkeley, 2006. Versão traduzida. Disponível em: <<https://scholarworks.wmich.edu/jssw/vol33/iss1/20>>. Acesso em 19/06/2018.

JOFFILY, Irêneo. **Notas sobre a Parahyba**. Rio de Janeiro: Thesaurus, 1977.

LACERDA, Antônio Corrêa (Org.); SAWAYA, Rubens R. [et al]. **Desenvolvimento brasileiro em debate**: grupo de pesquisa sobre Desenvolvimento Econômico e Política Econômica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (DEPE/PUC-SP) [livro eletrônico]. São Paulo: Blucher, 2017. 168 p.; PDF.

LIMA, S. C. T. de; MIOTO, T.C.R. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica**. Rev. Katál. Florianópolis v. 10 n. esp. P. 37-45 2007. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v10nspe/a0410spe>>. Acesso em: 01/12/2016.

MAIA, D. S.; ALONSO, S. F.; CARDOSO, C. A. A.; [et al]. Campina Grande: Dinâmica Econômica e Reestruturação Urbana. Permanências e Transformações. *In:* SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. [et al]. **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional**: Campina Grande e Londrina. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

MARANHÃO, Sílvio. [et al]. Estado e Planejamento Regional: a experiência do Nordeste Brasileiro. *In:* MARANHÃO, Sílvio [Org.]. **A Questão Nordeste**: Recife: Paz e Terra, 1984.

MANZINI, E. J. A entrevista na pesquisa social. Didática, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

_____. Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semi-estruturada. *In:* MARQUEZINE: M. C.; ALMEIDA, M. A.; OMOTE; S. (Orgs.) Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial. Londrina:eduel, 2003. p.11-25.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes: 2008.

_____. O Estatuto da Cidade. *In:* **Cadernos de Urbanismo**. Secretaria Municipal de Urbanismo, ano 3, nº 4, 2001. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Urbanismo, 2001.

_____. **O Ministério das Cidades e a Política Nacional Desenvolvimento**, IPEA, fev-2006, p. 211-220.

_____. **O impasse da política urbana no Brasil** (3. ed.). Petrópolis: Vozes, 2014.

MARSHALL, A. **Princípios de Economia**. Vol 1. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARTINS, Roberto. Nordeste pensado. Nordeste pensante. *In:* MARANHÃO, Sílvio. **A questão regional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

MELO, Josemir Camilo de. **Aluízio Afonso Campos: o benemérito da FURNE**. Campina Grande: EDFURNE, 2014.

_____. O Político Aluízio Campos. (Depoimento). **O Homem do Ligeiro**. Memórias de Aluízio Campos. Direção: Rômulo Azevêdo. Campina Grande: FURNE/NEP Comunicações/Cinema do Agreste, DVD, 2010.

MILANI, Carlos. Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil). In: **Capital social, participação política e desenvolvimento local: atores da sociedade civil e políticas de desenvolvimento local na Bahia**. Escola de Administração da UFBA (NPGA/NEPOL/PDGS). 2005.

MYRDAL, G. **Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas**. Lisboa: Editora Saga, 1965. 240 p.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia Para uma Re(li)gião**. Sudene, Nordeste. Planejamento e conflitos de classe. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Crítica à razão dualista – o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

OLIVEIRA, G. B.; LIMA, J. E. S. **Elementos Endógenos do Desenvolvimento Regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável**. Revista FAE. Curitiba, v. 6, n. 2, p. 29-37, mai/dez. 2003.

OLIVEIRA, Maria José Silva. **Do discurso dos planos ao plano discurso: PDLI – Plano de Desenvolvimento Local Integrado de Campina Grande 1970-1976**. 181 p. Dissertação de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano – Universidade Federal de Pernambuco, CAC, Recife, 2005.

PANSIERI, Flávio. **Eficácia e vinculação dos direitos sociais: reflexões a partir do direito a moradia**. São Paulo: Editora Saraiva, 2012.

PECHMAN, Robert M.; RIBEIRO, Luiz C. de Queiroz. **O que é questão da moradia**. Coleção Primeiros Passos, nº92. São Paulo: editora Brasiliense, 1983.

PERROUX, F. **A Economia do Século XX**. Lisboa: Livraria Moraes Editora, 1967.

PINTO, Maria Barbosa. **Questão Habitacional como Expressão da Questão Social na Sociedade Brasileira**. Revista Libertas, Juiz de Fora, Minas Gerais, v. 4 n. 1/2 (2004): Número especial (ago. dez. 2004 - jan. jul 2005)

POPPER, Karl R. **O Realismo e o Objetivo da Ciência**. Lisboa. Ed. Dom Quixote: 1987.

_____. Nota Sobre o Conceito de “Pólo de Crescimento”. In: PERROUX, F; FRIEDMANN, J; TINBERGEN, J. **A Planificação e os Pólos de Desenvolvimento**. Porto: Edições Rés Limitada, p. 5-26, 1975. 82 p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE. **Lei Complementar nº 003, de 09 de outubro de 2006**. Promove a revisão do Plano Diretor de Campina Grande. Gabinete do Prefeito, 2006.

_____. **Produto Contratual Número 8: Visão de Futuro Aluízio Campos**. Disponível em: <<http://www.campinagrande2035.com.br/documentos>>. Acesso em: Jun, 2017. Campina Grande, 2016.

PINTO, Victor Carvalho. **Direito Urbanístico: plano diretor e direito de propriedade**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

PINTO, Marina Barbosa. Questão Habitacional como Expressão da Questão Social na Sociedade Brasileira. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/nugea/files/2010/09/Artigo-Marina.pdf>>. Acesso em 19/10/2017.

- PIOVESAN, Flávia. **Temas de direitos humanos**. Prefácio de Fábio Konder Comparato. 4^o edição. São Paulo: Editora. Saraiva, 2003.
- PESSOA, Beto. Moradias do Aluízio Campos são sorteadas em Campina. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 01 fev. 2018, Cidades, versão eletrônica.
- ROBERTSON, Roland. **Globalização: teoria social e cultura global**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- ROCHA, Silvério. **Alvenaria estrutural oferece economia e produtividade em conjunto do Minha Casa Minha Vida**. Revista Prisma, São Paulo, n. 63. p. 20-25, ed. Mandarin, maio de 2017.
- RODRIGUES, Marta M. Assumpção. Folha Explica: **Políticas Públicas**. São Paulo: Publifolha, 2010.
- ROSA, Maria Virgínia de Figueiredo Pereira do Couto; ARNOLDI, Marlene Aparecida Gonzalez Colombo. **A entrevista na pesquisa qualitativa: mecanismos para a validação dos resultados**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2006. 112 p.
- SALVADOR, Ângelo Domingos. **Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica**. Porto Alegre: Sulina, 1974.
- SANTOS, Cláudio Hamilton M. **Políticas Federais de Habitação no Brasil: 1964/1998**. Brasília: IPEA.1999.
- SANTOS, Milton. *Urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- SANTOS, Regina Bega. **Movimentos sociais urbanos**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.
- SASSEN, Saskia. *Sociologia da globalização*. Porto Alegre. Editora ARTMED. 2010
- SILVA, Iranise A. da. A crise da moradia, a política habitacional para as classes de baixa renda de Campina Grande - PB. Rio de Janeiro: Agir Editora, 1987.
- SILVA, J.; ALMEIDA, D. C. de.; GUINDANI, J. F. **Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas**. Disponível em <file:///C:/Users/PESSOAL/Downloads/6-14-1-PB.pdf>. Acesso em: 04/12/2017.
- SILVA, José Afonso da. **Direito Urbanístico Brasileiro**. 4^a Ed. SP: Malheiros, 2006.
- SILVA, Wesliene Trajano. **Ensaio dissertativo sobre o bairro do Ligeiro no município de Queimadas-PB a partir do aspecto urbano**. 26 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, Campina Grande, 2014.
- SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **O Regionalismo Nordestino: existência e consciência da desigualdade regional**. São Paulo: Moderna, 1984.
- SYLVESTRE, Josué. **Nacionalismo e Coronelismo**. Fatos e personagens da História de Campina Grande e da Paraíba (1954/1964). Brasília: Senado Federal, 1988.
- SOUZA, Arimatéia. **O futuro de Campina está no Complexo Aluízio Campos**. Disponível em<<https://paraibaonline.com.br/2016/09/romero-o-futuro-de-campina-esta-no-complexo-aluizio-campos/>>. Acesso em 26 de setembro de 2017.
- SOUZA, Sérgio Iglesias Nunes de. **Direito à Moradia e de Habitação**. 3. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.
- SPINK, P. K. **Pesquisa de campo em Psicologia Social: uma perspectiva pós-construcionista**. *Psicologia & Sociedade*; 15 (2): 18-42; jul./dez.2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v15n2/a03v15n2>>. Acesso em: 01/12/2016.
- SKIDMORE, T. **Brasil: de Getúlio a Castelo** (14^a ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007. 512p.

TEIXEIRA, E.C. **O papel das Políticas Públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade.** Cadernos da AATR – BA (Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais do Estado da Bahia), Bahia, p. 1-11, 2002. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf>. Acesso em 24/10/2016.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes.; SARMIENTO, Erica.; GONCALVES, Leandro Pereira (Org.). **Presos Políticos e perseguidos estrangeiros na Era Vargas.** 1ª. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2014. v. 01. 264p.

ANEXOS**ENTREVISTA NA ÍNTEGRA
SORTEADOS DO CONJUNTO HABITACIONAL DO CMAC****01. O que levou você a buscar uma moradia no conjunto habitacional do Complexo Aluizio Campos?**

A – Aqui a gente mora de aluguel e é muito perigoso, aí eu achei na época que a gente poderia ter alguma condição de morar no conjunto.

B – Primeiramente, eu queria sair do aluguel e também sair desse bairro.

C – A própria situação, né, que existe. A gente mora de aluguel, paga um certo mês, fica devendo o outro... Tenho uma renda baixa também, sem renda fixa, trabalho apenas pela diária. Tenho uma filha pequena também que recebe pensão depois que meu marido faleceu.

D – Sair do aluguel.

E – Foi mais pelo aluguel mesmo. Eu pago aqui muito caro.

02. Quais critérios você tem que o possibilitou a participar do sorteio? Morador de área de risco, portador de deficiência, portador de doença crônica, mãe com filhos, etc...

A – A Rosa Mística é considerada de área de risco, como o sr. pode ver. Quando chove, alaga tudo e a casa não sustenta.

B – Mãe com dois filhos, e cuidado do meu pai já idoso.

C – Mãe com uma filha.

D – Sou mãe solteira e tenho três filhos.

E – Sou mãe e tenho atestado de doença.

03. Que tipo de moradia você está aguardando: apartamento ou casa?

A – Casa.

B – Pra mim, tanto faz como tanto fez.

C – Não optei por nada. O que viesse, eu aceitaria e já seria lucro. Meu negócio é sair do aluguel.

D – Eu não sei ainda, porque eu tô resolvendo. Fui sorteada, mas ainda estou resolvendo isso.

E – Foi uma casa.

04. Você acredita que a realização do sorteio foi feita de uma forma democrática? Como você avalia a organização do sorteio: ruim, boa ou ótima?

A – Acho que foi sim. Avalio que foi bom.

B – Sim, achei justo. Não acho que teve enrolação. Foi tudo ótimo.

C – Bem, eu creio que sim, né? Eu creio que foi bom sim.

D – Sim. Foi ótimo.

E – Foi boa.

05. Você sabe informar se os sorteados, como os portadores de deficiência, vão ter casas especiais para atender suas necessidades?

A – Não sei, mas o sr. não concorda que isso é meio que uma obrigação da Prefeitura? Tem que ter tudo isso.

B – Não sei, mas deve ter. Se era exigido as pessoas terem isso aí pra participar também, então quer dizer que tem casa pra eles também.

C – Isso eu não sei dizer.

D – Sim, com rampas.

E – Vai ter sim, a moça da Secretaria, nos dias que eu tive que ir na SEPLAN, me disse bem direitinho.

06. Houve alguma seleção separada para definir quem vai ficar com determinada moradia?

A – Separada? Acho que não. Concorreu todo mundo mesmo que foi lá e se inscreveu.

B – Não, não teve. Eu acho que é aleatório. Durante a época da inscrição, não nos foi informado, pelo menos eu nunca soube, que, além das casas, também existiriam apartamentos lá no conjunto. Eu só fui me inscrever para as casas, que era o que realmente diziam.

C – Disseram isso pra gente não. O negócio era se só inscrever para as casas.

D – Não, eu acho que ainda vai acontecer.

E – Parece que é pelo número de filhos. Se uma família tiver muito filho, ela fica na casa. Se não tiver nenhum, é só um casal sem filho, parece que ficam nos apartamentos.

07. Após a realização do sorteio, como ocorreram as reuniões de orientação para os contemplados? Quais etapas foram discutidas?

A – Foi pra dar umas informações sobre o condomínio, e sobre o Minha Casa, Minha Vida. Também teve umas coisas que falaram sobre os documentos que a gente tinha que ter em dia para o Banco do Brasil aprovar.

B – Eles orientavam a gente sobre como proceder depois do sorteio, como é que fazia com o Banco do Brasil, essas coisas.

C – Nem lembro mais, mas era voltado para essa parte de regular os documentos, e falaram sobre como seria o conjunto.

D – Eu participei de uma reunião. Quase todas as reuniões falam da mesma coisa. É só sobre o loteamento lá, o condomínio.

E – As coisas que a gente tinha que ter de documentos e comprovar que tá tudo regularizado, porque o nosso nome tem que está regularizado pra o Banco do Brasil colocar pra gente o financiamento.

08. Como será o processo da utilização das casas? Há alguma quantia em dinheiro (mensalidade) que deve ser depositada pelo futuro morador?

A – O que foi nos informado é que haverá uma mensalidade, mas que é um valor simbólico. Pagando a mensalidade, a pessoa tem os direitos que o Minha Casa, Minha Vida oferece.

B – Eles disseram, naquelas reuniões que teve, que a gente vai ficar pagando uma taxa que varia entre R\$ 80,00 à R\$ 270,00, dependendo muito da renda. Quem vai dizer isso é o próprio banco. E nós vamos ter que pagar durante mais ou menos 10 anos. Isso para quem mora nas casas. Para quem mora nos apartamentos, vai haver também uma parcela para pagar o condomínio.

C – A gente vai ter que pagar. Cada um de acordo com a quantidade da renda. Mas, até agora, ninguém falou quanto seria não. Só mandaram esperar porque eles ainda tão chamando gente que tá na lista de espera.

D – Dependendo da renda, existe sim uma mensalidade que será paga.

E – Sim, mas isso é de acordo com o Banco.

09. Há algum apoio de entidades, como o Conselho Municipal, tanto das cidades de Campina Grande ou Queimadas, nas quais estão ajudando a vocês, contemplados, a receber suas moradias? Ou então alguma associação local, alguma organização das próprias pessoas para acelerar o processo e passar as informações?

A – O que a gente tem conhecimento é só a Prefeitura de Campina Grande.

B – Pelo que eu sei, só a Prefeitura. Assim, eu participo de um grupo de discussão via WhatsApp em que estão algumas pessoas que foram contempladas. Todas as informações que a gente sabe são colocadas lá. Tem uma senhora chamada Lourdes, a dona Lourdinha, que é à par de tudo o que acontece. Tudo que ela sabe, ela passa pra gente. É através dela que a gente sabe de todas as informações. Mas nada de Conselho Municipal não.

C – Não que eu saiba.

D – Sempre pela SEPLAN. Eles divulgam no site da Prefeitura alguma coisa e a gente vem até a SEPLAN. A gente tem que ficar atento.

E – Sei não. Assim, quem ajuda a gente mesmo é só a coordenação e a secretaria da SEPLAN, né? É por eles que a gente tem as reuniões.

10. O que é mais importante para você: adquirir o imóvel do Complexo Aluizio Campos ou associá-lo ao seu local de trabalho? Por quê?

A – Na realidade, eu tenho o desejo de não somente morar naquele local, ter a minha casa própria, como também se aparecer por acaso um trabalho perto, seria muito bom.

B – Se por caso for pra morar e trabalhar dentro do Complexo, principalmente para a gente que é mãe solteira, essas coisas assim, é bem favorável, né? A gente acha que vai ter tudo lá... É uma cidade dentro de outra cidade... Vai ter padaria, supermercado, fábrica... Então pra mim seria bastante interessante isso. E arrumar um emprego também.

C – Morar e trabalhar. A maioria dos conjuntos que existe é só de morar, né? Lá, a proposta é morar e trabalhar, parece que vão ter cursos também. O que tiver de bom pra fazer, eu vou fazer.

D – Pra mim, só a casa está de bom tamanho. O resto a gente consegue depois. Mas também não tem problema nenhum se não tiver um trabalho perto.

E – As duas coisas ia ser muito bom.

11. Você já teve experiência com outros conjuntos habitacionais? Acredita que este será realmente diferente dos outros? Por quê?

A – A proposta é muito boa, levando em consideração que, por eu ser construtor, eu tento observar que até a estrutura das casas parece ser muito boa. A construção parece ser bem diferenciada. Eu já morei no bairro do Glória, também passei um tempo em uma das casas do Major Veneziano, e hoje eu vejo que o Aluizio Campos tem realmente uma diferença.

B – Pela política de, vamos dizer assim, “rigorosa”, das coisas mais bem certinhas desse conjunto, eu acho que vai ser bem melhor do que os outros. Muito diferente a organização. O problema é só a demora da entrega. Existe a “massada” sim. Eles demoram. Mas também não depende só da Prefeitura também, né? É uma coisa que depende também de “fulano”, “sicrano”, essas coisas. Em dezembro do ano passado, eles comunicaram para a gente que ia sair entre os três primeiros meses

de 2019... Quer dizer, até o final de março, estariam sendo entregues as casas. Só que agora em janeiro, já disseram que ia ser no primeiro semestre, então agora vai até junho. Aí a gente não bota mais fé no que eles dizem. Não crio mais aquela expectativa. Já entreguei na mão de Deus.

C – Eu creio que vai ser bem diferente. Tá tudo muito detalhado, muito organizado. Todo mundo trabalhando dentro do que é pra trabalhar bem direitinho, essas coisas. Eu sei que teve algumas coisas aí bem erradas que sempre existem, porque hoje a gente tá em mundo que vivencia essas coisas, mas... Até agora... Parece que tá tudo resolvido.

D – Vai ser diferente, com certeza. Vai ser um dos maiores bairros de Campina.

E – Acredito sim porque promete muita coisa, né?

12. Você já teve a oportunidade de visitar as casas construídas?

A – Justamente, eu fui sim e dei uma olhada nas casas. Gostei muito e me entusiasmei pra morar lá.

B – Nunca fui não, eu queria ir um dia só olhar, mas já disseram que tudo é enorme lá. Tem que passar o dia todo.

C – Não conheço, nunca fui. Só vejo na televisão e quando tô passando pela pista. Ninguém ainda não levou a gente pra conhecer lá não. Porque parece que a Prefeitura ainda tá fazendo a vistoria das pessoas pra depois entregar os contratos.

D – Sim, na época que foi já tinham umas mil casas prontas.

E – Ainda não.

13. Você acredita que as propostas do Complexo de colocar as fábricas próximas ao conjunto habitacional, a inclusão do esporte com ginásio, o lazer com as praças, um maior acesso a saúde, segurança, etc., deverão ajudar a construir o desenvolvimento da cidade? Por quê?

A – Pelo que eu sei, até agora só existe uma fábrica em funcionamento, a Tintas Belas. Eu acho que no momento que se investe num projeto como esse, consegue abrir outras portas na sociedade, frentes de trabalho, escolas, enfim... Movimenta mais a cidade. Acredito porque o conjunto já vai surgir muito grande e vai mobilizar aquele lado longe da cidade, por exemplo, que eu acho que é muito parado. É, porque, digamos assim, a parte da formação da cidadania do indivíduo não é apenas você receber a chave de uma casa de um projeto social como esse, tem que haver também essa coisa da participação da comunidade com o lazer, a cultura, uma série de outras coisas.

B – Acredito que sim, tem que ter tudo isso com certeza. Até pela rigorosidade que teve, essa burocracia toda do sorteio, a presença do Ministério Público... Se eles falaram que vai ter isso, isso tem que cumprir.

C – Morar lá com certeza vai ser sinônimo de desenvolvimento. É um espetáculo aquilo ali, ainda mais em uma cidade como Campina Grande... É um privilégio. Eu creio que é um privilégio.

D – Sim, com certeza.

E – Pode ser que sim.

14. Haveria alguma coisa que o Complexo, ou a Prefeitura, que está deixando a desejar? Você possui alguma queixa a respeito?

A – Tudo que eles explicam nas reuniões que chama a gente, tá dando pra ver que eles cumprem mesmo. Assim, eu digo as datas, os prazos, essas coisas.

B – Tenho nada não, o que tiver de ser, será. Tomara que o conjunto tenha tudo mesmo, inclusive comércio.

C – Queixa só se for pra entregar essas benditas casas, porque de resto eu acho que tá indo bem.

D – Não tenho nenhuma queixa.

E – Por enquanto, nada.

15. O que a Prefeitura se propõe a dizer a respeito desse atraso da entrega das moradias?

A – Era pra ser entregue em abril do ano passado. Aí tem pessoas mais impacientes. Mas eu e mais outros somos mais cautelosos e sabemos acompanhar o ritmo. O prefeito, na última entrevista que ele deu, diz que está tudo funcionando.

B – No começo do ano passado, eles disseram que o atraso era devido à ligação da adutora de água, que Ricardo Coutinho (Governo Estadual) não estava liberando a verba para essa construção. Aí o quê que acontece, na outra reunião que o Prefeito Romero chamou a gente, ele disse que ia “descobrir um santo pra cobrir outro” pra ajeitar essa ligação, falando bem popular, pra agilizar a entrega dessas casas, tá entendendo? Justifica muito isso. Às vezes a desculpa é o banco que está “coisando”, ou a documentação do pessoal que não está atualizada. Aí tem que esperar esse povo atualizar, pra depois o banco analisar e poder chamar se está compatível.

C – Sempre é um muído diferente, ora são as ruas que tem que terminar, ora é a caixa d’água, outra ora é a lista chamando os sorteados que ainda está rolando.

D – A questão que eles estão terminando o acabamento das casas, a rede de esgoto, a água.

E – Eu acho que é por causa das listas ainda que estão chamando mais gente.

16. Você ainda se deslocaria para lá se a Prefeitura dissesse que iria faltar alguma coisa, como baixo acesso aos ônibus ou falta de um posto de saúde por perto?

A – Na condição que a minha está, sofrendo de aluguel e morando em um lugar como esse, com certeza eu me mudaria pra lá, pro Aluízio Campos. Esse negócio de não ter posto de saúde às vezes acontece, mas com o tempo se resolve, ainda mais se a gente fizer pressão, chamar a televisão, essas coisas. O que eu pensaria mais um pouco se iria ou não, é se não tivesse segurança.

B – Sei não, é muito difícil. A gente pesa os dois lados. Sair do aluguel e dá uma condição melhor pro meu pai e minha filha, ou continuar aqui.

C – Se tiverem terminado a casa, eu acho que ia sim. Eu e minha filha, a gente iria com certeza.

D – Eu iria sim, mesmo se essas coisas não tivessem prontas. Se faltasse luz, eu acendia uma vela. Se faltasse água, eu compraria um tonel bem grande.

E – Não, de jeito nenhum. Eu sou uma pessoa doente, se não tiver pelo menos um posto de saúde por perto, eu nem vou. Esse lugar já é longe, na saída de Campina, tem que ter alguma assistência.

17. Você sabe dizer por que o Complexo leva o nome de Aluízio Campos?

A – Não sei dizer. Não conheço.

B – Não sei. Deve ser em homenagem a alguma pessoa bem importante.

C – Eu já ouvi falar, mas sou sincera a dizer que não sei o porquê não.

D – Sei não. Sinceramente, eu num sei. **E** – Não.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE
BASEADO NAS DIRETRIZES CONTIDAS NA RESOLUÇÃO CNS Nº510/2016

Conselho Nacional de Saúde – Ministério da Saúde

TÍTULO DA PESQUISA: Política pública de habitação e o desenvolvimento regional: análise do Complexo Multimodal Aluizio Campos em Campina Grande – PB

Prezado (a) Senhor (a),

Esta pesquisa é uma análise da política pública habitacional que está sendo implantada no Complexo Multimodal Aluizio Campos e seu possível impacto econômico na cidade de Campina Grande, municípios no entorno e na região Nordeste. Está sendo desenvolvida por Anselmo Ronsard Cavalcanti, aluno do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (Mestrado) da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. Além de descrever os possíveis resultados de desenvolvimento do conjunto habitacional do Complexo Multimodal Aluizio Campos, o objetivo desse estudo também envolve em analisar o perfil socioeconômico do público alvo contemplado pelo conjunto e os resultados de acordo com suas necessidades, averiguando se a estruturação das edificações e o mobiliário urbano (saneamento, pavimentação, rede de energia, sinalização, coletores de lixo, etc.) serão harmonizados com o Plano Diretor vigente do município. Nesse diapasão, a relevância acadêmica da pesquisa se dá no aprofundamento do estudo do papel do Estado nas políticas públicas habitacionais que estão sendo pensadas e implantadas. Pretende-se, portanto, analisar e criar bancos de dados para subsidiar outros estudos sobre o tema.

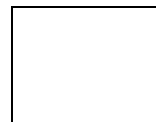
Solicitamos a sua colaboração para uma entrevista com um tempo médio de 25 minutos de duração a partir de questionamentos abertos e utilizando-se de um gravador de áudio, como também sua autorização para apresentar as conclusões deste estudo na Dissertação ou na publicação em revista científica nacional e/ou internacional. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo absoluto. Informamos que essa pesquisa apresenta riscos mínimos, sendo que o(a) senhor(a) pode se sentir desconfortável em responder alguma pergunta, tendo a liberdade de não responder ou interromper a entrevista em qualquer momento, sem nenhum prejuízo para seu atendimento.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano, nem haverá modificação na assistência que

vem recebendo na Instituição (se for o caso). O pesquisador estará à sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Considerando que fui informado(a) dos objetivos e da relevância do estudo proposto, de como será minha participação, dos procedimentos e riscos decorrentes deste estudo, declaro o meu consentimento em participar da pesquisa, como também concordo que os dados obtidos na investigação sejam utilizados para fins científicos (divulgação em eventos e publicações). Estou ciente que receberei uma via desse documento.

Campina Grande, ____ de _____ de _____



Impressão dactiloscópica

Assinatura do participante

Assinatura da testemunha

Assinatura do pesquisador responsável

ANSELMO RONSARD CAVALCANTI

Contato com o Pesquisador Responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor contatar com o pesquisador a partir dos telefones: (083) 99828-5002; (083) 99821-9252; (083) 99805-7490; e-mail: anselmo.ronsard@yahoo.com.br.

Ou, se preferir, para o Comitê de Ética da Universidade Estadual da Paraíba.
Telefone: (083) 3315-3373; e-mail: cep@uepb.edu.br
Endereço: Rua Baraúnas, 351 – Campus Universitário, Bairro: Bodocongó.
Prédio Administrativo da Reitoria, 2º andar, sala 229.
CEP: 58429-500.

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE
BASEADO NAS DIRETRIZES CONTIDAS NA RESOLUÇÃO CNS Nº510/2016**

Conselho Nacional de Saúde – Ministério da Saúde

Prezado(a) Participante,

Esta pesquisa é uma análise da política pública habitacional que está sendo colocada no Complexo Multimodal Aluizio Campos e seu possível impacto na economia em Campina Grande e no Nordeste. O pesquisador envolvido com o projeto é Anselmo Ronsard Cavalcanti, professor de História da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), e aluno do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, também da UEPB. O nome da pesquisa é: “Política pública de habitação e o desenvolvimento regional: análise do Complexo Multimodal Aluizio Campos em Campina Grande – PB”. Esta pesquisa também vai observar o perfil social do público que foi contemplado, suas opiniões sobre o conjunto e se suas necessidades serão atendidas, observando se as casas, o saneamento, a pavimentação, a rede de energia, a sinalização, coletores de lixo, etc., serão feitos de acordo com o Plano Diretor de Campina Grande. Essa pesquisa vai estudar a função do Estado nas políticas públicas habitacionais que estão sendo colocadas. Pretende-se, também, criar novas informações para ajudar outros estudos sobre esse assunto.

Você está sendo convidado para participar dessa pesquisa a partir de uma entrevista com um tempo de 25 minutos de duração com perguntas abertas e utilizando de um gravador de áudio. Você está ciente de que a privacidade será respeitada, ou seja, seu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de qualquer forma, identifica-lo, será mantido em sigilo. Também está sendo informado de que essa pesquisa apresenta riscos mínimos, e que pode se recusar a participar do estudo, ou retirar seu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, e se desejar sair da pesquisa, não sofrerá qualquer prejuízo. O pesquisador estará à sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário durante todo o processo.

Tendo sido orientado quanto a tudo aqui mencionado e tendo compreendido a natureza e o objetivo desse estudo, manifesto meu livre consentimento em participar, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação. Caso ocorra algum dano decorrente da minha participação no estudo, serei devidamente indenizado, conforme determina a lei.



Campina Grande, ____ de _____ de _____

Impressão dactiloscópica

Assinatura do participante

Assinatura da testemunha

Assinatura do pesquisador responsável

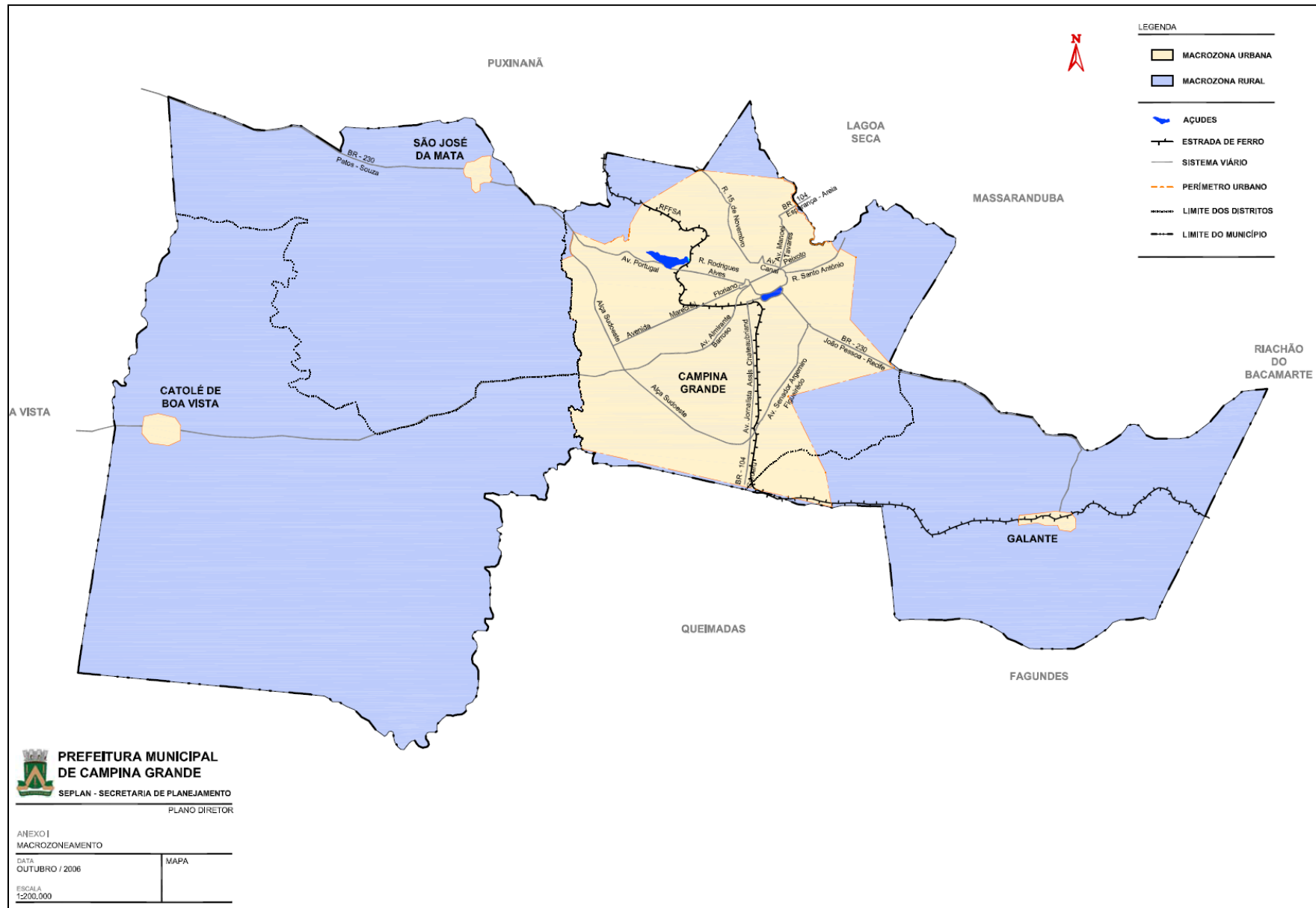
ANSELMO RONSARD CAVALCANTI

Contato com o Pesquisador Responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor contatar com o pesquisador a partir dos telefones: (083) 99828-5002; (083) 99821-9252; (083) 99805-7490; e-mail: anselmo.ronsard@yahoo.com.br.

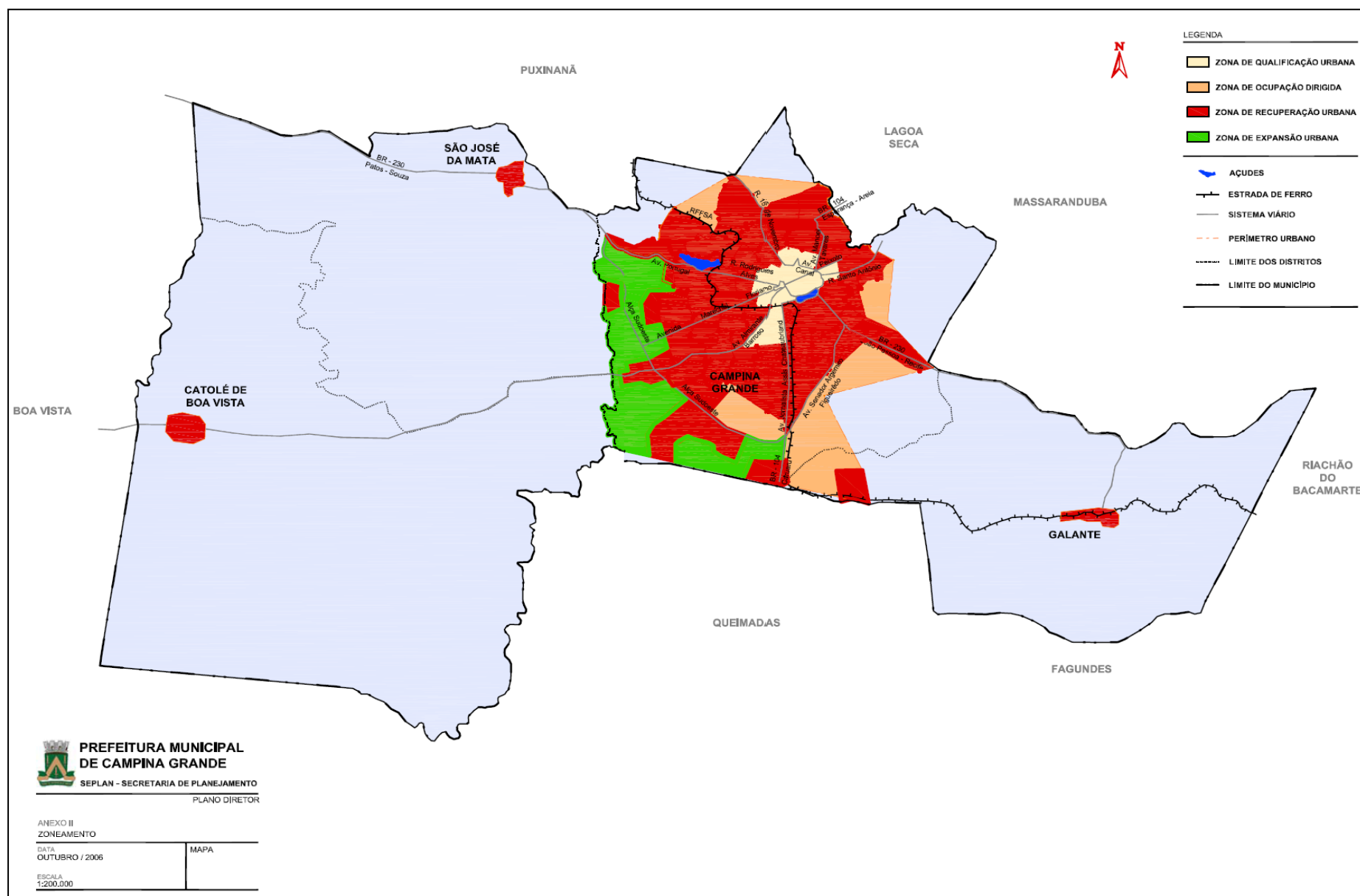
Ou, se preferir, para o Comitê de Ética da Universidade Estadual da Paraíba.
Telefone: (083) 3315-3373; e-mail: cep@uepb.edu.br
Endereço: Rua Baraúnas, 351 – Campus Universitário, Bairro: Bodocongó.
Prédio Administrativo da Reitoria, 2º andar, sala 229.
CEP: 58429-500.

Anexo 4 – Macrozoneamento de Campina Grande



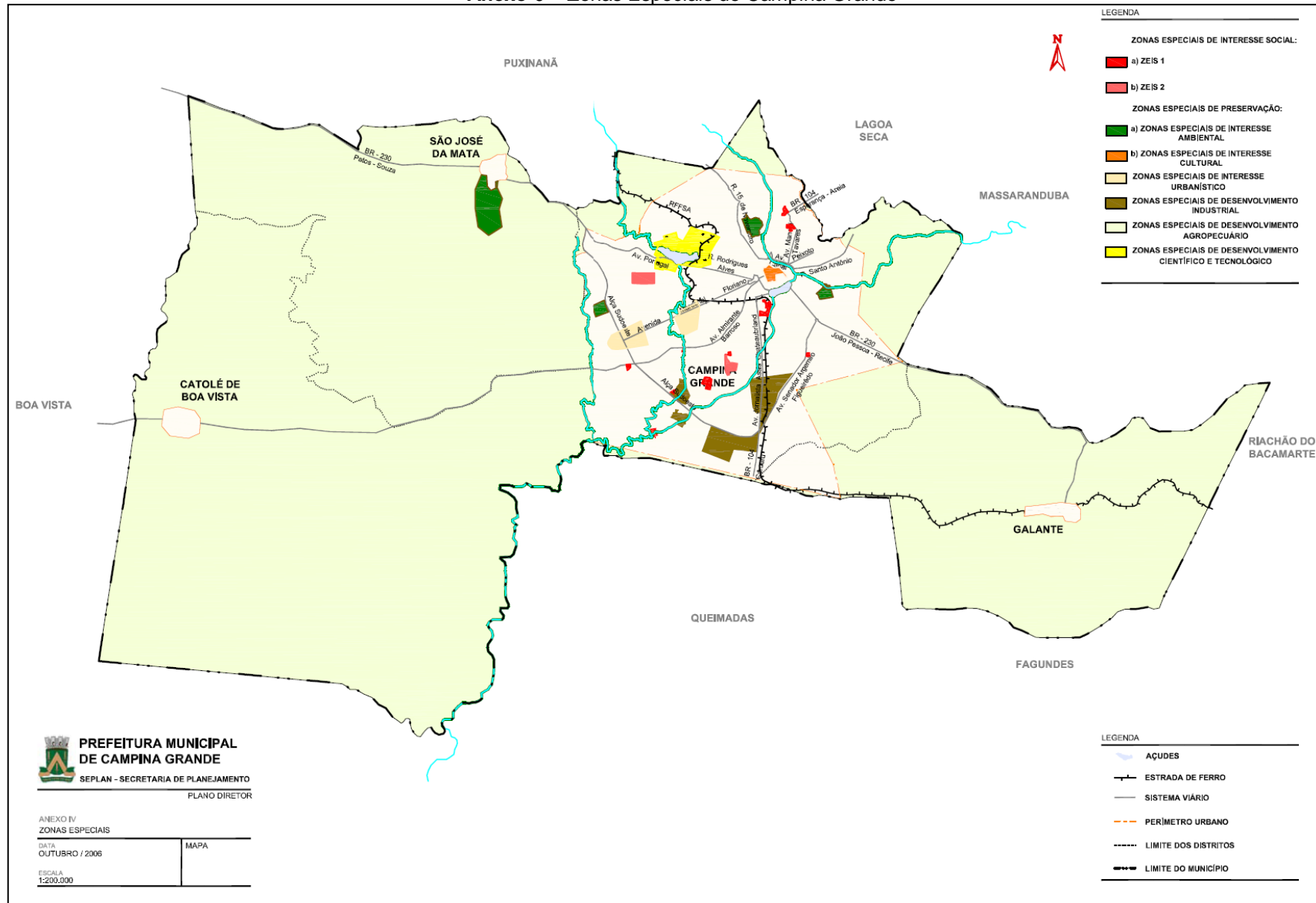
Fonte: SEPLAN/PMCG/ Lei Complementar Nº 003, de 09 de outubro de 2006

Anexo 5 – Zoneamento de Campina Grande



Fonte: SEPLAN/PMCG/ Lei Complementar Nº 003, de 09 de outubro de 2006

Anexo 6 – Zonas Especiais de Campina Grande



Fonte: SEPLAN/PMCG/ Lei Complementar Nº 003, de 09 de outubro de 2006

Anexo 7 – Planta de Urbanização do conjunto habitacional do Complexo Multimodal Aluizio Campos



Fonte: SEPLAN/PMCG, 2019.

Anexo 8 – Planta de Locação do conjunto habitacional do Complexo Multimodal Aluizio Campos

Fonte: SEPLAN/PMCG, 2019.